



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, MEIO AMBIENTE E MINORIAS

Presidente: Deputado ZAIRE REZENDE - PMDB-MG
Vice-presidentes: Deputado NEUTO DE CONTO - PMDB-SC
Deputada SANDRA STARLING - PT-MG
Deputado TUGA ANGERAMI - PSDB-SP

- NOTAS TAQUIGRÁFICAS -

REUNIÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

**"Casos Demonstrativos de
Desarticulação entre os Órgãos Técnicos
Federais das Áreas Ambiental e
Fundária"**

- REALIZADA EM 24/11/94 -



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO
NÚCLEO DE REVISÃO DE COMISSÕES
TEXTO COM REDAÇÃO FINAL**

COMISSÃO: Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias		
EVENTO: Reunião Técnica	Nº 369/94	DATA: 24/11/94
DURAÇÃO: 04h10min	QUARTOS: 1 a 50	PÁGINAS: 167
REVISORES: Mesquita/Cris/Rosa Maria/Eloni/Odilon/Hermínia/Paulo		
SUPERVISOR: Miranda/Myrinha/Neusa		

DEPOENTE/CONVIDADO	QUALIFICAÇÃO:
Dinarte Nobre Madeiro	- Presidente da Funai
Francisco Edson Teófilo filho	- Chefe de Gabinete do Presidente do INCRA
Nascimento Paulino	- Coordenador Central da Polícia Federal
Marcelo Moisés de Paula	- Assessor Especial da Coordenação de Projetos Especiais do Ministério da Integração Regional
Nilde Lago Pinheiro	- Presidente do Ibama

SUMÁRIO: Casos demonstrativos de desarticulação entre os órgãos técnicos federais das áreas ambientais e fundiária.

OBSERVAÇÕES:	LINHA	PÁG.
Grafias a confirmar: Chicrin Bacajã	05	04
Enéias Salati	06	33
Há trechos inaudíveis		

TRAMITAÇÃO NO NRC - SUPERVISÃO

REVISADO EM

5 / 12 / 94

RECEBIDO EM

06 / 12 / 94

DEVOLVIDO EM

07 / 12 / 94

RECEBIDO DA SRTC EM

29 / 11 / 94

DEVOLVIDO A SRTC EM

07 / 12 / 94



O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Sras. e Srs. Deputados, meus senhores, minhas senhoras, declaro abertos os trabalhos ~~desta~~ ^{desta} reunião técnica da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, cujo tema é "Casos Demonstrativos de Desarticulação ~~entre~~ ^{das} os Órgãos Técnicos Federais ~~das~~ Áreas Ambientais e Fundiária".

Inicialmente, agradeço a todos pela presença e os convido a aproximarem-se e tomarem seus devidos lugares. Todos estão convidados a participar.

Convido para ~~fazer~~ ^{fazer} parte da Mesa o Procurador da República Dr. Roberto Cavalcanti Batista, representando o Procurador-Geral da República, Dr. Aristides Junqueira de Alvarenga; o Coordenador Técnico do Planaforo do Estado de Rondônia, Dr. Teodorico Rocha; o representante do Coordenador do Planaforo pelo Ministério da Integração Regional, Dr. Marcelo Moisés de Paula; o Coordenador Central de Polícia, Dr. Nascimento Paulino, representando o Diretor-Geral da Polícia Federal, Cel. Wilson Romão; o Chefe de Gabinete da Presidência do ~~INARA~~ ^{INCRA}, Dr. Francisco Edson Teófilo Filho, representando o Presidente do ~~INARA~~ ^{INCRA}, Dr. Marcos Corrêa Lins, ^(e) o Presidente da Funai, Dr. Dinarte Nobre Madeiro.

Peço aos demais presentes que se sintam como se estivéssemos numa verdadeira mesa-redonda.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 15-Z

Quarto Nº 01/02

Taq. - ZENILDE

Conf. - MIRANDA

Rev. MESQUITA

2

[Como é de ciência dos senhores, esta reunião técnica surgiu motivada pela preocupação que ^a própria ementa usada especifica: a desarticulação entre órgãos técnicos federais das áreas ambientais e fundiária.

Conforme está no programa, teremos vários expositores e debatedores. Esclareço ainda que, além desses debatedores, a palavra estará aberta a todos aqueles que quiserem fazer suas perguntas, suas intervenções, enfim, a todos os que quiserem debater.

Passo a palavra ao Presidente da Funai, Dr. Dinar-
te Nobre Madeiro, para ^{dar} ~~o~~ início a sua intervenção.



O SR. DINARTE NOBRE MADEIRO — Cumprimento a Mesa, na pessoa do Deputado Zaire Rezende. Minhas senhoras e meus senhores, há pouco mais de trinta dias estive em Roraima, onde fui fazer uma inspeção nas atividades de retirada de garimpeiros daquela região e também ver a situação de saúde dos índios ianomâmis.

Naquela oportunidade, fui convidado pela Universidade Federal de Roraima para fazer uma palestra para os estudantes de Antropologia. Naquele meio havia um advogado — evidentemente, ele não era estudante de Antropologia —, que me fez a seguinte pergunta: por que a Funai é tão antipatizada em Roraima? Disse-lhe que não ~~era~~^é só em Roraima. Ela é antipatizada em todo o Brasil, porque nossas atividades em relação à defesa dos índios sempre incomodaram os interesses políticos e econômicos deste País. Disse-lhe ainda que, se pudéssemos deixar os garimpeiros continuarem na área ianomâmi, se a Funai não batalhasse para demarcar as terras dos macuxis, com certeza ela passaria a ser um órgão simpático naquele Estado.

O papel que a Funai tem a desempenhar é cumprir a Constituição e ter os recursos necessários para executar suas atividades. A demarcação de qualquer área indígena, não importando o seu tamanho, incómoda interesses políticos e econômicos deste País. Sentimos isso através das pressões que recebemos.



Se combatemos as invasões de áreas indígenas por garimpeiros, madeireiros ou qualquer outro tipo de invasor, também sofremos pressões. Vamos começar agora a retirada de garimpeiros e madeireiros em Caiapó e estamos fazendo a mesma coisa no Vale do Guaporé, na Ilha do Bananal e em Chicrin Bacajá, no Pará. Em todas essas ações temos tido vários tipos de dificuldade, inclusive financeira, porque de todo o orçamento que a Funai previa para 1994, até agora, aprovados os dois últimos duodécimos, chegou-nos menos de 25%. Do que prevíamos para 1994 foi aprovado apenas 24,98%.

Nessas ações de retirada de garimpeiros e madeireiros temos tido o apoio da Polícia Federal, do Ibama e do DNPM. Quer dizer, existe uma certa articulação, mas existe também uma dificuldade, porque todos os órgãos se ressentem da falta de recursos. E a Funai, como o órgão responsável por essas áreas, sente-se na obrigação de pagar diárias e passagens. Neste ano de 1994, tivemos que realizar várias operações, deixando praticamente de lado a questão da assistência ao índio para combater essas invasões nas áreas indígenas.

Então, pergunto o seguinte: a Funai foi criada para tratar da questão indígena neste País? Se existe um órgão que trata da questão mineral e outro que trata da questão florestal, por que a Funai é que tem que tratar disso? Em nosso entendimento, se nas áreas indígenas,

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-A

Quarto Nº 02/3

Taq. - Zenilde

Conf. - Miranda

Rev. Mesquita

5

que são de responsabilidade da Funai, existir exploração mineral ou de ma
deira, esses órgãos deveriam tomar a frente para fazer o devido combate,
com a participação da Funai, pelo fato de ser ela responsável por essas
áreas. Estamos nos especializando em assuntos que não são nossa tarefa,
estamos deixando de lado a assistência ao índio para combater invasões de
garimpeiros e madeireiros. Daqui a pouco, estaremos perdendo nossa finali
dade, que é assistir o índio, e passando a ser especialistas em retirada
de garimpeiros e madeireiros.



Após a denúncia da Funai, esses órgãos deveriam participar do combate, têm a obrigação de fazer isso. A Funai também deve participar, porque as áreas indígenas são de ^{sua} responsabilidade. ~~deles~~

Nossa tarefa é exatamente esta. A Constituição estabelece normas para a Funai. No caso, é demarcar e proteger as áreas indígenas. Mas os recursos que nos são consignados não são suficientes. Vejam os senhores que no Orçamento de 1995, que já apresentamos, o teto que nos concederam foi apenas de 15,8%. Quer dizer, jamais vamos ter condições de demarcar as terras indígenas neste País com a quantidade de recursos que a Funai tem recebido.

Eu lembraria aos senhores que a Constituição de 1988 estabeleceu cinco anos para que a Funai pudesse demarcar essas terras, e a Funai fez uma programação para cinco anos: de 1989 a 1993. No primeiro ano, 1989, ela recebeu 59%; no ano de 1990, 7,2%; em 1991, 15,5%; em 1992, 4,8%; em 1993, 9,8%. Ela não vai conseguir demarcar as terras indígenas dessa forma.

Além do mais, com todas essas ações que temos obrigação de fazer para proteger as terras indígenas, apesar de todo o apoio que temos recebido da Polícia Federal, do Ibama e do DNPM, estamos transferindo recursos da assistência ao índio, quando esses órgãos deveriam ter um papel fundamental de proteger as reservas minerais e florestais, seja



na área indígena, seja fora dela. Todo o mundo fala que garimpo é ilegal em qualquer circunstância, seja na área indígena ou não. Então, por que a Funai sozinha tem que combater o garimpeiro dentro da área indígena, quando há um órgão oficial para isso?

A articulação, de certa forma, existe. Esses órgãos contribuem conosco, principalmente a Polícia Federal, o Ibama e o DNPM, no combate a esse tipo de ação. O próprio INCRA em algumas situações tem sido um aliado nosso, mas a escassez de recursos, que não é só da Funai, mas também desses outros órgãos, dificulta essa ação conjunta. Nós nos reunimos com a Polícia Federal, e ela diz que vai participar, mas que a situação do seu orçamento está difícil. E nós sabemos disso, porque vivemos a mesma situação. Temos que fazer um esforço tremendo, em detrimento da assistência ao índio, para dar recursos à Polícia Federal para que possa fazer o trabalho que tem sido feito na área dos ianomâmis e em Guaporé e que vai ser feito agora em Caiapó.

Essa é a dificuldade que encontramos. Essa articulação existe, mas a falta de recursos, não só na Funai, mas em outros órgãos, prejudica sensivelmente esse relacionamento que temos tido. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Agradecemos ao Dr. Dinarte Nobre Madeiro e damos a palavra ao Dr. Francisco Edson



Teófilo, que representa a Presidência do INCRA.

O SR. FRANCISCO EDSON TEÓFILO FILHO - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, Srs. Deputados, senhoras e senhores, eu gostaria de justificar a ausência do Presidente do INCRA neste momento. Coincidentemente, foi designado pelo Ministro da Agricultura para representá-lo na reunião do Conselho da FAO em Roma nesta semana. Portanto, ele está ausente do País. Pedi-me que viesse debater com a Comissão e os presentes. Para isso, trouxe um grupo de assessores técnicos. São eles o Dr. Edmilson, do Departamento de Regularização da Diretoria Fundiária, a Dra. Ana Maria, nossa especialista da área ambiental, e os Superintendentes de Mato Grosso, Dr. Lutero, e de Rondônia, Dr. Robersílio.

Inicialmente, gostaríamos de dizer que, depois do processo de "descoltorização" da administração federal, o Governo Itamar realizou no INCRA uma ação de desratização absoluta. A opinião pública brasileira sabe que o INCRA foi um foco de corrupção constituído por agentes externos, que se instalaram no seu interior para controlar o processo de licitação de obras e praticar atos ilícitos, apurados por comissões e denunciados inclusive pela CPI do Orçamento.

Esse processo de recomposição da máquina levou algum tempo. Inclusive porque não havia até então a regulamentação dos arts. 184 e 185 da Constituição. O Congresso levou cinco anos para regulamentá-los,



9

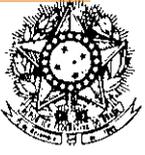
impedindo virtualmente as ações no campo da reforma agrária.

Concluída essa etapa, vários problemas acumulados ao longo dos anos foram sendo resolvidos, alguns estão sendo enfrentados e há outros ainda por enfrentar. É evidente que o INCRA não é uma máquina já absolutamente purificada. Isso vai levar ainda algum tempo. Entretanto, sua direção não tem nenhum compromisso com a falcatrua, a fraude, a picaretagem, o roubo, a corrupção.

É óbvio que o regime militar implantou um sistema de administração do patrimônio fundiário brasileiro equivocado. A partir da desculpa de que se iam titular pequenas posses, grandes glebas de terras de grupos econômicos brasileiros e de outras nacionalidades foram legitimadas. Sabemos inclusive que nos anos de 1975 uma exposição de motivos do Conselho de Segurança Nacional criou uma lei, sem passar pelo Congresso, legitimando enormes extensões de terra.

Os conflitos entre posseiros, índios, grileiros e ma deireiros não foram construídos pelo INCRA, embora no INCRA ^{possam} ~~possa~~ ter entrado administradores que apoiaram e até estimularam esses conflitos.

^{Os} ~~Esses~~ dois casos demonstrados aqui são muito interessantes para se compreender a história recente do País nessa direção. O Planaforo, uma iniciativa importante para tentar conciliar os interesses de índios e de posseiros e a preservação, a conservação, evitando desmatau



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

10

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-C

Quarto Nº 04/2

Taq. - M Teresa

Conf. - Miranda

Rev. Mesquita

mento, ainda está por ser, digamos assim, implantado na sua concepção teó-
rica, porque a vida social, os fatos da realidade são ainda muito desco-
nhecidos. O simples zoneamento num plano muito genérico não pode levantar
a situação social de cada uma das áreas, dos povoados, dos assentamentos,
das estruturas. Obviamente, estamos convencidos de que,

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 16 C

Quarto Nº 4/3

Taq. - M Teresa

Conf. - Miranda

Rev. Mesquita

esse modelo pode chegar lá, embora não tenha ainda chegado. Seria muita pretensão que um projeto dessa natureza produzisse resultados de tal ordem de forma imediata.

É evidente que, no caso citado aqui, o decreto de desapropriação não poderia ser interpretado como o foi por determinados setores. Um decreto de desapropriação pode ter outro sentido, o de tentar resolver a questão que está sem solução. No caso específico dessa gleba, já há indicações de que há uma solução negociada, pela qual esses interesses de conservação poderão ser resolvidos através da constituição de uma reserva extrativista. O patrimônio fundiário incorporado à União e transformado em reserva é uma efetiva garantia contra a grilagem, a exploração e a penetração de madeireiros e outros interesses. Por outro lado, leva também à necessidade do reconhecimento da ocupação efetiva, caso existam pessoas na área. Parece-me que existem 5 mil posseiros numa parte dessa área, os quais ^{precisam} ~~possam~~ ter sua situação social pelo menos encaminhada pelo poder público, que não pode simplesmente dizer: "Esse caso não tem solução."



Reunião Nº

369/94

Fita Nº

16D

Quarto Nº

5/1

Taq. -

MTeresa

Conf. -

Miranda

Rev.

Nozquita

Põe em um avião e transporta para fora ^{da} ~~daquele~~ região". Não há avião suficiente para transportar essa quantidade de gente. E se forem transportados, provavelmente voltarão para esses lugares porque ^(não) chegaram lá por acaso, ^{mas} ~~mas~~ por um modelo de desenvolvimento que exclui a maioria da população rural de direito ao acesso à terra, especialmente em suas regiões de origem. [Esses fluxos migratórios produzidos no Brasil foram politicamente produzidos. É bom que se diga isso. Quando os latifundiários nordestinos negam, por exemplo, a reforma agrária na Região Nordeste, estão construindo uma fábrica, um fluxo de migrantes para outras regiões. ~~Quando o sistema produtivo era~~ Por exemplo, em 1975, ^{o cultivo} ~~no caso~~ do café no Paraná, que absorveu uma quantidade enorme de mão-de-obra, foi, de ~~um~~ certo modo, rompido no momento de uma crise, de uma geada, e o acesso à terra foi vedado ^{aos} ~~a esses~~ trabalhadores, ^{que} ~~eles~~ migraram. E essas frentes de penetração foram conhecidas, ou seja, todo o processo foi politicamente produzido dentro da sociedade brasileira. Eles não são culpados. O trabalhador ^{da terra,} o possessor ~~que está lá,~~ não é culpado. Ele luta também pela sua sobrevivência. Isso não significa defender o apossamento indiscriminado, o ataque à floresta, o desconhecimento da existência de índios. Claro que não!

No caso específico do Planaforc, ~~estamos convencidos~~



Reunião Nº 369/94

Fita Nº 160

Quarto Nº 5/2

Taq. - MTeresa

Conf. - Miranda

Rev. M. S. Quita

(está convocado)
o INCRA como um todo, de que esse é um modelo que tem grande potencial de conciliar esses interesses. Mas ~~ele~~ precisa ir se aproximando da realidade. O zoneamento é uma aproximação, digamos assim. Depois, ele tem um processo real, ou seja, ele vai ter o contato com o real. A imagem revela uma determinada aproximação. O contato com a realidade traz a necessidade de ~~se~~ rever, inclusive alguns pontos de vista que ~~se~~ *a imagem tem* plano genérico estava a indicar.

Creio que ~~esses~~ nosso Superintendente está à disposição para relatar os últimos entendimentos com relação à gleba. ~~esses~~ *que* Nossos técnicos defendem e asseguram, esses estudos de impacto ambiental são muito necessários. Não é possível ~~se~~ cometer os erros cometidos no passado nos processos de colonização chamados dirigidos, ~~ou outro nome que fosse, que eram~~ absolutamente irresponsáveis do ponto de vista do poder público. Cremos que esse modelo tem um grande potencial de realização.

Os ~~esses~~ conflitos ~~existentes~~ que foram levantados nesse caso específico são muito interessantes para que o projeto possa rever pontos de vista dogmáticos. O fato de ser financiado pelo Banco Mundial não me impressiona. Para alguns pode impressionar muito, para mim não. A política brasileira não pode estar subordinada a uma defi-

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16D

Quarto Nº 5/3

Taq. - M Teresa

Conf. - *Muanda*Rev. *Mezquita*

nição feita em Washington. Nós, brasileiros, temos condições de definir ^{os} nossos rumos, ^{as} nossas políticas. O Banco Mundial é um mero agente financeiro. Que ele interfira positivamente para exigir que as políticas públicas sejam mais responsáveis, eu estou de acordo, mas ^{não pode} interferir nos processos sociais brasileiros, na medida em que o próprio Banco Mundial, em sua história dentro do Brasil, sempre foi ^{um} opositor à reforma agrária. Há quinze anos, o Banco Mundial impediu que se desenvolvesse no Nordeste um projeto de reforma agrária. Esse impedimento teve repercussões em Rondônia.

Portanto, o Banco Mundial não tem autoridade moral para vir falar aqui em modelo de ocupação. Os brasileiros têm autoridade para fazer isso porque ^{conhecem o problema.} ~~conhecem~~

O segundo caso, da Gleba Iriri, é também muito significativo, muito interessante para compreendermos isso. Seria interessante que esta Comissão inclusive ^{o exame do caso.} aprofundasse a parte os fatos que estão denunciados concretamente e que fazem parte do extrato desse documento, trata-se de situações



15

em que o modelo de discriminação de terras implantado, que vem desde o regime militar, vincula a quantidade de terra regularizável a um apossamento que é feito via desmatamento irresponsável. Este é o grande equívoco, que não foi construído agora. Criaram-se fatos consumados. Temos que mudar essa norma, segundo a qual, para poder ter direito a 100 hectares regularizados, tenho de desmatar vinte. O sujeito contrata pessoas para devastar a floresta para depois se julgar com direito a regularização.

É justamente o que acontece nessa gleba arrecadada em 1980. Essa arrecadação foi, digamos assim, deixada lá. Uma gleba arrecadada e matriculada em nome da União, com quatrocentos e tantos mil hectares. Havia índios dentro, os quais, pelas informações que tenho, foram retirados da área até de avião, para se dizer: "Olha, essa gleba está livre para o apossamento espontâneo". Quem se apossa? Uma quantidade média de pequenos posseiros e uma pequena de grileiros e bandidos que usam os mais diferentes mecanismos para poder se apropriar de grandes extensões, buscar sua regularização e, depois, em nome de prepostos, de terceiros, formam seus latifúndios. Este é o sistema.

As administrações do período do regime militar tinham justamente esta orientação para regiões como Mato Grosso e Rondônia: deixem que as coisas aconteçam. Depois a gente chega lá, arrumando. E os conflitos entre os posseiros efetivos, verdadeiros, e os grileiros eram,



como são e continuarão sendo, inevitáveis.

Esta denúncia certamente tem um fundamento. Eu não poderia afirmar, conforme é feito na denúncia, que nosso Superintendente faz parte de uma quadrilha, faz parte dos dez que estariam arrumando aque la área para uma meia dúzia. Não. ^{Acho} ~~acho~~ que uma acusação, desse tipo precisa ser fundamentada melhor, porque senão vai se acusar uma pessoa sem prova. E aqui há que separar essas duas coisas.

Vou deixar uma cópia do processo dessa gleba com a Comissão, porque acho que ele merece ser estudado por todas as pessoas. O relatório da equipe que o Superintendente acusado criou está aqui. Desde 1980 ninguém ia na área. Ele constituiu uma equipe para fazer uma radiografia. Está aqui esse relatório. Acho que ele não esconde nada. Qualquer pessoa pode vê-lo. Ele não esconde o que está acontecendo efetivamente nessa área. Esse levantamento foi feito justamente no sentido de buscar uma solução. Foi importante levantar o caso da Gleba Iriri, porque po de servir, na minha opinião, de modelo para revisar todas essas normas ab surdas que vinculam a regularização à existência de desmatamento.



Isto é um absurdo e não pode mais ser admitido. Creio que a Comissão, se tiver interesse, poderá tomar esse caso como paradigmático de todo o processo.

Aqui estão listadas todas as pessoas que se dizem com pretensões, os nomes, as áreas efetivamente exploradas. Está tudo mapeado. Não é verdade a parte da denúncia que diz que não havia nenhum apossemento nessa área. Existia. Está aqui o quadro. Não foi detectada presença indígena, pelo menos na época desse relatório. Provavelmente, o retorno da população indígena ~~em parte dela~~ ^{- ou parte dela -} que tinha sido extraída dessa área, te nha se dado em data posterior, o que caberia ser verificado.

Finalizando minha intervenção, digo que, como essa denúncia foi encaminhada ao Ministério Público, pedindo abertura de inquérito civil, considero, sem opinião formada ainda, que, em face das informações e desse processo, seria muito conveniente para todos nós que o Ministério Público abrisse um inquérito civil público sobre essa gleba. O Ministério Público poderia ajudar-nos bastante a modificar os processos que estamos tendo ainda em vastas regiões do território nacional e que geram problemas e conflitos complicadíssimos para o poder público, para a sociedade, um esbulho violento contra os direitos dos legítimos posseiros ² dos índios, uma agressão ao meio ambiente e à natureza.

O INCRA está plenamente aberto a essa discussão com



todas as entidades para buscar um caminho que resolva definitivamente, pelo menos daqui para a frente, essa questão. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) — Agradece_u mos ao Dr. Francisco Edson Teófilo Filho.

Convidamos a Dra. Nilde Lago Pinheiro, Presidente do Ibama, para fazer parte da Mesa.

Concedemos a palavra ao Coordenador Central de Polícia, Dr. Nascimento Paulino, representando o Diretor-Geral da Polícia Federal, Cel. Wilson Romão.

O SR. NASCIMENTO PAULINO — Sr. Presidente, Exmos. Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, a Polícia Federal tem, na medida do possível, emprestado seu apoio aos órgãos que fazem parte da política setorial do Governo Federal e tem feito várias operações em conjunto. Mas também estamos sofrendo do mesmo mal que a Funai, escassez de recursos humanos, materiais e financeiros.

O trabalho da Polícia Federal é tão-somente emprestar a esses órgãos o apoio necessário para que eles possam executar suas atribuições.

Nosso relacionamento com a Funai hoje é um dos melhores. Podemos dizer isto porque estamos com várias operações em andamento.

Temos um relacionamento também muito bom — não pode



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

19

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-G

Quarto Nº 7/3

Taq. - Veiga

Cont. - Miranda

Rev. Mesquita

ria deixar de mencionar — com o Ministério Público Federal, que nos tem apoiado nas medidas mais enérgicas que, às vezes, temos de tomar em determinadas áreas. E muitas das vezes o próprio Ministério Público tem a iniciativa e dá apoio não só



Reunião Nº 369/94

Fila Nº 16-H

Quarto Nº 8/1

Taq. - Regina

Conf. - Miranda

Rev. Mesquita

à Polícia Federal, mas também aos demais órgãos responsáveis pela política setorial, que são a Funai, o DNPM, o Ibama e o INCRA. Sempre vamos estar à disposição desses órgãos para desempenhar as atividades de competência da Polícia Federal e emprestar nosso apoio a esses setores. [Temos de mencionar aqui que a Polícia Federal está sobrecarregada porque vem desempenhando várias atividades, muitas delas não constitucionais. Poderíamos citar a Operação Rio, no caso das eleições gerais e do crime organizado que está ocorrendo lá, a segurança do Mercosul, a Operação Ianomâmi, a Operação Guaporé, a Operação Juína e a segurança na posse do novo Presidente da República, que ocorrerá no dia 1º de janeiro. Na parte de fronteira, além de termos nossas atribuições legais, também observamos a parte ambiental e a parte fundiária, vamos dizer assim, auxiliando o INCRA e o Ibama quanto a desmatamento e contrabando de madeira nas regiões de Ponta Porã — Bonfim, Ponta Porã-Boa Vista, Ponta Porã-Corumbá, Dourados, Cáceres, Oiapoque, Porto Velho, Guajará-Mirim, Vilhena, Rio Branco, Brasília e Cruzeiro do Sul. Temos ainda uma operação permanente no Rio Amazonas, através de barco flutuante, na qual observamos não só a parte do meio ambiente, mas também os crimes de competência da Polícia Federal.

Nessa parte flutuante também temos operações conjuntas, de vez em quando, com o Ibama e a Funai. A Polícia Federal está sobrecarregada, mas tem feito o possível para atender a todas as solicitações

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-H

Quarto Nº 8/2

Taq. - Regina

Conf. - Miranda

Rev. Mesquita

21

dos órgãos que nos pedem apoio.

Volto a repetir: nosso efetivo é muito pequeno, reduzido, e muitas vezes temos de deslocar pessoal de outras unidades para atender uma determinada solicitação da Funai, do DNPM, do Ibama ou do INCRA e, às vezes, até requisição para dar cumprimento a determinadas decisões ~~judiciárias~~ ^{judiciais}. Mas para isso temos sempre contado com apoio do Ministério Público Federal.

Gostaria de responder a perguntas. Portanto, fico por aqui, para não discorrer tanto sobre o assunto. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) — Agradecemos ao Dr. Nascimento Paulino.

Passamos a palavra ao Assessor Especial da Coordenação de Programas Especiais, Dr. Marcelo Moisés de Paula, que representa o Coordenador do Planaflores pelo Ministério da Integração Regional.

O SR. MARCELO MOISÉS DE PAULA — Sr. Presidente, falo em nome do Ministério da Integração Regional. Agradeço o convite de V.Exa. e saúdo os demais presentes.

A função do Ministério da Integração Regional no contrato Prodeagro-Planaflores é de coordenação e supervisão dos dois projetos. Esses contratos têm uma inovação em termos de financiamento, porque apresentam um forte componente ambiental. A parte de infra-estrutura está

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

File Nº 16-H

Quarto Nº 8/3

Taq. - Regina

Conf. - Miranda

Rev. Mesquita

22

associada ao desenvolvimento das ações de meio ambiente e traz no seu bojo o zoneamento sócio-econômico-ecológico, instrumento de ordenamento do uso ou da conservação do espaço territorial dos Estados de Mato Grosso e Rondônia.

As negociações para esse projeto foram feitas em épocas simultâneas. A Secretaria de Assuntos Internacionais da Presidência, que coordena essas negociações junto aos organismos externos — nesse caso, o Banco Mundial — faz exigência de que seja feita a articulação, antes da negociação, de todos os órgãos federais envolvidos nos contratos. Então, os projetos, tanto o Prodeagro, como o Planafloro, foram discutidos com os órgãos federais, foram apresentados a esses órgãos, e, antes que se fizesse a negociação com o banco, fez-se uma reunião final, em que todos os órgãos demonstraram estar de acordo com o texto a ser contratado junto ao banco e com as ações a serem desenvolvidas nos Estados de Mato Grosso e Rondônia.



Devemos dizer que o projeto também trouxe um avanço em relação ao contrato anterior dessas regiões, o Pólo noroeste. Naquela oportunidade, os órgãos federais — Funai, INCRA e Ibama — relacionavam-se diretamente com a coordenação da Sudeco. Os convênios e os repasses de recursos eram feitos diretamente pela Sudeco, e havia um distanciamento muito grande dos Estados envolvidos, tanto na parte de planejamento e de operação como na parte de acompanhamento das ações desses órgãos. Nesse contrato repassamos ao Estado a competência de se articular diretamente com os órgãos federais. Os convênios para as ações do Ibama, da Funai e do INCRA hoje são feitos entre o Estado e esses órgãos federais. O repasse de recursos é feito do Ministério ao Estado. É o Estado que repassa esses recursos para esses órgãos.

Em nosso entendimento, foi um avanço, porque há uma operacionalização muito mais próxima do cenário de execução dos contratos.

Por outro lado, estamos tendo uma certa dificuldade na implementação dessas ações na área ambiental, por vários aspectos, inclusive já ~~foram~~ mencionados aqui, como a questão material, dos recursos financeiros. Há de registrar também que houve mudanças administrativas muito frequentes nos órgãos. Temos de reconhecer que, de 1992 para cá, alguns órgãos tiveram quatro ou cinco dirigentes. Existe também a questão do âmbito estadual. Os órgãos federais têm representação nos Estados que também

mudam freqüentemente e, às vezes, não estão alinhadas, no nível político, com o Governo Estadual. Isso, em alguns momentos, nos tem trazido dificuldades.

O Ministério vem fazendo um trabalho de articulação entre o Estado e esses órgãos federais, vem se reunindo com a presidência desses órgãos, vem trabalhando na viabilização dos convênios, na aproximação do Estado com os órgãos federais. Neste momento posso dizer que estamos tendo um avanço significativo. Temos um contato muito bom com a Funai e estamos estreitando o relacionamento com o INCRA e com o Ibama. Então, as coisas tendem, neste momento, a tomar uma dinâmica bem maior.

Na execução da parte ambiental, que é citada como o objetivo desta reunião técnica, o Ministério está utilizando um instrumento chamado pari passu. O que isso quer dizer? Nas experiências de projetos anteriores percebeu-se que a parte de infra-estrutura se desenvolvia com muita velocidade. Então, as metas eram cumpridas rapidamente, os recursos se esgotavam, enquanto a parte ambiental ficava relegada a segundo plano, não andava por várias questões: a questão operacional, a própria dificuldade do tema, a falta de capacidade técnica para executar algumas dessas ações. Então, o Ministério estabeleceu o critério pari passu. Isso quer dizer que determinada quantia é liberada para a parte de infra-estrutura se o Estado coloca o correspondente previsto no contrato para a parte am



biental. Isso tem trazido benefícios, avanços. Creio que é um instrumento que não pode ser utilizado eternamente, ^{mas} neste momento é necessário e está sendo bem sucedido.

Sr. Presidente, algumas questões já foram expostas pelos membros da Mesa. Assim sendo, aguardaremos a parte de debates.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) — Agradecemos ao Dr. Marcelo Moisés de Paula a participação.

Passamos a palavra à Presidente do Ibama, Dra. Nilde Lago Pinheiro.

Infelizmente, não pude tomar nenhuma providência antes por injunções políticas provincianas que ^{grassam} ~~grassam~~ no País. Não provei, não consigo provar, corrupção é muito complicado ~~para se~~ provar. Sempre digo que corrupção se desmantela. Ouvi cantar o galo e desmantelei. Ajo dessa maneira em toda e qualquer ocasião, em qualquer parte do Brasil. Mas V.Exas. não de convir comigo que é impossível saber o que está acontecendo agora ^{em} ~~na~~ Boca do Acre, ~~que~~ é impossível saber o que está acontecendo agora no interior do Mato Grosso.

O Ibama é um órgão que executa política ambiental do País e fiscaliza na medida do possível. Para o Brasil inteiro não tenho ^{seiscentos} ~~800~~ fiscais. Credenciei, até de ~~uma~~ forma certamente irregular, ^{de} ~~de~~ nível superior para, ^{que} ~~que~~ pudesse em alguns casos, fazer uma fiscalização mais eficiente. Infelizmente, trabalhamos com recursos ~~infinitos~~ que muitas vezes têm ~~um~~ valor comercial muito alto, o que enseja atos ilícitos. Não sou daquelas pessoas que ^{falam:} ~~fala~~ "Ele ganha uma miséria. Por isso, é mais fácil corromper-se". Eu também ganho uma miséria.



Acho que isso é uma questão de caráter, ^{que} num concurso público não dá para apurar muito bem. ~~isso~~

Creio que o problema não se dá só ^{no} ~~em~~ Mato Grosso. Ontem, ouvi relatos estarrecedores a respeito do Pará. Eu tenho problemas sérios também em outros Estados, e por ~~uma~~ coincidência — ~~uma~~ mera coincidência — desde que assumi o Ibama, em abril deste ano, vi que ~~onde~~ ^{nos} há maior ilicitude ~~nos~~ Estados em que ~~as~~ ^{as indicações foram feitas} ~~cupantes dos cargos foram indicados~~ por terceiros e por razões políticas, ou seja, Acre, Rondônia, Pará, Mato Grosso, ~~agora~~ Mato Grosso do Sul — ^{agora} estou com problema lá —, Sergipe ^e Alagoas. O que ~~eu~~ pude mudar eu mudei, mas nem sempre a Presidência do Ibama consegue fazer valer ~~as~~ sua prerrogativa, ~~legais~~ assegurada por lei, de indicar ~~os~~ seus representantes nos Estados.

Conheço um pouco ^o Mato Grosso. Fui analista ^{Polonoroeste,} do ~~Polo Noroeste~~, da parte brasileira, e o Prodoagro nada mais é do que a seqüência do ^{Polonoroeste,} ~~Polo Noroeste~~, com ~~uma~~ roupagem nova, mas no fundo ^{com} ~~tem~~ as mesmas características filosóficas e que atendem às prerrogativas do Banco Mundial. Não vou falar muito sobre o Prodoagro, somente da parte ambiental, ~~porque acho que não é o caso~~. Mas a parte ambiental dentro do ^{Polonoroeste} ~~Polo Noroeste~~ era coadjuvante, eu diria até, pelo


 CÂMARA DOS DEPUTADOS
 DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-K

Quarto Nº 11/2

Taq. - Conceição

Conf. - Muanda

Rev. eris

29

que constatei, irrelevante. Não sei como está a última versão do Prodoagro, assim como do Planaflo, para poder tecer maiores comentários, e não vou ser leviana.

O que acontece hoje nesses Estados gigantescos como Mato Grosso, Amazonas e Pará é que não consigo manter ^{um} número mínimo de servidores no interior, ~~esses Estados~~. É muito difícil. Geralmente, temos dentro de um posto quatro ou cinco servidores, que são obrigados também a realizar outras tarefas-fins do Ibama, e por vezes, para fazer uma vistoria, posso gastar cinco diárias, dois tanques de combustível, mais algum problema de reposição de peça, e essa fiscalização ser frustrada, porque não se conseguiu chegar a tempo, ~~assim por diante~~. Por outro lado, além dessa dificuldade, nós trabalhamos com pouquíssimos recursos próprios, trabalhamos com 44 rubricas de arrecadação. O contribuinte que sustenta o Ibama é o contribuinte que usa o Ibama. Nós trocamos serviços. É como se fora pedágio, só paga pedágio quem vai para a estrada. Mas infelizmente, ~~os nos~~ ~~os recursos próprios~~, por razões talvez da Seplan, somos obrigados a arcar com responsabilidades ^{legais} ~~de leis~~ com ~~os~~ nossos recursos próprios, o que faz ~~fazendo~~ com que os recursos para as nossas tarefas-fins ~~sejam~~ ~~muito~~



fiquem muito comprometidos. Hoje gasto 60% dos meus recursos com prerrogativas de lei: o ticket, a creche, o vale-transporte, sendo que ^{nos} ~~os~~ outros órgãos não ~~são~~ assim, mesmo ^{em} autarquias como ^{a nossa} nós. Além dessa dificuldade, somos obrigados a fazer inúmeras vistorias - e os senhores imaginam o que seja fazer vistoria em Estados gigantescos. As pessoas precisam entender essas dificuldades.

Por outro lado, ~~as~~ as notícias vazam, às vezes até pelo próprio funcionário do Ibama - não sei ^{se} e quando chegamos ao local não vemos mais nada. O fato ilícito desapareceu.

Quando ^{falam} ~~falam~~ da fragilidade e incompetência do Ibama - e é muito fácil falar - é porque não conhecem a realidade sócio-ambiental do Brasil, não sabem o que é uma escala físico-territorial e o que é andar ^{quinhentos} ~~500~~ quilômetros atrás de um madeireiro.

Estamos ^{num} ~~em um~~ dos maiores países do mundo, com a maior costa aproveitável ~~para~~ para ser fiscalizada. Ninguém ^{tem} ~~quer~~ quer um litoral desse tamanho. A Amazônia Legal é do tamanho da Europa Ocidental, da União Européia.

Fiz ^{este ano uma} ~~uma~~ operação na Amazônia ~~nesto ano~~ que custou mais de ² ~~dois~~ milhões de reais, mas não fiz nada mais do que ^{uma} ~~a~~ Bélgica.

E fiz muito. É isso que precisamos colocar na cabeça das pessoas. ~~É um~~



(Por isso eu estou)
~~acordo político eu estou~~ fazendo programa de descentralização. É muito fácil os Estados também se eximirem de culpa e dizerem que é problema do Ibama a retirada de mogno. ~~Então,~~ ^o Tribunal de Contas me pediu satisfação a respeito dos garimpeiros e dos garimpos. E quem concede a lavra para o minerador? É o Ibama? O Ibama, quando muito, vai ver o RIMA, o impacto ambiental. Essas dificuldades precisam ser repartidas com os ~~outros~~ Estados e Municípios.

Estou fazendo o programa de descentralização. Fiz seminários no Brasil inteiro. Agora que estou fechando convênios, alguns Estados estão tirando o corpo fora. Por quê? Porque eles serão co-responsáveis ^{pela} ~~da~~ ação, e ^{ai não adiantava} ~~daí, não adianta~~ mais falar: "Olha, quantos metros cúbicos de mogno! É culpa do Ibama, a degradação que o garimpo provoca é porque o Ibama não fiscaliza". A responsabilidade agora vai ser do Brasil. Faço questão absoluta de mostrar ao público como esses Estados devem se comportar. Em Estados mais dinâmicos, a relação ~~com o público~~ político-empresarial é mais distante;



32

em outros, não. É muito fácil deixar que o Ibama se encarregue de tudo.

Não vou contar alguns casos porque acho que vou me delongar, mas ~~com~~

os senhores

~~vós~~ sabem do que estou falando. Aqui ninguém acredita em Papai Noel, ~~por~~

todos

~~isso~~ *(muito bem)* sabem do que estou falando. Quero ver agora esse pessoal responsá-

vel, ~~junto conosco~~ *des* os órgãos ambientais ~~dos Estados~~ que existem em al-

guns Municípios mais dinâmicos, *junto conosco,* trabalhando também.

Recebo clips diários de outros Estados que mostram que tudo que acontece é problema do Ibama. Resolvemos dar um basta em tudo isso.

Tenho ~~10~~ *vinte* anos de serviço público. Um dos melhores chefes que já tive, o Ministro, está se empenhando e dando a maior força para que façamos esse programa de descentralização. Fiz esse programa em nove meses. Acho que pelo fato de ser mulher peguei esse número cabalístico. Foram nove meses de trabalho, ~~mas~~ ele está saindo agora, antes do término deste Governo.

Os outros órgãos, na minha opinião, são responsáveis. Não sei qual foi o pronunciamento da Funai, mas as pessoas precisam saber que a responsabilidade da área indígena é da Funai. Quando ela tiver suas dificuldades deve ~~convocar~~ *acionar* o Ibama para ajudá-la. Não posso entrar ~~lá~~ *na área dos* Caiapós sem mais nem menos, nem a Funai, porque eles são muito bravos.



Conversei com Santilli há poucos dias sobre fiscalização. Quando fomos analisar o ^{Polonoroeste,} ~~Pólo Noroeste~~ nós, consultores, saímos de Porto Velho, paramos em Ariquemes para abastecer e vimos uma porção de caminhões, cerca de ^{trinta,} ~~10~~ e muitos homens jogando palitinho. Falei: "Essa turma não é do batente". Eram cerca de 10 h da manhã e comentei com Enéias Salati - algumas pessoas aqui devem saber que ele é emérito professor da Universidade de São Paulo - o fato de ninguém estar trabalhando àquela hora do dia.

Quando chegamos a Cacoal, fizemos toda a nossa inspeção. ^{Retornando} ~~retornamos~~ de carro, cerca de 7 h da noite, ^{observamos caminhões} atrás de ~~várias~~ caminhões. O professor fotografou tudo. Não há fiscalização à noite. Não posso obrigar servidor do Ibama a fazer trabalho noturno. Somos regidos pela Lei nº 8.112/90, cumprimos jornada de ^{quarenta} ~~40~~ horas e não recebemos hora extra. Não posso, por isso, chegar para o servidor ^{the} e pedir que vá à BR-364 às 8 h da noite, ^{vinte} com ~~20~~ revólveres, ^{com} ~~chame~~ o pessoal do Rio de Janeiro para dar força, para pegar caminhão carregando ^{obviamente,} madeira sem a TPF, porque, se tem a TPF, está tudo regularizado. Não há necessidade de tamanho sacrifício. Isso eu não posso fazer. Essas coisas escapam ao nosso controle.

Quando falam que somos frágeis e incompetentes é uma injustiça. Não estou dizendo que somos uma maravilha, porque isso

não existe em lugar algum — e eu conheço alguns países do mundo. Mas
é ~~preciso~~ preciso que reconheçam que ~~as~~ nossas dificuldades
são diferentes das dos outros órgãos. A Funai tem quase o mesmo número
de funcionários do Ibama e só tem que pensar em índio, com todas as im-
plicações que ele significa. Temos 135 atribuições legais, e cada uma
delas tem desdobramentos em quatro ou cinco itens. É impossível, por is-
so, sermos uma maravilha.

] Temos dependência da SAF para fazer concurso público, ^{da SOF} para orçamento e do Congresso Nacional, ~~para aprovar~~. Nem sei como agüentamos. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Agradecemos à Dra. Nilde Lago Pinheiro e passamos a palavra ao último expositor, Dr. Teodorico Rocha, Coordenador Técnico do Planaflores do Estado de Rondônia.

O SR. TEODORICO ROCHA - Sr. Presidente, demais membros da Mesa, ~~Senhores~~ participantes deste debate, primeiramente, quero agradecer à Comissão pelo convite e pela oportunidade de debater essas questões que, de certa maneira, são de extrema relevância, principalmente, para o Estado de Rondônia, que vem tendo que se haver com parte daquilo ^{de} que o Dr. Edson falou, ou seja, ~~quando~~ peso dos conflitos sociais existentes em outras áreas. [Concordo com o Dr. Edson: ninguém se muda do lugar ^{se está bem ali,} onde nasceu, apenas pelo espírito aventureiro. A grande maioria é realmente expulsada. A imigração em Rondônia se deve muito mais a ~~causa de origem~~ ^{causa de origem} expulsão do que propriamente a atração. A opção por Rondônia já é uma segunda escolha.]

Quando milhares de famílias são expulsas por falta de emprego e condições de trabalho nos lugares onde vivem, buscam, no

leque de opções, aquele local que lhes possa oferecer a melhor alternativa. ~~Esses~~ ^{Os} conflitos sociais são uma realidade.

Concordo com o Dr. Edson. Temos de levar em consideração que as pessoas se deslocam para ~~esses~~ ^{em que} Estados ~~porque~~ a ocupação ainda é pequena, o Governo Federal dispõe de áreas extensas, há terras devolutas, que não têm definidos com clareza seus proprietários, há apenas demandantes que pretendem sua posse, já que ainda não estão devidamente regularizadas. Essas áreas realmente exercem ~~um fascínio~~ ^{um fascínio}. ~~As~~ ^{As} ~~por isso as~~ pessoas se dirigem para lá em busca de terra.

Rondônia teve, a partir dos anos 70, exatamente coincidindo com o início da colonização oficial pelo INCRA, • grande fluxo migratório. A partir daí, quando circulou a notícia de que o Governo estava distribuindo terras ^{em Rondônia,} grandes contingentes chegaram lá, levando consigo seus problemas sociais. Famílias descapitalizadas chegavam apenas com a cara e a coragem ou, como alguns dizem, puxando a cachorrinha, com o objetivo de pegar terra e nela trabalhar para se sustentarem. ~~Este~~ ^é um ato nobre, não tenho a menor dúvida, as pessoas saírem dos grandes centros em busca de uma alternativa honesta de sobrevivência. Muita coisa foi feita nestes anos.

Quando Rondônia passou de Território para Estado,



assumiu uma herança, mas, junto com ela, não recebeu o apoio devido do Governo Federal para conduzir esse processo de desenvolvimento.

O próprio INCRA, que deveria ^{as/} fazer o assentamento das famílias, ~~deveria~~ dar-lhes as condições de suporte necessárias à produção, não teve recursos suficiente para isso.

Entendo que ~~colonização~~ ^{colonizar} não é apenas marcar lotes e assentar famílias, ~~deixando-as~~ ^{deixando-as} expostas à malária e à falta de condições de retirar a produção. Não há coisa mais danosa do que uma família se assentar ~~em um~~ ^{num} lote, trabalhar, desmatar, ~~produzir e, depois,~~



produzir e, depois, não ter como tirar sua produção, ou seja, continuar na mesma. A diferença é que ~~ele~~ tem condição de sobreviver, e de fome ~~ele~~ não morre, mas não melhora de vida, não tem remuneração pelo seu trabalho. [Então, o primeiro grande contraste, a primeira grande implicação que abordaria é que o Governo Federal foi responsável por esse deslocamento de ~~grandes~~ famílias, seja por problemas sociais de origem, seja por ~~problemas~~ de não dar um seguimento adequado ao processo de colonização. ^É ~~Então, é~~ a primeira questão. ^(Hoje,) às vezes ~~a gente analisa~~ ^{analisamos} um problema ~~localizado~~ ^{que} esse problema não pode ser ^{visto} simplesmente ~~visto~~ como uma questão localizada. Ele tem uma amplitude maior. Nisso concordo ~~com~~ com o Dr. Edson. Mas também esses conflitos sociais têm dupla face. No mesmo bojo em que vai o pequeno produtor em busca de terra para produzir, para sustentar sua família, o que acho justo, ^{com isso} ~~evaporou~~ o Governo deve se preocupar, vai também o grande grileiro, vai também aquele que quer pegar 10 mil, 20 mil para especular, para ^a ~~transformar em~~ ^(com) pecuária, o que não concordo. Acho que esse especulador não pode ter o mesmo tratamento por parte do Governo ou a negligência de alguns órgãos oficiais e continuar ocupando vastas áreas de terra devoluta, desmatando, causando grandes impactos ambientais e expulsando famílias de índios, que são nossos irmãos também, de seringueiros, caboclos que ~~estão lá,~~ ^{que} foram



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16 Q

Quarto Nº 15/2

Taq. - Adar

Conf. - Miranda

Rev. eris

chamados pelo mesmo Governo Federal durante a Segunda Guerra Mundial
^e que foram batizados de soldados da borracha. Era uma opção que muitos
 nordestinos tiveram. ^{Em} vez de irem para o front, em vez de irem para
 a Europa guerrear, poderiam ir para a Amazônia aumentar a produção de
 borracha para abastecer ^{os} ~~seus~~ aliados. Essas famílias lá estavam. São os
 chamados caboclos, ~~vão~~ hoje ~~os~~ mestiços. De repente, esses grandes in-
 vasosores chegam, ocupam a área, contratam jagunços, e aí começam os con-
 flitos sociais e ambientais ^{de} que os senhores têm notícias. ^{Em} ~~o Estado de~~
^{parte acho} Rondônia nessa luta desse conflito dos migrantes, ^{parte deles até acho}
^{dos migrantes. Isso tem de} justa a pretensão ~~em~~ que ser muito bem observado, herdando toda essa
 situação e com pouco recurso para fazer frente a isso, podemos dizer
 que o Estado de Rondônia é um Estado que ainda hoje não se viabilizou
 do ponto de vista econômico, ainda hoje não arrecada o suficiente para
 manter os serviços básicos e essenciais ^{que} precisa para manter a popu-
 lação, depende de buscar recursos de outras fontes. Nesse bojo, ^{como a} ~~nesta~~
^{veio o Polonoveste e} Dra. Nilde falou, ~~o Polo Nordeste~~, vem hoje o Plano floro. ^{Tem que}
^{ser um programa,} na falta de compromisso do Governo Federal ^{em} ~~alocar~~ os recursos sufi-
 cientes para atender ^{as} famílias de brasileiros que lá estão e que foram
 deslocados por conta de não ter nos seus locais de origem resolvidos
 seus problemas sociais, ^{herdaram} ~~herdando~~ o ônus da situação e do conflito social



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16 Q

Quarto Nº 15/3

Taq. - Adar

Conf. - Miranda

Rev. - cris

40/41

pelos quais passamos no País. Então, ^{busca-se} ~~se busca~~ a elaboração desses projetos de colonização, ~~se busca a elaboração~~ desses projetos de desenvolvimento rural integrado, em que se procura dar o mínimo de infra-estrutura àquelas famílias que lá foram colocadas. [Quando veio o ^{Polonoroeste} ~~Polo Noroeste~~ ^{esta:} ~~essa~~ a tentativa inicial foi ~~essa~~ dar a infra-estrutura que os projetos de colonização do INCRA não tinham, tais como estradas, escola, postos de saúde. Não tenham dúvida de que, também, quando ~~se~~ chegou esse aporte, começou a haver um segundo problema de efeitos ambientais muito maiores. Na medida em que se levava a infra-estrutura, aumentava-se o desmatamento. Na medida em que se levava a infra-estrutura ^{até} ~~onde~~ não havia estrada, ~~havia um pequeno~~, chegava o médio produtor já numa D 20 e comprava aquele lote do pioneiro. Era uma questão que o Governador Jorge Teixeira sempre falava para os colonos. Ele chamava a atenção dos colonos: "Olha, vocês que sofreram, vocês que entraram aqui e andaram dez, vinte quilômetros com o ~~cacaco~~ nas costas, sem estrada, só pela picada, hoje, quando vocês estão recebendo a estrada, tenham cuidado para não se transformarem de pioneiros em ^{"pionários"} ~~estabelecidos~~ porque vocês ~~ser~~ viram única e exclusivamente para justificar a chegada do serviço." Agora vem a segunda fase da migração, que é uma fase também histórica. ~~que~~ ~~acontece~~. Temos a frente pioneira, que justifica o serviço ~~do Estado~~.

do Estado e, no segundo momento, temos a chegada do médio e do grande produtor. Já começamos a assistir coisas em Rondônia: no mesmo projeto de colonização, uma pessoa já ^{tem 37} ~~comprando~~ lotes adquiridos. Quer dizer, aí já ^{se} começa a ~~se~~ pôr em dúvida o próprio processo de ocupação por que passou o Estado de Rondônia. O discurso da incorporação de novas áreas ^{ao} ~~do~~ setor produtivo não é realidade, porque ~~se~~ passou a ^{haver} ~~com~~ aglutinação em grandes fazendas, ~~começou a ter a grande fazenda~~, o pequeno começou a ser expulso de novo para novas frentes pioneiras, começou a haver a segunda migração dentro do próprio Estado de Rondônia, o avanço em cima de novas áreas. ~~Uma~~ [Outra questão que se deve observar: dos 5 milhões e 100, 5 milhões e 200, que é um número muito vago, não se tem ^{hoje} ~~um número preciso~~ — para a solução desse problema ~~em~~ ^{esse} ~~um~~ problema que o IBAMA poderia nos auxiliar muito, juntamente com INCRA ^{ver} ~~o~~ valor exato ~~de~~ ^{da} ~~essa~~ área desmatada, ~~qual~~ ^{de} ~~essa~~ a área que sofreu, realmente, uma pressão atrôpica maior em termos ^{de} ~~essa~~ ocupação, ~~mas~~ ^{essa área} Estimamos em torno de 5 milhões e 100 mil hectares, ^{dos quais apenas} ~~temos pouco mais de~~ 200 mil, cerca de 220 mil hectares com lavouras perenes. Ou seja, o discurso de que a ocupação se dá com base na necessidade de ~~se~~ incorporar novas áreas ^{ao} ~~do~~ setor produtivo já começa ^(ser questionado) a ~~questionar~~, porque, dos 5 milhões de hectares desmatados, pouco mais de 200 mil estão com lavouras perenes. Em torno

de ¹/_{um} milhão ^{de hectares} estão com lavouras anuais, mas produzidas em meio de toco, produzida com baixa tecnologia e, conseqüentemente, com baixa capacidade de competição. Não podemos de maneira nenhuma imaginar que as terras de Rondônia, da forma como é a colonização do pequeno produtor, ^{possam} ~~possa~~ competir, por exemplo, com ^{as do} centro-sul na produção de grãos. [Sabemos, verdadeiramente, que o aproveitamento do cerrado pode vir, e muito, auxiliar ^{na diminuição} a questão da pressão sobre a Amazônia. Podemos até dizer que a preservação da floresta amazônica passa por um aproveitamento racional do cerrado, porque ^{se evitaria} ~~evitaria~~ a pressão maciça de contingente de pessoas que ainda continuam pressionando as terras da Amazônia em busca de novas áreas. Se pudéssemos ter uma tecnologia mais bem conduzida para o cerrado em termos de abastecimento e produção de grãos, poderíamos desafogar um pouco essa pressão e ter ~~logicamente~~ na Amazônia um modelo de colonização mais adequado às condições da região. [Também entendemos que o que acontece na Amazônia não é muito diferente do que o que aconteceu em países da Europa ^e nos Estados Unidos, ~~que é~~ o modelo do arrasa-tudo, onde você, simplesmente, chega, retira a cobertura florestal e tenta implantar uma monocultura ou, o que é pior, ■ pastagem. Digo pior porque ^{e'} ~~você~~ tirar uma biodiversidade, ~~que é~~ a floresta amazônica, onde há mais de 40 mil espécies, ^{das quais ainda sem} muitas ~~das quais ainda sem~~ aproveitadas

mento racional, para, simplesmente, transformar ^{a área} em pastagem, porque o custo da terra é baixo, ^é em termos econômicos, em termos ecológicos, o Governo Federal ^{precisa} ~~tem que~~ ter uma política mais séria com relação a isso, ^{com} ~~tem que~~ ter alguns impedimentos, ~~com relação a esses aspectos~~. A tentativa de reverter esse processo é a implantação do zoneamento sócio-econômico e ecológico. Rondônia fez o seu zoneamento, ^é certo que é um zoneamento ainda numa primeira aproximação, na escala de ¹/_{um} para ¹/_{um} milhão, a base técnica ainda é uma base pequena, mas ~~que~~ tenta, realmente, articular ^e compatibilizar esses interesses. Compatibilizar os interesses das populações indígenas, dos seringueiros, dos extrativistas, dos madeireiros, dos pequenos, ~~os~~ médios e grandes produtores rurais. Quer dizer, essa tentativa de ~~se~~ ordenar o processo de ocupação e ~~de~~ ordenar a distribuição do espaço é uma das grandes saídas para a Amazônia. [O Governo Federal já tem uma política de zoneamento da Amazônia como um todo, mas o Estado de Rondônia ~~por exemplo~~, elaborou um zoneamento, e passamos a ter ^{essa desarticulação} ~~nessa questão~~ ~~nessa discussão~~ ~~hoje~~ ~~nos~~ ~~vários~~ ~~relações~~ ^{em que órgãos da} ~~onde órgãos da~~ ~~própria~~ administração federal começavam a ^{discutir} ~~questionar~~ o zoneamento, questionando se o Estado tinha ou não ~~tem~~ competência para tal. ~~Temos que chegar ao ponto em que os~~ ~~ór-~~



desse, Como observou o Dr. Marcelo, ~~em que~~ o INCRA, o IBAMA, a FUNAI, ^{e outros órgãos} diversos ~~outros órgãos~~, a EMBRAPA, a CEPLAC formaram um grupo de trabalho e aprovaram o Planaflo ^{no} nível federal. Esse contrato, antes de ser assinado pelo próprio Governo Federal ~~porque~~ (não foi ~~o~~ assinado ^{Ac} pelo Governo de Rondônia, ^{mas também} Foi assinado pelo Governo Federal), foi aprovado pelo Senado da República. Não tem cabimento ficarmos ouvindo de órgãos da administração federal que a proposta é do Estado e este, por não ter terra pública, não poderia fazer um zoneamento. [O contrato não foi assinado ^{se} pelo Governo de Rondônia. ^{Foi} O contrato ~~foi~~ assinado pelo Governo Federal, ^{que} na hora em que o Governo Federal assinou o contrato com o Banco Mundial ~~ele aceitou as regras do jogo. Ele aceitou as regras do~~



aceitou as regras do jogo. Aceitou as regras do jogo! Então, não assinasse! Na hora em que esses órgãos ~~que~~ compuseram o grupo de trabalho que apoiou a ~~Comissão de Financiamento Externo~~ Comissão de Financiamento Externo na aprovação do projeto deveria ter dito: não concordo. Mas aprovou. [Então, hoje, temos um acordo internacional. ^{Ac} ~~em que~~ também, ~~ao~~ não se cumprir o que está nele contido estamos descumprindo um acordo internacional. Quer dizer, podemos questionar isso. Temos todo o direito de questionar, ~~os projetos, mas temos, também, o direito~~ Fomos ouvidos, as organizações foram ouvidas. Faço essas observações porque ~~são determinadas questões~~ ^{sobre elas.} ~~que~~ é importante que raciocinemos ~~pois,~~ ^{como disse} quando se vai colocar um trabalho desses em execução, ~~isso que a Dra. Nilde, ^{pa'} ~~abordou, é uma realidade~~~~ ^{ha' grande} dificuldade ~~que temos,~~ do ponto de vista tecnológico, do ponto de vista de pessoa. ^{E ainda ha'} ~~para fazer os trabalhos, já é grande,~~ ^{para} ~~para ela também ser pesada pela~~ desarticulação institucional. [Vejo que o Governo Federal, principalmente o ~~novo~~ Governo que vem aí, deveria ter uma coordenação bem mais forte ~~do que~~ ^{para} articular esses contratos assinados. Não são raras as vezes em que lemos nos jornais que contratos assinados com organismos internacionais quase sempre não são executados. Recursos são colocados à disposição do Governo e não são usados. Por conta de quê? Por conta de desarticulação de diversas instituições. O Plana-



floro, para que tenham uma idéia, ^{tem} ~~são~~ dezoito órgãos executores. ~~Então,~~
 Não é fácil ~~se~~ manter a articulação de dezoito entidades, com dezoito
 comandos diferentes, vamos dizer assim, ^{são} ~~de~~ dezoito cabeças que enten-
 dem de maneira diferente. Mas é um contrato que está assinado! É um con-
 trato que foi negociado! [Concordo que o zoneamento sócio-econômico-
~~diário, o zoneamento sócio-econômico~~ ecológico tem na questão fundiária
 seu problema fundamental ^{que} e os conflitos sociais de base existem e devem
 ser resolvidos. Tanto é que, ^{após o} ~~no~~ zoneamento ~~que foi~~ feito ^{numa} primeira
 aproximação, o Planafloco trouxe no seu bojo uma segunda aproximação,
 que deverá trazer esse zoneamento ^{de} uma escala de ^{um} ~~um~~ para ¹ ~~um~~ milhão ^{para}
 uma escala de ^{um} ~~um~~ para 250 mil, ^{na qual} ~~onde~~ essas questões vão poder aparecer
 com maior nitidez. Não tenham dúvida. Concordo, também, com o Dr. Edson
^{em que} ~~que~~ esses conflitos sociais de base têm ^{de} ~~que~~ ser resolvidos na base, e
~~que~~ a maneira correta de ~~se~~ resolver isso não é combater pura e simples-
 mente o zoneamento, e sim ajustá-lo, porque o instrumento é uma neces-
 sidade. O Estado de Rondônia, para os senhores terem uma idéia, é o pri-
 meiro Estado ~~Presidente,~~ no Brasil a transformar o seu zoneamento
 numa lei estadual, uma lei complementar à Constituição. Faz parte da
 Constituição de ¹⁹⁸⁹ ~~1988~~ do Estado, o ajuste da Constituição ^{Federal de 1988,} após a Cons-
 tituição ~~de 88~~ e em 1991 conseguimos que essa primeira aproximação ~~fosse~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 368/94

Fita Nº 6 B

Quarto Nº 17/3

Taq. - Adar

Conf. - *Muanda*

Rev. *cris*

transformada em lei complementar. ^[Quanto ao] questionamento ^{sobre} ~~por exemplo,~~ se o ^{fazer o zoneamento,} Estado pode ou não pode, temos alguma satisfação em ver que um juiz federal já expediu uma liminar baseada nesse zoneamento. Então, já é o ^{o Estado pode fazer} começo, já se começa a criar o conceito de que a lei de uso de solo rural, ~~passa a ter uma jurisprudência e podemos, realmente, construir isso.~~ Sabemos que a lei de uso de solo urbano já se transformou em ~~uma~~ questão aceita no Brasil. ^{Para as} ~~As~~ cidades com mais de 50 mil habitantes já é constitucionalmente exigida, ^a ~~que tenham sua~~ lei de uso de solo, ^o ~~ou~~ plano diretor. Ninguém questiona mais o fato de que as cidades tenham seu plano ^{o fato de os} diretor, mas ^{quanto aos} Estados terem a sua lei de uso de solo rural ainda está sendo questionado. ^{Discute-se se} ~~O fato de que~~ os Estados e o Governo Federal ^{podem} ~~possam~~ ordenar o processo de ocupação, a exemplo do ordenamento que é feito nas cidades. ^{Se} ~~Quer dizer, que~~ os Estados ^{podem} ~~possam~~ destinar suas terras. No caso de Rondônia, esse zoneamento destina áreas para índios, para seringueiros, ^{para} ~~a~~ colonização, de acordo com a oferta ambiental. [Sem sombra de dúvida, esses temas são muito polêmicos e não vão se esgotar aqui, mas também sentimos que ^{na} ~~este ambiente,~~ a Câmara dos Deputados ^{onde} ~~onde~~ é possível haver essas discussões, ^é ~~onde~~ é possível, que, ~~possamos ter, nessa base de discussão~~ e a partir dos questionamentos que possam existir aqui, melhorar, sem sombra de dúvida, ^a ~~essa questão~~ da ges



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

49

Reunião Nº 368/94

Fita Nº 16 S

Quarto Nº 17/4

Taq. - Adar

Conf. - *Muanda*

Rev. *eris*

tão dos recursos naturais. O que passa, necessariamente, pela negociação
entre as diversas instâncias do Governo Estadual ^{e do} ~~com o~~ Governo Federal
e, principalmente, ^{pela} ~~da negociação com as populações e com os agentes eco-~~

~~nomicos.~~



Reunião Nº 369/93

Fita Nº 16-T

Quarto Nº 18/1

Taq. - Terezinha

Conf. - Myunha

Rev. cris

negociação com as populações e com os agentes econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Agradecemos ao Dr. Teodorico Rocha. ^{a palavra} Vamos passar para os debatedores, mas

^{quero} Antes, ~~gostaria de~~ fazer algumas considerações. [Estamos discutindo a desarticulação entre órgãos técnicos federais nas áreas ambiental e fundiária. Uma das causas dessa desarticulação, pelo que pudemos ^{deduzir} ~~perceber~~ das seis exposições feitas até agora, é a falta de recursos. ^{Eu} Não faço parte da Comissão Mista de Orçamento constituída para analisar, discutir e votar o Orçamento para 1995. O Orçamento total para 1995 está previsto em 266,8 bilhões de reais. Desses 266,8 bilhões de reais, a rolagem da dívida vai consumir 132,2 bilhões de reais; juros e encargos da dívida vão consumir 21,8 bilhões de reais, o que dá a soma de 154 bilhões de reais, ou seja, do nosso Orçamento vamos gastar 57% ^{no}

^{rolamento da} ~~rolamento da~~ dívida, pagando juros e encargos. Se não tivéssemos essa dívida, se ela fosse um pouco menor, poderíamos dispor, mensalmente, de ^{treze} ~~treze~~ bilhões de reais. ^{a mais} Vou repetir: Se não tivéssemos essa dívida, ou se

ela fosse um pouco menor, disporíamos ^{a mais} de treze bilhões de reais. ^{zerada.} se ela fosse ~~uma~~ A União vai trabalhar com 118,9 bilhões de reais, que

têm outras limitações. ^{Quero} ~~gostaria de~~ esclarecer também que 534 Parlamentares, Deputados e Senadores, apresentaram emendas ao Orçamento. Essas emendas vão consumir cerca de ¹ ~~um~~ bilhão e ¹⁰⁰ ~~cem~~ milhões de reais. Isso



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94 Fita Nº 16-T Quarto Nº 18/2
Taq. - Terezinha Conf. - Myrinha Rev. cris

51.

significa que cada Parlamentar poderá destinar para sua região, para o seu Estado, dois milhões de reais, ^{por meio da apresentação de até} ~~através de~~ dez emendas. Dois milhões de reais significam 1% do Orçamento aproveitável; não é do Orçamento total, ou seja, o Congresso, ^{pelos} ~~através das~~ emendas, interfere em 1% do Orçamento. [A reserva de contingência da Presidência da República, como os Senhores sabem, ^{trata-se de} é uma verba que fica à disposição do Presidente para ser encaminhada na direção ^a que, ^{com} ~~ela~~ ^{sua} sabedoria, ^{S. Exa. achar de} ~~deve~~ conduzir de ¹ ~~um~~ bilhão e ⁸⁰⁰ ~~setecentos~~ milhões de reais, ou seja, a reserva de contingência do Sr. Presidente da República ^{ultrapassa em 700} ~~setecentos~~ milhões ^{verba} daquela que os Srs. Parlamentares vão destinar ^{por meio de} ~~para as~~ emendas. [Ou ^{detalhe} ~~coisa que é~~ interessante: desses 118,9 bilhões, que significam 41% do Orçamento e podem ser disponíveis para a União, há verbas que já estão com o destino certo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-V

Quarto Nº 19/1

Taq. - Terezinha

Conf. - *Muritiba*

Rev.

52.

Se deduzirmos essas verbas, que não podemos cancelar, pois são compromissos assumidos, restam apenas 88,8 bilhões. [Como vêem, o Brasil como um todo passa por uma fase de fato muito difícil. Ontem, nós—da Comissão Mista de Orçamento—tivemos uma audiência com a Secretária da Receita Federal. A arrecadação prevista para 1995 é de ~~48 bilhões de reais~~ *64 bilhões de reais*. Houve um crescimento real de 35% em relação ao ano que passou. Segundo afirmativa da Receita Federal, é o maior crescimento em todo o mundo, no momento. Mesmo assim, foi dito que, para cada real arrecadado, ~~deixa de ser arrecadado um real~~ *1 real*, ou seja, se viermos a ter um eficiente sistema de arrecadação tributária e mais uma orientação para todos aqueles que atuam e podem gerar tributos, poderemos simplesmente dobrar de ~~64~~ *64* bilhões para ~~128 bilhões de reais~~ *128 bilhões de reais*. São dados importantes, para que os senhores tenham uma visão daquilo que deve ser aprovado, porque na verdade o Poder Legislativo tem um poder de interferência mínimo no Orçamento. Até 1988, não tinha nenhum. Agora tem um poder tremendamente reduzido, apesar de se passar para a sociedade brasileira *a ideia de que é quem* o Congresso *quem* interfere, ~~de uma certa~~ *quem* cria dificuldade, *quem* desestrutura o Orçamento da Nação. Não é verdade. Isso deve ficar muito claro.

Podemos passar aos debatedores, iniciando pelo

Dr. Brent Millican, ~~mas Planaflores~~ *Planaflores*, representante do Instituto de Estudos Ambientais, que tem a palavra. *e falará sobre o caso Planaflores.* Peço que tenha o cuidado de fa-



53

lar próximo do microfone. A nossa sala foi reformada, ^{sistema de} mas o som ainda não.

O SR. BRENT MILLICAN - Em primeiro lugar, ^{quero} ~~gostaria de~~ agradecer à Comissão o convite para participar desta reunião técnica. Na realidade, ^{esta} é a segunda vez que aqui estamos, discutindo o caso do Planaflo e as questões referentes às políticas públicas, especialmente nas áreas fundiária e ambiental. ^{na} primeira vez foi, como os Senhores ^{devem} ~~se~~ lembrar, em junho de 1993, ^{quando} ~~de nós~~ várias ~~das pessoas~~ presentes hoje aqui ^{estávamos} discutindo os mesmos problemas. Espero que daqui para a frente ^{possamos ter} ~~vamos conseguir~~ mais sucesso na solução dos problemas do que ^{tivemos} ~~de~~ daquela época até hoje.

O Dr. Teodorico já ^{foi} ~~foi~~ uma boa introdução sobre os antecedentes do Planaflo, a experiência do Pólo Noroeste, as origens do Planaflo. É bom lembrar que o Planaflo foi uma proposta de técnicos do Governo de Rondônia, com o objetivo de resolver problemas constatados na execução do Pólo Noroeste. Muitas vezes ^{diz-se} ~~é~~ que o Planaflo ^o próprio zoneamento são imposições do Banco Mundial. Podemos até questionar certas ^{atitudes} ~~posições~~ do Banco Mundial em determinados momentos, mas ^o ~~a~~ proposta em si, ^e o zoneamento ^{conceituação} ~~conceituação~~ sua ^{global} ~~global~~ foram uma proposta do Governo de Rondônia, dos técnicos do Governo de Rondônia. Foi até



54.

um avanço, ^{comparado} ~~quando se compara~~ com a história do Pólo Noroeste, que foi um projeto concebido de forma muito mais centralizada, em Brasília, e, no caso do Planafloro, houve uma participação muito mais ampla dos técnicos do Estado.

Também é bom ^{lembrar} ~~que se lembra~~ que, dentro da conceitualização do Planafloro — isso até entrou nos acordos contratuais do projeto, entre o Governo Federal, o Governo de Rondônia ^e ~~com~~ o Banco Mundial —, se pressupõe a existência de matriz de políticas públicas, para ^{torná-las} ~~que estas se tornem~~ compatíveis com os objetivos de desenvolvimento sustentável do Planafloro. Essa matriz de políticas públicas deve incluir a institucionalização do zoneamento e outras reformas na área ambiental e fundiária.

No que diz respeito especificamente à questão da política fundiária, num acordo de projeto e ^{em torno} de empréstimo do Planafloro previu-se um convênio entre o INCRA e o Governo de Rondônia, visando definir políticas de regularização de terras e práticas a serem observadas dentro do Estado, que deverão ser compatíveis com os objetivos de manuseio e proteção da floresta, em termos e condições satisfatórias ^{do ponto de vista do} Banco, isto é, na linguagem do acordo de projeto. Mas, basicamente, a idéia ^e de que o INCRA estaria participando institucionalmente do Planafloro, e as políticas fundiárias do ^{Instituto} ~~INCRA~~ seriam



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16 Y

Quarto Nº 20/2

Taq. - Leine

Conf. - Myrinha

Rev. Rosa Maria

compatíveis com os objetivos do plano, que, por sua vez, nada mais é, ou deve ser, do que um carro-chefe ~~em~~^{no} esforço de desenvolvimento sustentável no Estado de Rondônia.

Desde a assinatura dos acordos de empréstimos, verificou-se uma série de problemas ~~em relação a~~^{quanto a} essa questão específica ~~da~~^{lembrar} área fundiária e ambiental. É até bom ~~que~~^{que} o convênio, da forma prevista nos acordos contratuais do Planaflo, ainda não existe. Existem documentos assinados, mas não um convênio formal, contemplando as ações do INCRA da forma ~~estabelecida~~^{estabelecida} nos acordos contratuais. Acho inclusive que foi uma falha do próprio Banco Mundial permitir o início da implementação do Planaflo sem a assinatura desse convênio, que até hoje não se ~~conseguiu~~^{estabeleceu. Estamos} fazendo um esforço para ~~conseguir~~^{firmar} esse convênio. Muitos ~~dos~~^{dos} problemas que vou relatar agora poderiam ter sido evitados se houvesse esse convênio, ~~se houvesse~~^{com} a participação efetiva do INCRA nesse processo.

~~Vou~~^{Vou} referir ~~me~~^{me} especificamente a um caso de desapropriação no Estado de Rondônia, que foi citado nesse resumo da reunião técnica de hoje. É sobre uma área no Município de Campo Novo, ~~em~~^{em} Rondônia, contemplando ~~uma área~~^{terras} de aproximadamente 67 mil hectares, ~~com~~^{abrangendo} quatro imóveis, chamados: Rio Branco, Pedro do Abismo, Oriente e No-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16 Y

Quarto Nº 20/3

Taq. - Leine

Conf. - Myrinha

Rev. Rosa Marie

56.

va Vida.

Existe um decreto presidencial autorizando a desapropriação ^{dessa propriedade} pelo INCRA, assinado em 22 de julho deste ano. Existem outros casos também parecidos com esse caso de Rio Branco, como, por exemplo, a área do TDA São Sebastião, cuja desapropriação foi autorizada por um decreto assinado em abril de 1994. Existem outros casos parecidos. Há três projetos de assentamento que foram criados em 1992, chamados Curupira, Água Azul e Rio do Conto. São todos ca sos parecidos, mas vou referir ^{me} especificamente a essa área de Rio Branco.

Como foi mencionado nesse resumo, ^{em} alguns dos problemas que se observam nesse caso de desapropriação, existem questões legais, existe uma série de outras questões que, acho, de vem ser con sideradas. Em primeiro lugar, ^{há} a ausência da elaboração prévia de EIA-RIMA,

com a realização de audiência pública, conforme ^a Resolução nº 001 de 1986, do ^{Conama} ~~CONAMA~~. Nesse caso o INCRA alega que é impossível fazer ^o EIA-RIMA em terras privadas, portanto, não fez o EIA-RIMA. Esse é o argumento do INCRA.

Em segundo lugar, ^{há} o desrespeito ao zoneamento estadual. ^{Existe a} Lei Complementar nº 52, de dezembro de 1991, como o ^{Sa. Teodoro} Rocha ^e observou, o zoneamento foi contemplado na própria Constituição esta-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16 Y

Quarto Nº 20/4

Taq. - Leine

Conf. - Myrinha

Rev. Rosa Maria

57

dual de 1989, respaldado por uma lei complementar em dezembro de 1991.

Essa área insere ^{- se na} ~~dentro da~~ zona IV, que é destinada ao ex-

tratativismo vegetal, principalmente de produtos não madeireiros. Basi-

camente ^{sua} conceituação seria ^a de reserva extrativista.



59.

trabalho de campo, feito pela equipe de índios isolados da Funai. No processo do INCRA menciona^{-se} apenas outra área interditada pela Funai, a área indígena Caribuna, como se fosse área de interesse da Funai, e não aquela citada no ofício, ~~que se situa~~^{que se situa} entre Rio Branco e Jaciparaná, que obviamente compreende região de interesse do INCRA. Então, infelizmente, essa questão dos índios isolados foi ignorada no processo de desapropriação.

O INCRA também não avaliou ~~previamente~~ a presença de seringueiros antes de fazer essa desapropriação, o que seria recomendável. E se fosse executado esse EIA-RIMA, naturalmente seria examinada essa questão dos impactos sociais. Considerando que a área já era de zona IV, teria sentido avaliar-se a presença de seringueiros nessa área, e de outras populações tradicionais, além dos índios.

Em termos de como se justifica a demanda social, existem alguns aspectos curiosos nesse processo. Primeiro, há o fato de que entidades como o Movimento dos Sem-Terra e a Federação dos Trabalhadores da Agricultura não foram consultadas nesse processo. Também o processo não foi submetido à Comissão Estadual da Terra.

Em termos de vistoria, não se têm dados da existência de uma vistoria de campo, com uma documentação efetiva dos posseiros, com nome completo, CPF e outras informações. Existem listas com nomes, como João, José, Raimundo,



~~enfim,~~
~~como~~ posseiros. Existem mapas do próprio INCRA que mostram a existência de grandes grileiros nessa área. Existem informações, tanto de campo como de interpretação de imagens de satélite, ^{de que há} ~~de~~ grandes desmatamentos nessa área, ou seja, a área está sujeita à ocupação por grandes grileiros, à ocupação efetiva, ^{com} ~~sem~~ desmatamento, ^{para} moradia de posseiros, pelo menos até ^{há} pouco tempo, antes das eleições. Não sabemos agora, ^{como está a situação,} porque, na época de eleições, existem outros interesses ^{que motivam a invasão} ~~de se~~ dessas áreas. Mas ocupações legítimas o INCRA não conseguiu comprovar; ^{seguem} ~~seguem~~ os processos normais, de aprovação pela Comissão da Terra, de consulta às principais entidades que ^{representam} ~~apresentam~~ os pequenos agricultores. ^{Repete!} ~~repete!~~

~~questão~~ em época de eleições, a ocupação da área tem sido incentivada pelo próprio INCRA ^e por políticos locais. Existe toda uma série de interesses eleitoreiros na ocupação dessa área.

É importante também questionar ~~se é importante~~ ^{ou} ~~se é importante~~ ^{Sim,} ~~se é importante~~ lembrar ^{que} o INCRA sempre afirma ^{ser} ~~que~~ precisa aumentar seu estoque de terras para fazer assentamento. É bom lembrar que toda a região em torno dessa área é de terras públicas. Deixando essa questão de zoneamento de lado, se o INCRA quisesse fazer um projeto de assentamento, já teria um estoque de terras públicas disponíveis. A questão é: ^{é preciso} ~~é preciso~~ ^{de} ~~de~~ desapropriar essa área?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

61.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16 Z

Quarto Nº 21/4

Taq. - Leine

Conf. - Myrinhá

Rev. Rosa Maria

Outro aspecto também muito importante é, ~~essas~~ ^{que} ~~as~~ ^{qual é a} ~~que~~ ^{dessa} ~~se tem~~ ^{nessa} área?
~~que~~ tipo de solos, ~~de~~ ^{qual é a} qualidade de solo ~~que~~ ^{dessa} ~~se tem~~ ^{nessa} área?

As informações existentes demonstram que a maior parte do solo tem deficiências químicas, problemas de relevo e de terreno pedregoso.



Em segundo lugar, que tipo de projeto o INCRA pretende implantar nessa área, em termos de sistema de produção, em termos de estrada, de posto de saúde, de escolas? Pela experiên-

cia ~~dos projetos passados do INCRA~~ ^{de} inclusive um projeto na área vizinha a essa a ser desapropriada ^{Salomas} -, ~~tem-se a experiência de~~ que os projetos ^{do INCRA} são implantados em áreas isoladas, sem infra-estrutura, sem estradas, sem postos de saúde, sem educação, sem um modelo de ocupação

^{dessa} ~~nessa~~ área de solos fracos. Foi o caso do PA Buriti, um projeto que existe numa área vizinha: praticamente dois anos depois da sua criação, a maioria dos lotes já foi vendida. ^{A implantação da pecuária,} ~~O processo de pecuarização,~~ que

ocorre em outros lugares de Rondônia, também já está avançando nessa área. Então, ^{assentam-se as pessoas,} ~~assentam-se gente,~~ mas sem condições efetivas de sobrevivência. Esse também é um ponto questionável. Observa-se, nessas

áreas de fronteira, ^{que se reproduzem os} ~~em outros lugares acontecem nos~~ projetos antigos de colonização: ^{depois da} a chegada dos primeiros migrantes, ^{há} ~~depois~~ a concentração da terra e a ^{iniciação da pecuária.} ~~pecuarização~~. Só que, se ocorreu em dez anos nos projetos

mais antigos de Rondônia ^e em quarenta anos no Estado do Paraná, no projeto Buriti ~~está acontecendo em dois anos~~ esse processo de concentração fundiária ^e "pecuarização" está acontecendo em dois anos.

Quanto à migração para essas áreas, importa ^{considerar} ~~o Sr.~~ ^{ela} como o Sr. Teodorico observou - que ^{tem} origem no



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 16-Z

Quarto Nº 2/2

Taq. - LEINE

Conf. - Myrtenha

Rev. ROSA MARIA

63.

processo de concentração fundiária, nas áreas centrais de Rondônia. E um dos objetivos do zoneamento de Rondônia era justamente o de promover a intensificação agrícola nos melhores solos de Rondônia -- nos solos mais férteis das áreas que já foram dematadas, em sua grande maioria ainda subutilizadas, ^{com} ~~em~~ áreas de capoeira ou áreas abandonadas --, de intensificar a agricultura nessas áreas. Isso implica também, além de políticas agrícolas coerentes, ações fundiárias, no sentido de desestimular o processo de concentração fundiária. Essa seria uma área em que seria muito bem vinda a atuação do INCRA, naquele sentido. Infelizmente isso não tem sido possível.

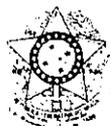
Um dos outros pontos questionados no processo de desapropriação foi : quais os reais interesses por trás dessa desapropriação? Em muitos processos recentes de desapropriação, constata-se que os preços ~~estão~~ estão muito acima do valor real, do valor de mercado da terra.

O SR. - (Interven-
ção fora do microfone.)... tem que dizer onde, como...

O SR. BRENT ^{MILLICAN} ~~MILLICAN~~ Por favor... Bom, nos próprios processos existem provas. Acho que aquilo que o senhor sugere cabe ao Ministério Público, que atualmente está investigando essa questão.

O SR. - (Intervenção fora

64



CAMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião nº369/94

Fita nº 17 A

Quarto nº22/3

Taq. - Leine

Conf.-

Rev.-Rosa Maria

do microfone.) O senhor é responsável por acusações levianas.

O SR. BRENT MILLICAN - Esse é um caso que está sendo investigado pelo Ministério Público.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Teremos a seguir os debates, quando todos terão totalmente franqueada a palavra.

O SR. BRENT MILLICAN - É bom fazer um resumo sobre a situação atual do processo relativo a essa área.

Com base no inquérito civil, instaurado pela Procuradoria da República em Rondônia e depois de uma ação civil pública, um Juiz Federal, em Rondônia, concedeu liminar no dia 18 de julho, obrigando o INCRA a respeitar o zoneamento e a elaborar o EIA-RIMA, antes de realizar assentamentos. No dia 25 de julho, saiu no "Diário Oficial" o decreto autorizando a desapropriação, o que não se caracteriza como uma desapropriação, mas autorizou^{-se} a desapropriação.

Dessa época para cá, o INCRA já realizou os trabalhos de vistoria e autorizou o lançamento dos primeiros pagamentos e ajuizamentos da competente ação de desapropriação. Isso aconteceu no final de agosto. Pelo menos administrativamente o INCRA não está respeitando a liminar do Juiz. Não tenho informações sobre os pagamentos dos TDAs, ^{sobre} se a desapropriação aconteceu.

geisa



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

65

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 A

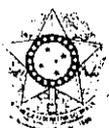
Quarto Nº 22/4

Taq. - Leine

Conf. - Myrinhua

Rev. Rosa Maria

Pelo menos administrativamente não se está respeitando a liminar de um Juiz Federal. Isso não é imposição do Banco Mundial; estamos falando da Justiça Federal brasileira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião nº369/94

Fita nº 17-B

Quarto nº23/1

Taq. - Leilaine

Conf.-

Rev.-Rosa Maria

Existem outros problemas em relação à política fundiária, principalmente ^{no que se refere} ~~em relação~~ à regularização fundiária e alienação de terras públicas. Não vou delongar-me nesse assunto; ^{o seguinte} basicamente, existe ~~um~~

problema: áreas estão sendo tituladas, em Rondônia, dentro de regiões afetadas pelo zoneamento, como a área de conservação – dentro de unidades de conservação onde já foram, por exemplo, criados vários parques estaduais ~~em outras áreas de conservação~~, não apenas para pequenos posseiros, mas para grandes pretendentes de terras, através da concessão de CPCVs.

Infelizmente esse tipo de ação está inviabilizando a implantação de várias unidades de conservação no Estado de Rondônia, inclusive criando grandes problemas para a implementação do Planafloco. Dentro disso, um dos aspectos que, acho, deve ser questionado é o reconhecimento de desmatamento associado a pastagem artificial como benfeitoria, sem a prova de ocupação, de moradia efetiva para fins de titulação de terras públicas. Isso induz a essa prática.

Outro problema é



que esses documentos precários do Incra têm sido usados pelos órgãos ambientais para a concessão de autorização de desmatamento, queimadas e exploração madeireira. A própria Superintendência do Ibama tem concedido licença, ^{ou} ~~de~~ ^{para} ~~de~~ autorização ~~de~~ desmatamento e exploração madeireira, com base nesses documentos. São declarações de posse do Incra; ~~fazendo que~~ não ^{se trata de} ~~é~~ documento com valor jurídico. ^é Um problema muito sério, que está sendo discutido, em Rondônia, ^{de o INCRA} ~~de o Incra~~ essa questão ~~de o Incra~~ conceder documentos precários, ~~depois~~ ^{depois} usados para licenciamento ambiental. Muitas vezes isso facilita os processos de ocupação desordenada e até de "esquentamento" de madeira, ^{em} ~~de~~ unidades de conservação de outras áreas.

Também existem problemas em relação ao zoneamento e à política fundiária, com respeito aos créditos e aos incentivos fiscais.

Por exemplo, dentro da zona ^{IV, há} ~~de o Incra~~ madeireiras instalados, com isenção de IPI concedida pela Suframa; ^{há} ~~de o Incra~~ grandes projetos pecuários, ^{instalados em} ~~de o Incra~~ financiados pelo FND, ~~de o Incra~~ unidades de conservação, onde existem fazendas tituladas depois da criação daquela unidade de conserva-

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 B

Quarto Nº 23/3

Taq. - Lelaine

Conf. - Myrunha

Rev. Rosa Maria

ção.

Enfim, existe uma série de problemas, muitos dos quais desencadeiam políticas fundiárias e relacionam-se com a questão do acesso a terra. É muito importante que se repensem essas políticas, que haja um conjunto de políticas públicas coerentes. Sem isso é impossível que se ~~tenha~~ ^{desenvolva} um projeto como o Planafloro. [Muito mais importante do que

] o Planafloro é o esforço de desenvolvimento sustentável no Estado de Rondônia. Ninguém está dizendo que o ~~INCR~~ ^{o INCR} tem de parar, pois esse órgão tem um papel muito importante no Estado de Rondônia. Acho que é preciso haver transparência, que ^{o INCR} faça parte de um colegiado e que os outros órgãos governamentais ^{também} sejam transparentes para a sociedade civil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Dr. Brent, gostaria de saber se o senhor vai alongar-se em sua exposição.

O SR. BRENT MILLICAN - Não, já estou terminando. Era basicamente isso: a importância da inclusão da política fundiária, não apenas no caso do ~~INCR~~. Acho que as políticas fundiárias e ambientais devem ser repensadas e norteadas por um conceito de desenvolvimento

vimento sustentado; que se considerem as questões sociais, que são muito importantes, como ^{também} afetas ^{dos} poss ^eiros, ^{dos} pequenos agricultores.

Muitas vezes vemos que os problemas de incompatibilidade não são moti-
vados por isso, ^{mas} por outros interesses econômicos ^e políticos que muitas
vezes não representam a ^{maior parte} ~~razão~~ da sociedade de Rondônia. Acredito que,
com a democratização das políticas públicas, muitos desses problemas se-
rão evitados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Agrade-
cemos ao Dr. Brent Millican a exposição. Comunicamos que a Dr^a.
Nilde Lago Pinheiro e o Dr. Nascimento Paulino, por motivos ^{diferentes,} ~~variados~~ re-
tiraram-se e não vão poder participar das discussões. Mas os seus asses-
sores, as pessoas que os acompanharam estarão no plenário para essa dis-
cussão. Nós temos ainda dois debatedores, que vão falar
sobre os casos Gleba Iriri e Vale do Guaporé.

Passo a palavra ao Dr. Márcio Santilli, ^{que falará sobre} ~~para abordar o~~
caso Gleba Iriri.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Sr. Presidente, senhoras e senhores presentes, fui convidado por esta Comissão para, na condição de debatedor, trazer ao conhecimento de todos as informações que temos sobre esse caso específico ~~que se refere ao~~ ^{do} processo de grilagem



71.

de uma gleba pertencente ao ~~INERA~~ no Norte do Mato Grosso.

Quero esclarecer que a organização à qual pertencemos, o Núcleo de Direitos Indígenas, não é ~~uma organização~~ especializada no tratamento de questões relativas à reforma agrária e à política fundiária do País; ~~verdadeiramente~~ tomamos conhecimento desse caso por força de uma demanda indígena, que é a nossa área ^{específica} ~~concreta~~ de trabalho, de atuação. Trata-se dos índios autodenominados Panare, ^{ou Panarú,} conhecidos também, publicamente, por outras denominações, que foram contatados de forma desastrosa pelo Governo Federal, em meados dos anos 70. Sofreram um processo brutal de genocídio, e os seus sobreviventes foram transferidos ^{para o} ~~ao~~ Parque do Xingu.

^{La} ~~eles~~ mudaram ^{-se} seis vezes de lugar, não tiveram condições de adaptabilidade e estão vivenciando um processo de retorno ao seu território tra-

dicional. Esses índios ^{-nos há-} procuraram ^{falaram -} cerca de três anos, ~~atrasar~~

nos dessa pretensão de retornarem à área de onde foram retirados, ^{e a} ~~A~~

partir daí nós procuramos recolher informações sobre a área pretendida

por esses índios, a área ^{tradicionalmente} que ocupavam antes. 8

~~nestras áreas~~ suas lideranças que grande parte dessa área tradicional havia sido virtualmente ocupada, ^{mas não} por índios, ^e que havia três Municípios ~~nesta~~ ^{nessa} região, extensas ~~áreas~~ ^{áreas} de garimpo, desmatamento de várias ordens, e, portanto, o território tradicional estava virtualmente "detonado", e eles ~~precisam~~ ^{precisavam} considerar esse fato, frente a suas pretensões.

Esses índios, ^{por intermédio} ~~através~~ da Funai e ^{com o} ~~do~~ apoio de outras entidades, insistiram em visitar sua ~~área~~ ^{terra} tradicional; estiveram nesses Municípios, conversaram com os ^{tende} ~~em~~ ~~sobre-~~voado ^{região,} essa ~~área~~ ^{região,} identificaram uma parte ^{de sua} ~~da sua área~~ tradicional ainda com mata, e restringiram sua reivindicação

a esse pedaço da sua área tradicional, onde ainda havia floresta e portanto condições ambientais compatíveis com uma ocupação indígena. Essa área situa ^{-se} na fronteira do Mato Grosso com o Pará. Parte da área pretendida pelos índios ^{-se} superpõe a essa gleba do INERA, chamada Gleba Iriri, e outra parte ^{-se} superpõe a uma área destinada ao Estado



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 C

Quarto Nº 24/3

Taq. - Lelaine

Conf. - Myrinhá

Rev. Rosa Maria

73.

Maior das Forças Armadas, já situada no sul do Estado do Pará.

Portanto, o nosso conhecimento sobre essa situação da Gleba Iriri veio por essa via, ou seja, ao fazermos o levantamento dessas áreas, chegamos à conclusão de que havia ~~uma destinação, por meio de~~ um decreto do Presidente da República, ^{datado} de 1979, se não me falha a memória, ^{destinando} ~~destinando a área ao Inera~~ ^{ao INCRA uma área} antes interdita por ser terra indígena, sob essa denominação de Gleba Iriri.

Dentro da parte da gleba do ~~INCRA~~ pretendida pelos índios não há ocupação não-indígena, não há presença de posseiros. Os índios até fizeram questão ^{de} que se excluísse da área por eles reivindicada toda e qualquer titulação em nome de índios; não queriam conflitos com não-índios, queriam apenas retornar à parte do seu território que ainda poderia ser objeto de ocupação indígena, por estar preservada.

A uma certa altura desse processo, esses índios desceram ^{no} ~~num lugar~~ o único ponto onde havia ocupação não-indígena dentro da área pretendida: uma pista clandestina de pouso, ^{situada} no Estado do Mato Grosso, dentro da Gleba Iriri, de posse do Inera, ocupada por uma pessoa localmente conhecida por Fernandão, que seria o responsável por

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 C

Quarto Nº 24/4

Taq. - Lelaine

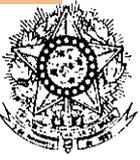
Conf. - *Miyunhu*

Rev. Rosa Maria

74.

uma frente de grilos ou grilagem, dentro dessa área. Posteriormente essa pessoa inclusive chegou a ~~telefonar-me~~ ^{me contactar por tele fone,} em Brasília, para solicitar - ele imaginou que a nossa organização fizesse parte da Funai - que retirássemos os índios das terras que considerava pertencentes a ele.

Insisti muito com esse senhor em que tivéssemos um contato pessoal, ~~quando~~ ^{para que} nos apresentasse os documentos de que dispunha sobre essa área e pudéssemos mostrar-lhe a exata pretensão dos índios, que na verdade estavam reivindicando apenas uma parte da chamada Gleba Iriri, que sequer sabíamos se era efetivamente incidente sobre a área que esse senhor dizia possuir.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-F

Quarto Nº 25/1

Taq. - Lelaine

Conf. - Myrunha

Rev. Rosa Maria

75

Essa pessoa informou que suas terras se estendiam além da fronteira do Estado do Mato Grosso, ^{na parte} portanto, ~~visto~~ Sul do Pará.

Nós pedimos a uma pessoa da nossa organização que fosse até o Município ^{do Norte} de Garantã ^{para} ~~apudarse na região~~ ^{na região} aferir o que de fato havia para que nós

não ~~se orientássemos~~ ^{orientássemos} o pleito dos índios de maneira

^a se colocá-los ~~diante de um~~ ^{num} conflito desfavorável, que impli-

casse risco de vidas humanas. Essa pessoa lá esteve, le-

vantou a situação da área, confirmou a existência do grilo e dis-

se ser de domínio público a existência desse tal "grupo dos dez" que esta-

ria, de certa maneira, respaldando as ações desse Sr. Fernando, ocupante

da área.

Comentava - se
~~do processo comentava-se sobre~~

a existência de vínculos polí-

ticos entre várias pessoas e esse processo de grilo, fato que, não tendo

condições de confirmar ou de documentar, nós representamos ao Ministé-

rio Público Federal, pedindo que julgasse cabível [↑]instauração de

um inquérito, um instrumento próprio para [↑]aferir a procedência

dessas informações e ^{as} responsabilidades relativas ao fato. [A verdade
é que esse processo de grilo ocorre na região; há ^{la} presença física dessa
pessoa, de jagunços contratados por ~~essa pessoa~~ ^{ela.} e constatamos inclusive
a ocorrência de conflitos armados entre esse grupo e outros que
parecem ^{ter} também ~~ter~~ pretensões sobre a área, conflitos que resultaram ^{em} ~~na~~
mortes. Posteriormente, também ^{temamos} conhecimento por ter
sido feita uma identificação, por parte da Funai, da área pretendida pelos
índios, ^{havendo} ~~sendo~~ uma comissão ^{designada} para esse fim ^{de} que, após a esta-
da ^{do} ~~esse~~ grupo de identificação da Funai, que também se fez acompanhar
por um funcionário do INERA, na aldeia indígena houve, após a saída desse
grupo de identificação, um novo conflito com os ocupantes não-indígenas
dessa região, que compareceram ^{armados} à aldeia. Felizmente esse confli-
to não implicou ^{houve, de fato,} mortos e feridos; apenas um entrevero ali na
região, entrevero esse que motivou, poucos dias depois, um retorno provi-
sório desses índios ao Parque do Xingu. [Posso informar aos senhores que
no dia de hoje está ocorrendo uma reunião no Parque do Xingu, na aldeia

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº

17 F

Quarto Nº 25/3

Taqui. - Lelaine

Conf. -

Myunhua

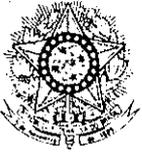
Rev. Rosa Maria

77

antiga desse grupo Panará—uma reunião convocada pelos próprios índios, que pedem apoio das demais lideranças indígenas, de outras pessoas e de organizações, inclusive a nossa, à sua pretensão de retomar a luta pelo seu território.

O que nos constrange nessa história, Sr. Presidente, é saber que, havendo disponibilidade de terras públicas para proceder-se a programas de reforma agrária e a outras destinações importantes, do ponto de vista social, uma gleba esteja sendo grilada nessa região, sem que o Poder Público tenha, até o momento, tido condições de tomar providências acauteladoras em relação a esse processo.

Lamentavelmente, a demanda indígena é parcial quanto à sua incidência sobre essa área. Para os problemas dos índios propriamente, incluídos dentro do mandato da nossa instituição, já tomamos as providências devidas, ^{levando} ~~de levar~~ à consideração da Justiça Federal o pleito dos índios de retornarem a essa área, mas foge inteiramente ao alcance de uma entidade como a nossa agir em



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-F

Quarto Nº 25/4

Taq. - Lelaine

Conf. - Myrinha

Rev. Rosa Maria

78

relação a processos de esbulho do patrimônio público fundiário. Nesse sentido, nós levamos essas informações também ao conhecimento do INCRA, e *pedimos - lhc*
~~pedimos - lhc~~ que participasse do processo de identificação da terra indígena, segundo solicitação da Funai,



79.

no que fomos atendidos. Esse grupo de identificação relatou os conflitos havidos, ^{houve,} e, portanto, a confirmação ^{do próprio Presidente da Funai} da presença dessas pessoas ^{na} ~~dentro~~ área.

O grupo de identificação, ^{repite, incluindo} ~~incluindo~~ o representante do INCRA, ^{subscreever} ~~subscreeveram~~ ^{relatando} o ofício ao Presidente, a ocorrência desses conflitos com os índios.

Sr. Presidente, salvo engano da nossa parte, trata-se de terra pública, parcialmente reivindicada por índios, mas, na sua parte mais substancial, destinada a outros órgãos públicos federais, onde ocorre processo de ^{grilagem} ~~grilagem~~ com práticas de violência, ~~o~~ que, no nosso entendimento, deveria ser objeto de uma ^{ação} ~~ação~~ pronta ~~do~~ do Governo Federal, no sentido de ^{se} ~~se~~ coibir essa prática e impedir que se consolide mais esse processo de grilagem de terras públicas no nosso País, sobretudo ^{para} ~~para~~ que se protejam as populações ali existentes, inclusive o grupo indígena, que tem ocupado intermitentemente essa área.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

80

Reunião Nº 369/94
Taqui. - luciene

Fita Nº 17 D
Conf. - Myrinha

Quarto Nº 26/2
Rev. Osulen

Pergunto ao Superintendente do Incra, aqui presente, se não haveria possibilidade de, a curto prazo, ^{seguir-se} ~~descer~~ essa pista e constatar a ocorrência desse processo de grilagem, ^{para} tomar providências até ^{de ordem} policial, cabíveis, em relação às pessoas, ou desmentir os fatos que têm sido trazidos ao conhecimento de todos nós, relativos a essa ^{gleba Iriri} ~~questão~~.

Sr. Presidente, ~~para concluir~~, quero dizer que ^{estou de} ~~firmo nome~~ alma lavada em função de algumas afirmações feitas pelo ^{Sra.} Presidente do Ibama quando tratou do problema que me parece crônico e subjacente a todos esses casos ^{em discussão} ~~que estamos~~ aqui, ^{ou seja,} ~~discutindo~~ que é o problema do loteamento político dos cargos de confiança dos órgãos federais, no âmbito dos Estados. Esse parece ser especificamente ^{e ponto a tratar} ~~oportuno de ser tratado~~ neste momento em que vivemos um processo de transição de governo e portanto, ^{em tese} pelo menos ^{temos} as melhores condições de evitar tais práticas de loteamento político ^{de} ~~dos~~ cargos, no contexto do próximo governo.

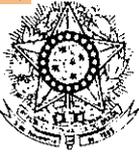
Parece-me que realmente é impossível pretender que as presidências desses órgãos públicos consigam implementar as políticas no âmbito dos Estados, ^{assim} ~~assim~~ como é possível.



vel pretender uma ação mais articulada dos vários órgãos públicos que têm competências conexas no setor fundiário, quer dizer, ^é impossível pretender uma ação mais efetiva se, na verdade, os responsáveis públicos, as pessoas que ocupam os cargos de confiança nos Estados são nomeadas segundo uma lógica sinistra, que chega, em determinados casos, até a inverter a finalidade da atuação daquele órgão público, segundo as determinações legais.

Nesse sentido, deixo a esta Comissão, inspirado ^{nas afirmações} ~~na exposição~~ da Presidente do Ibama, a minha sugestão concreta, ^{no sentido} de que se considere a possibilidade de ^{dirigir} ~~decidir sobre~~ uma recomendação ou uma moção ^{que fosse dirigida} ao futuro Presidente da República, para que essa prática ^{tenha} ~~tenesse~~ fim, para que esses órgãos ^{possam} ~~pudessem~~ ser dirigidos segundo as suas obrigações legais ^{e segundo a} estratégia política do próprio Presidente da República e dos Ministros da área, e não de ^{acorde com} interesses políticos específicos, às vezes até ilegítimos e desonestos, que acabam por ^{tornar} ~~causar uma~~ esquizofrênia a ação dos órgãos públicos no âmbito dos Estados federados.

Portanto, essas são as ^{ponderações} ~~considerações~~ que eu tento ^{ter} a fazer e a sugestão que ~~eu gostaria de~~ deixar a V.Exa., para ser objeto de discussão posterior, em reunião deliberativa desta Comissão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 D

82.
Quarto Nº 26/4

Taq. - Lu

Conf. - Myrinha

Rev. Guleru

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Resende) -
Agradecemos ao Dr. Márcio Santilli ^{a exposição.} Temos ainda um debatedor, e de-
pois passaremos ^{aos} ~~para os~~ debates abertos; já temos três pessoas
inscritas.

Vou dar a palavra ao Dr. Roberto Cavalcanti
Batista; antes, comunico aos senhores que ~~vou pedir ao~~ Deputado
Sidney de Miguel ^{assumirá} ~~que assumirá~~ a presidência dos trabalhos para que
eu possa ^{-me} ausentar por um momento.

Tem a palavra o Dr. Roberto Cavalcanti Batista.



O SR. ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - Sr. Presidente, autoridades que compõem a Mesa, Sr. Deputado Federal pelo Estado do Mato Grosso José Augusto Curvo, demais autoridades aqui presentes, para nós é uma satisfação muito grande estar aqui compondo a Mesa para ~~que possamos~~ falar sobre a desarticulação entre os órgãos técnicos federais das áreas ambientais e fundiárias.

Foi ^{aqui} observado inicialmente, pelo Sr. Presidente da Mesa, um ~~fato~~ ^{fator} fundamental: o Orçamento. Infelizmente, a razão maior de tudo isso que estamos ~~abordando em questão~~ ^{discutindo, em caráter} pontual ou tópico, está no Orçamento, ou na política monetária utilizada pelo Governo.

Hoje, para dar um exemplo, temos uma ação civil pública, ajuizada contra a União ^e com sentença já em desfavor da União, ~~onde~~ ^{porque} mais de vinte e quatro bilhões de reais destinados à habitação estão depositados em cadernetas de poupança ^e não são utilizados no setor habitacional. Esses recursos, se ~~destinados~~ ^{cumprissem} a sua finalidade, poderiam render empregos, circulação de mercadorias, impostos, saúde, e evitar a pressão no campo, essa pressão fundiária, ~~como~~ como também as pressões ~~por~~ ^{por} invasão das áreas indígenas.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 G

Quarto Nº 27/2

Taq. - Lu

Conf. - Myrinha

Rev. Celso

] No entanto, com a política monetária que temos, ^{não vejo como mudar com o próximo} no momento, no País, e que, infelizmente, ~~com o~~ Governo,

~~quando não vejo como mudar, nós~~ não podemos ter outra mentalida-

de se ^{cujos efeitos estamos vivenciando;} não essa ~~que estamos vivenciando nos~~ órgãos da administração

pública desestruturados, desarticulados, ^{qualquer} sem ~~nenhuma~~ política indi-

genista, agrária ou agrícola. E o que estamos

discutindo aqui são questões tópicas e pontuais. [Começamos

pela nossa experiência em Mato Grosso, do ponto de vista indígena, com

o ^{a discutir refere-se} indigenato, e a primeira questão ~~da abordagem~~ será a Funai.

] A Funai ^{-se} encontra hoje completamente deses-

truturada, do ponto de vista administrativo; ^{se pretende} ~~não tem~~ verbas para a

educação, ^{de recorrer ao} tem ~~que fazer através do~~ MEC;

para a saúde, ^{para o} ao Ministério da Saúde; ^o ~~se~~ custeio, Minis-

tério da Fazenda ou à Seplan. Temos também, nesse mesmo siste-

ma, o Ibama, ^{que,} infelizmente, é um órgão incompetente para

gerir e policiar a política ambiental.

Lamentavelmente, no Estado do Mato Grosso tivemos

^{de} ajuizar uma ação civil pública para que todos os recursos captados

^{via} ~~através~~ taxa de reposição florestal fossem destinados ao reflo-

restamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 G

Quarto Nº 27/3

Taq. - Lu

Cont. - Myunha

Rev. *Culcu*

85

] Hoje essa ~~quantia~~ ^{verba} é de 1 milhão, ~~em quatrocentos~~ ⁴⁷⁰ ~~noventa~~ mil reais, ² está sendo aplicada no reflorestamento das cabeceiras e margem do Rio Cuiabá, cuja importância transcende os limites do Estado do Mato Grosso, com o pantanal matogrossense e também os alimentadores do Rio Paraguai.

Também vale notar que o Ibama não tem sequer um corpo técnico capaz ~~para~~ ^{de} elaborar projetos de implantação de reflorestamento ambiental. Isso é lamentável, porque recebemos - como foi dito aqui- do Banco Mundial ^{recursos} que, apesar ~~de~~ ^{dos baixos} juros, pagamos ~~isso~~ ^{a título de} na dívida externa; e,

] por não termos quadros competentes para gerenciá-los, também pagamos juros de permanência.

Todos esses recursos são utilizados na atividade-meio e nunca na atividade-fim. Temos várias organizações, mas todas elas ~~são~~ ^{têm sides} até agora, incapazes de conceber projetos, implantá-los e gerenciá-los.

Nesse mesmo setor, ~~temos~~ ^{há o caso da} Polícia Federal.

Compete à Polícia Federal ser a polícia judiciária da União, ^{mas} o que



estamos ^{constatando?} ~~assistindo~~ a falta recursos financeiros e técnicos, e treinamento inexistente. Falta, principalmente, a ideologia do cumprimento do dever legal. Por quê? Porque as terras, no caso, as terras indígenas — são bens da União, segundo o art. 20, inciso XI da Constituição Federal. E nós temos ^{tremendas} dificuldades ~~tremendas~~ para ^{para} contar com o apoio da ^{Federal,} ~~polícia judiciária,~~ que pertence ao Executivo, embora ^{deva atuar como} ~~seja~~ polícia judiciária da União, ^{sendo seus} ~~seus~~ maiores clientes o Poder Judiciário e o Ministério Público, no caso, o nosso Ministério Público Federal. Basta dizer que nas áreas de Sararé e Guaporé, temos mais de vinte e cinco inquéritos policiais requisitados e com andamento a passo de tartaruga, devido a vários motivos. [Então, não se pode conceber que a polícia judiciária da União não tenha a ideologia do cumprimento do dever legal. Não ^{se trata de} ver em toda comunidade que lida com o indigenato ou na Funai, ou ^{em} no Ibama, o inimigo potencial. Não. É preciso reciclar esse pensamento e saber que o Ministério Público está apenas cumprindo seu dever legal. Toda e qualquer invasão em área indígena, como no caso de Sararé, Guaporé e agora de Arara Rio Branco, ^{acometam uma primeira providência!} ~~requerem a Funai,~~ os órgãos não-governamentais



87

etc. vêm ao Ministério Público, que nada tem além dos arquivos,
~~papeis~~ ^{hoje em} microcomputador, ^{do acesso} e à Justiça, para acionar uma
ação civil pública. Essa é a nossa arma: a ação civil pú-

blica. Nada mais do que isso, no momento, porque todos os órgãos
executores da política estão ^{ligados ao} ~~no~~ Executivo, seja o Ibama, seja a
Funai, ou, no caso fundiário, o INERA. E todos, na verdade,
estão desarticulados, desestruturados, ^{são} omissos; ninguém quer
assumir responsabilidades. Isto é o pior.

]Infelizmente, nós que estamos no Minis-
tério Público e, especialmente, no Estado do Mato Grosso, estamos
assistindo ^a isso.

Agora há pouco o Dr. Nascimento Paulino se
ausentou-se; infelizmente ^{não} ~~vai~~ ^{vai} poder ouvir
a colaboração que queremos dar a esse processo. [Qualquer
operação que se realize, através do Judiciário, no Estado do Mato
Grosso, ^{em que} ~~quando~~ se vai deflagrar ^{a ação,} os madeireiros,
as pessoas que estão lá, explorando, ilegalmente, as madeiras em
áreas indígenas, já estão sabendo de há muito, e nós não temos como
tornar eficaz a operação.

Outro órgão que precisa ^{- 12} integrar nisso é

a Receita Federal, com ^{vistas} a chamada riqueza amazônica, fruto de atividades extrativistas madeireira e garimpeira.

A Receita Federal é omissa, nesse caso. Há falta de fiscalização do IPI ^{do} do Imposto de Renda dessas madeiras, que são extraordinariamente grandes. As carretas não são mais trucadas; já são as famosas "julianas"; estão desmatando e ninguém faz nada. Por quê? Porque o Ibama diz que é responsabilidade da Funai; a Funai joga para o Ibama; a Polícia Federal também não vai ^{lá} porque não tem condições, e estamos assistindo ^{a toda} essa omissão.

Toda a sociedade está cobrando ^{a ação} do Ministério Público da União, até mesmo os próprios ^{competentes,} órgãos como o Ibama e Funai, como se o Ministério Público Federal estivesse substituindo-os.

] No Pará, por exemplo, as empresas exportadoras estão exportando o mogno de área indígena a três por dois e ninguém faz nada para ^{impedir} ~~que se impeça~~ isso, pelo menos retirando essa madeira da pauta de exportação. Se se fizesse isso, acredito que já ^{se} dificultaria a exportação ^{que está ocorrendo hoje,} desenfreada ^{causando} ~~como esta~~ nessa pressão em áreas indígenas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17i

Quarto Nº 29/1

Taq. - Mônica X.

Conf. - *Mezinha*

Rev. *Eloir*

89.

Temos, ~~aqui~~ ^{também}, que alertar para a segurança nacional na área amazônica.

É uma área de fronteira seca com a Colômbia, ^a Bolívia, e ~~Muni-~~ Muni-
cípios como Letícia, Guajará-Mirim, Caçeres e Corumbá ~~são~~ ^{são} verdadeiros
corredores de drogas e ^{de} contrabando não só de madeira mas também
de garimpo.

Na questão madeireira, no próprio Vale do Guaporé, o
Judiciário Federal, ^{em} de Mato Grosso, está ~~procedendo a realização de~~ ^{realizando} lei-
lão de madeira indígena para que possa esta verba ser revertida ^{em} ~~as~~
~~favor dos~~ ^{favor dos} indígenas, ^{com a} ~~anúncios~~ de apresentação de projetos étnicos,
culturais, históricos ^e antropológicos.

O IBAMA, inclusive, queria alienar mais de 6 mil me-
tros cúbicos, ^{por meio} ~~através~~ de leilão administrativo, o que imediatamente ~~lhe~~
dissemos que não deveria ^{ser feito.} ~~ser~~ feito. Inclusive, há duas semanas,
em um seminário patrocinado pelo Prodeagro de Mato Grosso, dissemos que
não ^{de} poderia fazer ^{isso} porque a questão ^{havia} ~~estava~~ aflorada. Ora, se o IBAMA
fizesse esse leilão, o dinheiro iria para a União e não seria reverti-
do para os índios, para a comunidade. O que queremos, ^{é fazer o mesmo} ~~um exemplo~~ que
^{já} estamos fazendo em Cuiabá, com o reflorestamento do Rio Cuiabá,
~~na mesma~~ para as comunidades indígenas.

Uma outra ^{observação:} ~~razão~~ a ausência do Poder Público na



chamada Amazônia ^{legal} tem reflexos no Rio de Janeiro, ^{em} São Paulo e nos grandes centros do País, porque ^{esses} ~~esses~~ ^{não são} problemas apenas regionais, ^{não são} ~~vivenciados~~ vivenciados apenas no Norte e ^{no} Centro-Oeste, mas ^{tem} ~~tem~~ proporções nacionais.

Estamos vendo o Rio de Janeiro; ^{que ocorre no} as Forças Armadas ^{-se} recusaram a entrar no processo e hoje a situação ^{daquele Estado} ~~do Rio de Janeiro~~ está deteriorada. Estamos assistindo a mesma ^{situação} ~~cóisa~~ no interior de São Paulo e também na ^{legal} Amazônia. Ainda ontem ouvimos no noticiário que quando ^{há pessoas} ~~passam~~ na Colômbia e na Bolívia todos os grandes traficantes se escondem em território brasileiro, e que o Brasil, hoje, é o maior corredor para o narcotráfico ^{em direção} ~~para~~ a Europa e Estados Unidos.

Daí, concluimos ^{com} que a omissão do Poder Público ^{faz-se} ~~deixam~~ o preenchimento desta lacuna ^{pela ação privada,} com maior ou menor sentimento de justiça, de acordo com sua formação. Temos que dar prioridade e atenção especial ^{assim} a Amazônia, lá estando o Poder Executivo, como o Poder Judiciário e o Ministério Público da União, de igual modo. Todos ~~esses~~ fatos acontecem a mais ou menos 500 quilômetros de distância da Capital, no Aripuana, ^{de} a mais 1.300 quilômetros ^{dali,} em São Félix, de igual modo, sem a presença da Justiça Federal ^e sem varas da Justiça Federal em ^{pelo menos} ~~que sejam~~ municípios próximos de onde ^{esses fatos estão ocorrendo,} ~~estes~~ não podemos ter uma operação eficaz. Por quê? Porque a Polícia



Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17i

Quarto Nº 29/3

Taq. - Mônica x.

Conf. - Injunha

Rev. Elou

Federal vai até lá, vai ao IBAMA, vai à Funai, e quando dá as costas, o que acontece? Volta o status quo de antes. [Não é possível que isso aconteça mais.

Temos de nos estruturar de forma a que, ^{em} ~~no~~ âmbito ~~maior~~ ^{maior} o Governo Federal possa dotar estes órgãos de orçamento, de modo ^{essa situação} ~~para~~ que eles possam combater eficazmente. Do contrário, o Ministério Público e todos nós ficaremos aqui discutindo questões pontuais, tópicas, e o índio ^{continuará} ~~vai ficar~~ desprotegido.

Também a questão da reforma agrária, da forma de colonização, não vai andar, por falta de política agrícola, por falta de política agrária. É isso que nos falta. Realmente, a União é a maior latifundiária; tem terras ^{suficientes} ~~para~~ para fazer uma reforma agrária sem ^{necessidade de} ~~precisar fazer~~ indenizações. O INCRA, por sua vez, como gestor da política fundiária da União, tem que agir de forma competente. Está havendo uma brincadeira em relação ^{aos} ~~esta questão de~~ TDAs, inclusive, versus Justiça Federal. Não estão respeitando a Lei Complementar nº 74 e não se pode continuar fazendo reforma agrária ~~desse~~ maneira, ~~sem~~ sem dotação orçamentária, sem os pagamentos necessários.

Então, é essa a visão que o Ministério Público tem ^{de} ~~em relação a~~ todos estes órgãos. ^{Para prestar esta} ~~com forma de~~ contribuição,



fugi um pouco do nosso caso t^opico, ^{de} o Guaporé, que
 é um caso típico; a Funai não tinha condições de combater ^{ali} a
 invasão dos madeireiros; o IBAMA também não se faz presente ^{lá,}
^{assim como} a Polícia Federal. E foi preciso ^{que houvesse} ~~que houvesse~~ uma ação
 civil pública tanto para a área indígena de Sararé como para Gua-
 poré, a fim de ^{buscar} ~~que pudesse trazer~~ algum resultado. Ainda assim, temos
 muitas dificuldades, e estamos sabendo que continua o desmatamen-
 to. E é preciso que se diga: ^{quando} ~~há~~ ^{quando} se desmata a reserva
 indígena, estamos, também, como não-índios, aqui na cidade, prejudicando
^{de todos,} ~~os,~~ porque estamos propiciando a riqueza de ^{quem não paga} ~~alguns sem que paguem~~ um
 centavo de imposto, como também ^{a degradação de} ~~degradando~~ o meio ambiente,
^{com isso,} ocasionando danos à fauna e à flora. Isso para nós é prejudicial. É
 preciso que saibamos ^{conviver} ~~viver~~ de forma condominial com as áreas indígenas,
 que são essenciais ^{para} a nós, não-índios, nas cidades.

Essa é a preocupação do Ministério Público como um
 todo, que trazemos mais uma vez aos senhores, repito, para que possa-
 mos refletir e ^{constatar} ~~ver~~ que o Ministério Público, aqui, não é o algoz,
 mas um aliado. Agora, a sociedade está cobrando ~~dos~~ demais o compromis-
 so de que todos esses órgãos atendam ^{suas} as finalidades de ação nos
 Estados.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17j

Quarto Nº 30/2

Taq. - Mônica X.

Conf. - *Mujunha*

Rev. *Edson*

93

] Na Amazônia, estamos vendo que INCRA, Funai, ~~IBAMA~~ ^{IBAMA}

e Polícia Federal estão ausentes. Estamos tentando substituí-los, mas isso não é possível. Não é nossa atribuição ~~em~~ nossa competência.

] Portanto, acredito que não fugi ao tema do caso concreto, porque esta é uma preocupação nossa, antiga, que já externamos à Procuradoria-Geral da República. ~~Aproveitamos~~ ^{Aproveitamos} a oportunidade para também trazê-la aqui ~~na reunião~~ ^{os senhores dela} para que tomem conhecimento e possa haver uma reformulação, uma reciclagem ~~de~~ ^{de} idéias, no trato, ~~da~~ ^{na} administração da coisa pública.

É preciso que as políticas públicas sejam implementadas, porque o bem-estar social é a finalidade do Estado.

^{a todos}
Agradeço a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Resende) - Antes de passar a palavra ao primeiro debatedor, ^oDeputado José Augusto Curvo, de Mato Grosso, daremos ~~movimento~~ a palavra ao Dr. Francisco Edson Teófilo Filho, que precisa retirar ^{- se e por força de} ~~segundo~~ compromisso

~~assumido~~ ^{assumido} com a Mesa quer ^{prestar} ~~responder~~ alguns esclarecimentos

que dizem respeito à sua área.
~~que foram feitas em suas regiões~~

O SR. FRANCISCO EDSON TEÓFILO FILHO - Inicialmente,



quero dizer que vou pedir ao Dr. Robercílio, Superintendente do INCRA, te de Rondônia, no caso específico dessa gleba que foi citada,

a gentileza de complementar as respostas, porque não vou entrar em detalhes. Em seguida, também do Dr. Lutero, Superintendente do INCRA em

Mato Grosso, que também foi citado; inclusive, uma pergunta dirigida pelo Dr. Márcio diretamente a ele.

Peço desculpas, mas temos uma reunião nacional de Superintendentes de todo o País para fazer um balanço final da administração e resolver casos graves de desapropriação, que ainda vão ser assinados pelo Presidente Itamar Franco, apesar de alguns serem contra a desapropriação de terras no Brasil.

Pretende começar de trás para frente, na ordem dos debatedores, e responder ao nosso ilustre Procurador da República, que usou expressões como "omisso" que a União é a maior latifundiária e precisa desapropriar terras para fazer reforma agrária.

Lamentavelmente, a realidade do Brasil é diferente, Sr. Procurador. Certamente, sei que ~~V. Exa.~~ ^{V. Sa.} pode estar-se referindo ao caso concreto da região que conhece bem, e ~~isso pode ser uma~~ ^{pode haver aí} parcela importante de verdade. Esse caso da gleba de Mato Grosso é um destes exemplos onde a União é que teria a possibilidade de implantar alguns projetos nessa área



e de certo modo abandonou ^{-a} à própria sorte e à grilagem.

Essa é realmente uma questão complicada, mas não é genérica. A realidade do Brasil é diferente: há políticas, há recursos e há ações. O Presidente Itamar Franco, neste momento, já decretou a desapropriação de um milhão de hectares para assentar cerca de trinta mil famílias, e vai decretar ^{a desapropriação de} mais quinhentos mil, em todo o País, em todos os outros Estados do País, por demanda social, por necessidade, por necessidade pública para resolver conflitos, em ação emergencial, dado que o Governo anterior desmontou a máquina pública, retirou recursos da reforma agrária, não houve regulamentação dos dispositivos constitucionais, e a Justiça, por incrível que pareça, considerou que a legislação de desapropriação de terras foi a única não recepcionada pela nova Constituição, ^{Federal} é engraçado isso! É interessante ^{com} essas políticas que fazem os interesses dos latifundiários ~~que~~ são tratadas no Brasil. É esse o ponto!

O ^{aspecto que} ~~ponto que~~ Dr. Márcio levantou, relativamente a essa outra questão que ^{peço} ~~depois pediremos~~ Dr. Lutero ^{as 7} ~~responder diretamente~~ ^{a gentileza de responder} ~~responder diretamente~~ ^{depois,} é o exemplo ^{de que} ~~que~~ reconhecemos a necessidade de uma ação conjunta e aí pedimos também a colaboração do Ministério Público. É um exemplo paradigmático, que servirá para, digamos assim, mudar todas as re-



gras que regem esse processo de regularização de terras, que induzem ao desmatamento. Diria ^{que} há propriedades da União em vastas extensões da Floresta Amazônica. Devemos estimular o desmatamento? Devemos implantar assentamento nessas áreas? Ou essas áreas têm que ser conservadas e preservadas? Essa é a questão. Dizer que ^{há} terras e que essas terras têm de ser utilizadas é ^{como adotar} ~~um pouco de~~ o mesmo princípio defendido pelas forças conservadoras do País.

A Amazonia é uma válvula de escape para o resto do País. Não fazemos reforma agrária no Nordeste, no Centro-Oeste, em lugar ^{algum,} ~~nessa~~ porque na Amazonia ^{há} ~~tem~~ espaço para todo mundo! Não ^{é o que} defendemos; muito pelo contrário. Achamos que isso deve ser revisto, tanto que ^{essa} é uma das razões da paralisação de algumas políticas de colonização. ^{Optamos,} ~~baseou~~ por políticas de assentamento ^{em} terras onde ^{haja} ~~houverem~~ efetivamente demanda social.

Passemos à questão de Rondônia, ^{Planejaro.} do ~~Paraná~~. Fui um dos que mais ^{tentaram estimular} ~~faz tentativas e estimulou~~ o entendimento na base. Não acredito nesse negócio de articulação nacional. Por que? Porque ^{nenhum dos} ~~todos estes~~ megaprojetos financiados pelo Banco Mundial foi implantado no Brasil. Conheço toda a história. Sou consultor de entidades internacionais, conheço outros projetos ^{de} ~~para~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

97.

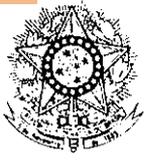
Reunião Nº 369/94 Fita Nº 17k Quarto Nº 31/3
Taq. - Mônica x. Conf. - Myriinha Rev. Eloni

outros países; sou economista e sociólogo, conheço o Brasil inteiro.

Por que os megaprojetos não funcionam? Exatamente por isso; o modelo de organização do Estado brasileiro, o modelo federativo, é ~~conflictivo~~ ^{conflictante} por ~~essência~~ ^{natureza}. O sistema de planejamento e o modelo de formulação desses megaprojetos pecam ~~nesta base~~ ^{na base, na fundamentação} ~~nesta base fundamental~~ conceitual. O que defendi aqui e continuo a defender é que o ~~Plano Alvorada~~ ^{modelo Planaflore} é ~~um modelo~~ ^{um modelo} muito interessante, ~~para~~ ^{dá a oportunidade de} irmos à prática social, retirarmos dali os ensinamentos e sairmos com uma proposta, para generalizar.

Por isso é que ^{eu} lhe disse, já há um ano ou mais, que tinha muita esperança ^{de} que o modelo ~~Planaflore~~ ^{Planaflore} fosse implantado e de lá retirássemos os ensinamentos para defendermos uma política, diria, de zoneamento, ou outra parecida, para o restante da Amazônia.

Vou finalizar. Creio que o nosso amigo da ONG tem muitos interesses ^{- interesses} na manutenção desse projeto, que, reconheço, podem ser legítimos; não estou aqui levantando ^{qualquer} ~~nenhuma~~ acusação, nem levantaria, ^{pois} desconheço alguns fatos legais. Primeiro, o senhor deve procurar a Justiça do seu Estado, ^{do Estado em} ou que o senhor eventualmente ^{está morando,} ~~viver no~~ ^{habitando}, para verificar como o processo da desapropriação acontece ^{e constatar} ~~o que acontece~~.



Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-L

Quarto Nº 32/1

Taq. - Madalena

Conf. - Myunha

Rev. Eloi

que ^{se} não há indenização a caminho, ^{Ka'} ~~para~~ procedimentos administrati-
~~a que se pode dar andamento sem~~
vos ~~sem~~ desrespeito à Justiça. O que o senhor disse foi fruto
de seu desconhecimento do processo. A decisão do Juiz, quando limi-
ta a ação, não significa que se tenha de paralisar o processo admi-
nistrativo para ~~se tratar das coisas~~ ^{controlá-lo,} porque amanhã poderá surgir um
acordo — como, provavelmente, o Superintendente vai relatar — e
~~podem intervir~~ ^{podem-se intervir} na área, depositar títulos. Quem determina a indeni-
zação é a Justiça. O INCRA não libera indenizações, diretamente, para
proprietário algum. O decreto da desapropriação pode servir para
conter a grilagem, que alguns não reconhecem ^{existir} ~~que existe~~. Então,
~~fica-se~~ ^{fica-se} de braços cruzados, achando que, ^{se} ~~porque~~ o zoneamento ^{está} pre-
visto ^{e a lei} na lei, vai ser conservada, isso ~~naquilo, a coisa~~ vai aconte-
cer naturalmente? Não vai. O senhor tem de pensar que o decreto de
desapropriação também ^{desapropria é} serve à finalidade da intervenção efetiva. O
decreto é a intenção; não desapropria. Quem ~~está~~ ^{está} o Juiz, median-
te Ato ^{de Desapropriação} em ação contraditória.

A visão técnica de ^{qual deve ser a destinação da} ~~como deve ser destinada a~~
área ^{está} ~~está~~ para ser definida, assim como a ~~questão da sua~~ ^{questão da sua} coorde-
nação, a elaboração dos processos de conservação, o atendimento
às demandas sociais... Com relação a isso, concordo que o INCRA não



99.

pode impor seu ponto de vista. Não deve fazê-lo. Não há essa orientação. O que há de conflito, lá embaixo, é problema complicado, que não gostaria de detalhar, porque a Direção não concorda com o conflito. A Direção do INCRA nunca o estimulou. Agora, temos dificuldade no ~~sistema~~ ^{âmbito} do Governo Estadual, por exemplo, para formulação dos termos finais desse convênio. O Dr. Edmilson estava-me dizendo que somente ontem o documento chegou às suas mãos para ser analisado, mas já está tramitando. Não há oposição.

O senhor fez graves acusações. Acho que deve medir as palavras, especialmente quando for fazer acusações desse tipo, que generalizam. Esta Administração não tem compromissos com safadezas e corrupções. Pelo contrário, discorda dessa prática. O senhor tem de respeitar as pessoas, os dirigentes públicos. Se faz uma acusação, deve comprová-la. Senão, sua atitude terá sido leviana. O senhor tem de ser responsabilizado por isso. O senhor disse que os valores de indenização ~~são~~ ^{estão} acima do preço de mercado. Existem estatísticas e documentos com os quais provamos ^{que} apesar de existirem falcatruas, em alguns casos apoiadas pela Justiça, em geral a Justiça decreta as indenizações — porque ^é o Juiz quem decreta, no final, o preço das indenizações — acima dos preços formulados pelo INCRA, historicamente, em todo o País. De modo que essa acusação é

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 17-L

Quarto Nº 32/3

Taq. - Madalena

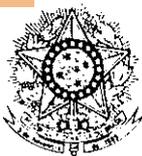
Cont. - Myrinha

Rev. Etem

100

absurda, leviana. Não é fundada em nenhum dado da realidade, a não ser que o senhor prove, no caso específico. O senhor deveria mostrar, provar o que disse, para que a ~~verdade~~ ^{verdade} possa ser apurada, como normalmente ocorre. A Administração Pública, ^{ai} recebe uma denúncia formal, escrita, ^{em face dos} ~~com~~ indícios, tem a obrigação de apurá-la, como nesse caso de Mato Grosso, que estamos apurando administrativamente e desejamos que o Ministério Público abra a ação. [Além da ~~ob-~~ ^{necessidade} objetiva de conter o processo da grilagem e atender a essa reivindicação dos índios, que considero extremamente justa, ~~visto~~ ^{visto} que um grileiro não pode ter precedência ^{em} a uma reivindicação ^{como} dessa o ~~fato é que os~~ ^{fato é que os} índios sofreram uma violência. Há que se reparar essa violência. É preciso ter em mente o caso dessa gleba, para que todos nós possamos agir, no ~~nível~~ ^{limite} de nossas competências, para mudar as normas que estimulam o desmatamento absurdo.

Deixo com a Comissão a cópia do processo que pedi, inicialmente. Peço desculpas por ter que me ausentar. Não estou fugindo ao debate. Havia um compromisso com o Presidente da Comissão. Peço que o Dr. Robercílio e o Dr. Lutero façam as complementações necessárias. Aqui permanecerão, para responder às demais questões. Estamos à disposição, no gabinete da Presidência do

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-L

Quarto Nº 32/4

Taq. - Madalena

Conf. - Myunha

Rev. Eloni

101.

INCRA, para, eventualmente, atender a qualquer um, para qualquer discussão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - *Agradecemos a V.Sa. a presença aqui.*

Temos um problema de tempo.

Há oradores e é preciso manter a reunião mobilizada. Vamos pedir a *a partir de* todos os que falarem agora que se organizem quanto ao tempo. O Sr.

Procurador *desaja* ~~gostaria de~~ fazer uma breve *referência à sua* intervenção.



102

Passo a palavra ao ~~senhor~~ ^{Dr. Roberto Cavalcanti Batista,} por três minutos, para ^{que} preste alguns esclarecimentos.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI BATISTA - ^{Quere} apenas

] fazer uma ^{observação.} ~~observação.~~ Esse caso específico já me chegou às mãos. Começamos a requisitar informações, primeiro ao INCRA, a esse respeito. Se o INCRA ^{está de posse dessas informações} ~~possui~~ e detém poder de polícia, por que não age? Por que espera pela ação civil pública ou pelo inquérito civil público? Deve agir de pronto, porque tem poder de polícia. Como acabei de dizer, os órgãos não podem deixar que o Ministério Público os substitua. Eles têm o poder, têm que fazer, devem fazer valer sua decisão. Para isso eles ganham, para isso têm um orçamento, para isso essas pessoas são competentes, como agora acabou de declarar aqui um representante; ^{são} ~~que são~~ conhecedores da matéria. Por que, então, vão esperar que o Ministério Público abra um inquérito civil público? Não vejo por que fazê-lo. ^{vo-} cês do INCRA devem agir de ofício, para sanar essa irregularidade. Será muito mais econômico, sairá muito mais em conta do que esperar que outro órgão o faça, ^{que se} mobilize toda uma máquina.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-M

Quarto Nº 33/2

Taq. - Madalena

Conf. - Myrinha

Rev. Eleni

103.

Não tenho procuração para defender o Judiciário, até porque sou Ministério Público. Mas enquanto Ministério Público, também atuamos no processo judiciário. Recebi um processo sobre um acordo que está sendo feito em Mato Grosso; há ^{em curso} processos de desapropriação sem que o INCRA deposite os TDAs ou pague o valor. Nesse ^{caso,} está-se propondo um acordo. O processo vai chegar às minhas mãos e vou indagar do INCRA por que está pagando aquele processo mediante acordo. Qual a razão? ^{Atuaria como um} ~~seria um~~ assessor técnico-econômico e, ^{como tal,} ~~portanto,~~ não chancelaria esse acordo. Como Ministério Público, tenho receio dos acordos que o INCRA faz. Isso como Ministério Público. Estou representando uma instituição, como fiscal da lei.

Se há irregularidades ^{na ação} de Juizes ou da Justiça, ou o senhor ou a Procuradoria Judicial do INCRA deve representá-las ^{junto ao} ~~mediante~~ Ministério Público ou à Corregedoria dos respectivos Tribunais da Justiça Federal. É importante que ^{isso seja feito,} ~~certifique,~~ para que não ^{se} diga que a Justiça ^{está} mancomunada com pessoas inescrupulosas, ^{ou} ~~e~~ está a ^{dessas pessoas.} serviços. Não é por aí que deve ser feita a ^{análise.} ~~procuração.~~ Se os senhores têm notícia dessas irregularidades, que a representem junto às corregedorias ou ao Ministério Público.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 309/94

Fita Nº 17-M

Quarto Nº 33/3

Taq. - Madalena

Conf. - Myrinha

Rev. Eleni

104.

O SR. ROBERCÍLIO PINHEIRO - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Srs. Deputados, sou Superintendente do INCRA, no Estado de Rondônia, ^{e trago nesse ponto de vista} ~~nessa posição~~, com relação a esse assunto, no que diz respeito à lei de zoneamento da região de Campo Novo, às margens da BR-421, e da região do Município de Seringueiras, na BR-429. [Inicialmente, digo que todos os processos de desapropriação feitos passaram, antes, por um processo interno, em que foi avaliada a qualidade do solo, a tendência natural de colonização, com base na experiência que o próprio INCRA tem. Isso ^{deu nos} ~~na~~ a garantia de que aquela terra permitiria um tipo de colonização.

Ao analisarmos o zoneamento sócio-econômico-ecológico, verificamos que há uma imensa extensão de áreas propostas para a zona ^{IV} ~~IV~~, zona ^V ~~V~~, zona ^{VI} ~~VI~~, que seriam destinadas a reservas ou a outro tipo de atividade. Acontece que, desde que chegamos ^à ~~na~~ Superintendência, ^{constatamos a existência de} ~~existe~~ um problema nessa região. E a propositura de desapropriação nessas áreas obedeceu também a um estudo feito por uma ONG



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 17P

Quarto Nº 34/1

Taq. - Madalena

Cont. - Myunha

Rev. Etoni

chamada Índia. [Infelizmente, houve um problema com a minha bagagem, e não pude trazer os documentos que pretendia apresentar à Comissão. Comprometo-me a ~~remetê-los~~ ^{remetê-los} a esta Presidência, ~~através~~ ^{por intermédio} do Dr. Edson Teófilo, Chefe de Gabinete da Presidência ^{do INCRA; no} Mais tardar, semana que vem eles estarão todos aqui.

Antes de iniciar nosso estudo, realizamos reuniões. Temos atas de reuniões feitas com os sem-terra, com o pessoal da Fetagri, com o pessoal da CPT. Eles foram ao local e verificaram tudo. Hoje, na região de Campo Novo, dentro de todas essas áreas que estamos citando, aproximadamente cinco mil famílias ^{estão} instaladas. O INCRA em momento algum incentivou ou autorizou sua entrada. Foram ocupações espontâneas, em função da falta de terras para a reforma agrária. O INCRA, verificando a necessidade da preservação das áreas e de ^{avaliação de impacto} ~~preservação da situação~~ ecológica, ~~através de~~ ^{em} contato feito com a Organização dos Seringueiros de Rondônia - OSR está determinando que uma parte da área sirva para a colonização e outra parte para um projeto de assentamento extraterritorial ^{em} que está em andamento. Hoje, estão visitando a área, duas frentes de serviço, técnicos do INCRA e representantes da Organização dos Seringueiros. Possivelmente, em mais dez ou quinze dias eles



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17P

Quarto Nº 34/2

Taq. - Madalena

Conf. - Myunha

Rev. E/ou

106

concluirão a vistoria. Então, saberemos da área exata em que preten-
dem fazer o assentamento extrativista. O restante dessa área o INCRA
está destinando à regularização de parte ~~das pessoas que estão lá,~~ ^{dos assentamentos espontâneos}
de pequenos produtores e de grande grileiros ^{messa área.}

Esse tipo de ação que estamos sofrendo só bene-
ficia o grande grileiro, que está lá, promovendo o desmatamento, sem
fiscalização. Estamos sofrendo esse processo e o pequeno produtor,
que poderia ser assentado no local, está sendo hoje praticamente ex-
pulso por esses grandes grileiros, beneficiados por esse tipo de
ação. O ~~Planaflores~~ ^{Planaflores}, através da sua aproximação, é está-
tica. A primeira aproximação é estática. O processo de migração in-
terna, de necessidade interna dos agricultores, é dinâmico. Não se
pode ater a ~~ações~~ ^{ações} pre estabelecidas. Há situações que precisam
ser reanalisadas, ~~independente de haver~~ ^{independente de haver} a segunda aproximação.
Ela já deveria estar concluída; mas, por problemas financeiros, ain-
da não o foi. Não podemos, em momento algum, ficar aguardando que
se acerte a segunda aproximação para, então, dizer ao colono:
agora posso-lhe dar a terra. Ele — invade. De 1993 para cá,
houve duas mortes na região. As fotos ^{tiradas por} satélites mostram os desmata-
mentos que estão havendo lá. Se é para entregar a terra ^{ao} ~~para~~ o gran-



107.

de grileiro, por que não a entregamos ^{aos} ~~para os~~ pequenos? Por que não os assentamos ordenadamente?

A idéia do INCRA, ao entrar na área, é ~~fazer um~~ ^{ordenar} ~~ordenamento~~ ^o assentamento, que já existe, ao redor do PA Buriti — que foi bastante criticado e virou Município de Monte Negro, de Campo Novo; ~~essa~~ ^{veja} ~~sua~~ ^{que situação} interessante! toda aquela região desenvolveu ^{se} em função de um projeto que o INCRA implantou. Isso é histórico, no Estado de Rondônia. Onde o INCRA implantou projetos, hoje há Municípios. Os principais Municípios do Estado são oriundos de projetos do INCRA. Isso é histórico. Está lá para qualquer um saber. [O projeto Buriti é carente? É. Estamos hoje, ^{em} 24 de novembro, discutindo o Orçamento de 1994. Não temos mais tempo para fazer obras de infra-estrutura. O Orçamento saiu atrasado. O de 1993 chegou em outubro. Não há, então, planejamento que se consiga fa ^{para realizar as} zer obras de infra-estrutura necessárias.

Com relação à qualidade da terra, isso é indiscutível; se a terra fosse ruim, ninguém estaria brigando por ela. ~~Es~~ ~~te é um fato que por si só se prova: se a terra não tivesse boa qua~~ ~~ridade, ninguém iria lá. Estaria intacta, sem problema algum. No ta~~ ~~cante aos índios isolados, o decreto~~



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

108.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - Q

Quarto Nº 35/1

Taq. - Ângela

Conf. - *Dessa*

Rev. *Hermina*

Esse
~~que~~ é um fato que por si só se prova. Se a terra não tivesse boa qualidade, ninguém iria lá, ela estaria intacta, sem problema algum.

Com relação a índios isolados, o decreto encontrava-se na Presidência da República e o Chefe de Gabinete da Presidência da República consultou o Ministro da Agricultura, que por sua vez consultou o INCRA, que por sua vez consultou a Funai, e a Funai não havia interesse respondeu que, naquela área, _____/ Então,

o processo prosseguiu. Esse processo ficou parado por aproximadamente quarenta dias na Presidência da República. Então, seria o caso de perguntar: será possível que todos esses técnicos estão mancomunados? Ou são incompetentes para resolver uma situação, quando a própria Funai disse ~~ter~~ ^{ter} um ofício no INCRA? Será que ela foi enganada, será que tem tanta gente boba lá para ser enganado tão facilmente?

O processo foi estudado, analisado, e a Funai, por intermédio do seu presidente, _____ mandou um ofício dizendo que não havia interesse _____ naquela área. E há um perfeito entrosamento, nesse aspecto, com a Funai lá na base, em Rondônia, para que esse tipo de coisa não ocorra. Se houvesse um pronunciamento do pessoal da Funai, teríamos parado imediatamente. Não fui, em momento algum, contactado, mesmo verbalmente. Devo dizer que já fui contactado verbalmente antes de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº

17 - Q

Quarto Nº 35/2

Taq. - Ângela

Conf. -

Wesley

Rev.

Henrique

109.

o processo acontecer, e temos tentado resolver a situação, reverter ou a favor do INCRA ou a favor da Funai. Temos feito vistorias juntos com a Funai. Saem INCRA e Funai, na mesma viatura, fazendo essas vistorias. Se os órgãos não se dessem bem, não aconteceria esse tipo de ação. Existem algumas divergências, mas perfeitamente normais, que estão sendo administradas. [Com relação ao preço das terras que o Sr. Brent ^{militar} citou, e o Dr. Edson falou, esse preço final é dado pela Justiça através da Lei do Rito Sumário, a Lei Complementar ^{no} 76. Quando se faz, pelo Decreto ^{no} 433, aí ^{sim,} é um acordo entre o INCRA e o proprietário. Mas nem sempre o proprietário deseja ser desapropriado. Na maioria das vezes, ele é contra e reluta, e há uma recomendação da Presidência do INCRA, para que se evite o processo de compra, porque ^{ele} é moroso e pode gerar uma série de dúvidas. É uma compra e venda, ^e é muito comum, nesses casos, haver qualquer dúvida com relação à transparência do processo. Depois que saiu o decreto da Lei Complementar ^{no} 76, todos os processos ^{tiveram} mudada ^a direção, para que se trabalhe com o decreto do rito sumário.

Com relação a incentivos do INCRA, principalmente na área do Campo Novo, o INCRA jamais incentivou ninguém, estamos in-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

110

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 17 - Q

Quarto Nº 35/3

Taq. - Ângela

Conf. - *Wesley*

Rev. *Henrique*

do lá fazer vistorias, verificar a situação, o andamento, tentar evitar problemas de maior gravidade, como morte, e verificar que os grandes grileiros continuam sendo beneficiados nessa área. Há grileiros ali de dez, /-----/ quinze mil hectares, e /-----/

esse tipo de ação parece-nos que é proposital, ou seja, querem barrar a ação do INCRA *em fim* de dar tempo a pessoa, usando dessa forma, *para que* desmate sua terra, faça benfeitorias, podendo, depois, apropriar-se daquela área. Então, é uma situação difícil, [temos ou-

tro problema, que foi levantado, sobre o EIA/RIMA. Sobre esse assunto, eu gostaria que a Dra. Ana *Luíza Teixeira Ribeiro* pessoa /-----/ da área, desse uma pequena palavra *de forma* /-----/ sucinta, para ex-

plicar quais são os problemas que temos com *o* EIA/RIMA. E com relação à sentença judicial, ela existe, e nosso corpo jurídico está estudando as medidas legais /-----/ para que *se* /-----/

entre na instância legítima, *com* /-----/ os devidos documentos comprobatórios, de que a sentença, a nosso ver, salvo melhor juízo, tem *algumas* /-----/ incoerências. Há situações em que pode ser *dada* /-----/ aquela sentença, e há

situações em que não. A partir do instante em que é feita a desapropriação, aí sim, o INCRA é obrigado a fazer o EIA/RIMA. *T*anto é que sempre fez para consumo próprio. Mas se tiver de fazer para mostrar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - Q

Quarto Nº 35/4

Taq. - Ângela

Conf. - *Deuss*

Rev. *Hermano*

a alguma autoridade, faremos do mesmo jeito.

Muito obrigado.

A SRA. ANA MARIA TEIXEIRA RIBEIRO - O INCRA em to-
dos os projetos ^e desde ¹⁹⁸⁶ tem executado



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - R

Quarto Nº 36/1

Taq - Ângela

Conf. - *Jesus*

Rev. *Hermano*

112

projetos agropecuários. Acima de mil hectares, tem executado o EIA e o Recursos Naturais. Conforme disposição da Legislação Estadual, entramos em contato com o Governo estadual e fazemos o PBA, Projeto Básico Ambiental, pelas dificuldades financeiras às vezes encontradas pelo INCRA, e bem explicados, sobre o orçamento. Sabemos que o EIA fica muito caro e tem algumas exigências. Mas o INCRA tem feito em vários Estados do Brasil o EIA/RIMA,

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Permita-me interrompê-la. A senhora poderia identificar-se por favor?

A SRA. ANA MARIA TEIXEIRA RIBEIRO - Desculpe-me.

_____; Sou funcionária do INCRA e minha especialidade é recursos naturais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Zaire Rezende) - Vamos inscrevê-la aqui, pela ordem, porque, _____ em função do problema do INCRA, passamos a palavra a outras pessoas, a Parlamentares inclusive, que aqui estão tentando fazer as suas explanações, e todos teriam acesso à palavra sem problema. Mas vamos respeitar o procedimento do Regimento. Então, a senhora terá a palavra segundo a lista de inscrições.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 17 - R

Quarto Nº 36/2

Taq. - Ângela

Conf. -

Deusa

Rev.

Herminha

113

Com a palavra o Deputado José Augusto Curvo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO - Sr. Presidente, demais autoridades, já que meu nome foi citado no convite feito ^a esta Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias, abrindo-me esta oportunidade ^{de} expor esse episódio do Vale do Guaporé, eu gostaria de me apresentar a algumas pessoas presentes nesta Comissão, que talvez não conheçam o meu passado. Milito na política há doze anos. Sou médico em Mato Grosso, galguei todos os cargos na área de saúde; fui Secretário Estadual de Saúde, um dos Vereadores mais votados na Capital do meu Estado e Deputado Federal. Nunca ^{pratiquei} um ato que ^{desabonasse} minha conduta na vida política e ^{na vida} médica. E ^o que ocorreu, envolvendo um assessor meu e uma pessoa de minha família, foi um fato que, para mim, acontece sem vontade própria. O que aconteceu, e foi encaminhado para Brasília, é que quando fui procurado por lideranças políticas do meu Estado, não somente eu, mas o Senador Márcio Lacerda, ^{do} PMDB, meu partido no meu Estado, Deputados Estaduais da região ^{do} Vale do Guaporé, vários Deputados Estaduais e também da região norte do nosso Estado, como o Prefeito de Aripuanã, o presidente do Sindicato dos Madeiros de



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

114.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - R

Quarto Nº 36/3

Taq. - Ângela

Conf. - *Wesley*

Rev. *Herminia*

Juína e lideranças também do Vale do Guaporé, mais especificamen-
te de Comodoro *V* na época da campanha políti-
ca, quando o Congresso se encontrava em recesso, há mais de trinta
dias, quando vim a Brasília, que estavam preocupados com
as questões desses Municípios. O Prefeito de Aripuanã, por exem-
plo, estava preocupado porque foi encaminhado também para a Funai,
e o que meu gabinete poderia fazer junto à Funai com relação a um
fato? Naquela região, tem uma área indígena demarcada, e a estrada
não poderia passar por essa área, tinha que dar uma volta *que* estava
aumentando *o trajecto* em mais de noventa quilômetros. Encaminhei esse mesmo
pedido junto com *o* do Vale do Guaporé *e também com* o do presi-
dente do Sindicato dos Madeiros de Juína, que estava com
a questão de uma área indígena lá em Aripuanã
o não demarcada. *o* flagrante
te que foi "montado" (entre aspas) porque foi um flagrante forjado
está sendo apurado pela Justiça, *e* não cabe



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº

369/94

Fita Nº

17 - S

Quarto Nº

37/1

Taq. -

Ângela

Conf. -

Wesley

Rev.

Herminia

115

a mim, como Parlamentar, entrar na área da Justiça, Disse
que ele tinha ligado ^{para} mim e passou o telefone ^{para} essa pessoa,
Odevir. Eles estavam falando com o
presidente do Sindicato dos Madeiros de Juína, e isso já foi de-
clarado nos Autos da Polícia Federal. Mas o que gostaria de dizer
é que nesse fato não tive participação, a não ser a partici-
pação política de encaminhar para cá. O que aconteceu aqui não ca-
be a mim, está sendo apurado pela Justiça. Esta é
uma grande oportunidade de dizer o que ocorre no
meu Estado. Tentaram manchar minha honra e não conse-
guiram. Quebrei minha imunidade parlamentar, entreguei minhas con-
tas a esta Casa e me dispus a ir à Polícia Federal para prestar
esclarecimento, e nem meu nome é citado nos Autos da Polí-
cia Federal, porque esse inquérito já está na Promotoria Pública,
^{para} ser ou não denunciado.
E foi aberta esta exceção para eu poder aqui me defender também e
dizer o que penso a respeito do meu Estado com relação à questão in-
dígena, que não é questão da minha área. Tive a oportunidade de pre-
sidir, nesta Casa, uma das Comissões mais importantes, a Comis-
são de Defesa Nacional. Durante os dois anos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - S

Quarto Nº 37/2

Yaq. - Ângela

Conf. - *Deusa*

Rev. *Hermina*

que passei naquela Comissão, fui um dos presidentes mais atuantes desta Casa. Tratei de vários assuntos importantes quanto à defesa da nossa Pátria. E nunca iria, numa questão dessa, tentar denegar minha a imagem e meu nome como homem público. Mas eu gostaria aqui que o nosso Promotor, em Mato Grosso, e também o Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias fizessem alguns requerimentos à Funai. São coisas que me deixaram em dúvida. Primeiro, por que ^{o Sr.} Odenir — a pessoa que montou o flagrante, que é coordenador do patrimônio indígena [?] teria condições de tirar essa ação da Polícia Federal, que estava no Vale do Guaporé, quando ela foi solicitada pelo Ministério Público, através de uma ordem judicial, que mandou a Polícia Federal lá. Ele tinha condição de ~~_____~~ tirar ^a ~~_____~~ Polícia Federal de lá. Quer dizer, acho que essa pessoa, o Sr. Geraldo *Peixoto*, que é um assessor do meu gabinete, foi usado tanto pelas pessoas de Mato Grosso como ~~_____~~ pela Funai. ~~_____~~ Hoje, a questão ^{de interesse} do meio ambiente é uma questão ~~animal~~ nacional, que importa a todo mundo. ~~_____~~ ^(ele) Se é culpado ou não, a Justiça é que vai dizer. Mas eu queria fazer algumas perguntas. Por exemplo: ele tinha autoridade para requisitar e tirar a Polícia



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº

17 - S

Quarto Nº 37/3

Taq. - Ângela

Conf. -

Dessa

Rev.

117.
Demina

Federal do Vale do Guaporé. [?] *poderiam* o nosso procurador e Presidente desta Comissão *pedir* ao nosso presidente da Funai a vida pregressa desse Odenir. Gostaria de saber se ele não responde a *processos* na auditoria da Funai, inclusive alguns que estão nas mãos *do* auditor Carlos Alberto, que se aposentou. Eu gostaria que todos esses processos que correm contra essa pessoa, Odenir Pinto de Oliveira, fossem requisitados para esta Comissão e também para a Procuradoria da Justiça, para ver o que que se passa, de fato, com essa pessoa. Eu gostaria também de saber se o presidente *da Funai,* naquela época, estava pretendendo exonerá-lo ou não. Gostaria também, agora, de fazer alguns questionamentos *com relação à* Funai. O que *se* tem *gasto* *na* Funai, *recursos* dos orçamentos do Prodeagro e orçamentos próprios também, *se* que tem *gasto* para atendimento aos índios isolados? Existem ou não os índios isolados? Porque se gasta, hoje, pelo meu conhecimento, muito mais com índios isolados do que com a própria tribo. E eu queria esse levantamento da Funai sobre o que *se* tem *gasto* com o orçamento próprio da Funai e com os recursos do Prodeagro, que têm vindo para a Funai, inclusive os das Organizações não-Governamentais. O que tem sido gasto com os índios da tribo e com os índios isolados?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

118.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - T

Quarto Nº 38/1

Taq. - Paulo

Conf. - *Dessa*

Rev. *Hermínia*

E essa questão também que levantei da retirada de madeira da área indígena ocorre desde 1986, na administração do Sr. Romero Jucá. E isso

sabemos que vem de longa data, com participação da Funai, ^{há} membros da Funai e do Ibama dentro disso. Inclusive quero saber porque

no meu Estado ^{do} índios Caiapó, de Guarantã ^{do Norte,} índios também

da própria reserva do Vale do Guaporé, hoje estão com um Toyota novo,

com um avião Sêneca bimotor.

E o que tem sido feito pela Funai para coibir isso? Se

a Funai sabe ou não do dinheiro para a compra desses aviões, desses

Toyotas, se vem com recursos da Funai, de onde é tirado? Esses garimpos

que estão hoje dentro da Funai, quais são? O que a Funai tem feito

para isso lá? Estou ^{indagando isso}

porque nunca militei nessa área. Sempre militei na área de saúde, aqui

no Congresso Nacional, e na Defesa Nacional. E foi uma surpresa para mim

esses fatos ocorridos.

Eu gostaria de ter ^{com} mãos esses dados



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº

17 - T

Quarto Nº

38/2

Taq. - Paulo

Conf. -

Desse

Rev.

119.
Herrera

da

Funai.

Tenho um outro questionamento

a

fazer. Infelizmente, a Presidente do Ibama se retirou daqui. Mas ela

queria saber quem indicou o Superintendente do Ibama ^{no} nosso Estado. O

Superintendente foi admitido em nosso Estado ^{por} indicação da

Executiva Nacional do PMDB,

através do Senador Márcio Lacerda. Não tive

^{participação} nenhuma na indicação do Superintendente do Ibama. Então, ^{eu} gostaria de

saber o que ~~é~~ que ela quis dizer com essa frase: diga-me quem indicou

que eu lhe direi quem é. Foi indicado pelo Senador Márcio Lacerda,

um Senador honrado, um homem que militou nesta Casa ^{durante} oito anos e

foi eleito hoje Vice-Governador do meu Estado,

Também acho que ^{se} os cargos fossem técnicos seria me-

lhor, como disse aqui o representante dessa organização indígena, que

não fosse indicado por políticos, Infelizmente,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - T

Quarto Nº 38/3

Taq. - Paulo

Conf. - *Wessa*

Rev. *Henrique*

120.

vivemos numa democracia, e o Presidente da República, os Governadores e Prefeitos, quando são eleitos, escolhem alguém para ^{os} cargos

de confiança. Acredito que quando foi indicado o Superintendente do

Ibama ^{no} meu Estado, que foi indicado pelo meu partido, ^o foi

não através de mim, mas, sim, através do Diretório do meu partido.

Era ^{esse o} questionamento que queria fazer, ^(colocando-me) à disposição,

tanto do Ibama, ^{como} da Funai, da Procuradoria ^e da Polícia Federal — onde

já estive e me propus a fazer ~~o~~ depoimento.

Inclusive minhas contas bancárias, minha imunidade Parlamentar estão à disposição de quem quiser, para mostrar que a minha participação nesse episódio do Vale do Guaporé foi apenas política, porque fui o único Deputado Federal da Oposição ~~o~~ procurado, como foram outros Parlamentares, como uma questão apenas de encaminhamento político. E não tenho participação em fatos que ocorreram. Usaram meu nome indevidamente na imprensa, tentaram denegrir a minha imagem, mas eu estou tomando as



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº

17 - T

Quarto Nº

38/4

Taq. - Paulo

Conf. -

Wesley

Rev.

Denise

121.

medidas cabíveis, junto à Justiça, para reparar o dano moral que

sofri

Era isso o que ^{eu}queria dizer, nesta oportunidade

que a Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias me

deu, ^{Coloco-me} ~~em~~ ^à disposição de qualquer pessoa aqui para ^{prestar} ~~qualquer~~ es-

clarecimento. ^G Gostaria de ter essas solicitações feitas à Funai,

através ~~de~~ ^{da} Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e

Minorias e da Procuradoria de Justiça, que me passassem essas informações

a respeito dessa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Nobre

Deputado José Augusto Curvo, tomamos nota aqui. Represento a Presidência

desta Comissão, mas V.Exa. poderá ^{fazê-lo através de} ~~em~~ ofício ou em contato direto com o

Deputado Zaire Rezende, ^{transmitirei a S.Exa.} as propostas que

V.Exa. faz, mas há também uma prerrogativa ^{constitucional} do Parlamentar

^{requerer} de ~~de~~ informação. ~~No caso~~ da

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - T

Quarto Nº 38/5

Taq. - Paulo

Conf. - Neusu

Rev. Hermínia

122.

V. Exa. pode
Funai, do Sr. Odenir Pinto, obter essas informações. Mas tenho a impres-
são de que V. Exa. ^{quer} que a Comissão seja um terceiro elemento neutro,

Entendi dessa forma.

Passaremos a palavra à debatedora, representante
do GTA, Sra. Ida Pietricovskes (Pausa.) S.Sa. já se ausentou.

Passo a palavra ao Sr. Frederico Magalhães,
técnico da Funai.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 17 - V

Quarto Nº 39/1

Taq. - Paulo

Conf. - *Wessa*

Rev. *de miana*

123.

Antes, gostaria de dizer que ainda estão inscri-
tas as Sras. *Ana Amélia* ~~Henrieta~~ Moreira, jornalista, e Ana Maria Teixeira Ribeiro,

do INCRA de Roraima.

O SR. FREDERICO MAGALHÃES - Bom.

Queria fazer uma intervenção...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Pe-
diria que fosse breve.

O SR. FREDERICO MAGALHÃES - Queria
fazer uma intervenção (INAUDÍVEL)... quando da formulação que fez aqui
o Sr. Márcio Santilli, com relação ao produto recém-tirado aqui dessa
(INAUDÍVEL).

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) -
nobre madeira
Passarei a palavra ao Dr. Dinarte para fazer alguns esclarecimentos
também.

As pessoas do plenário que quiserem inscrever-se



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - V

Quarto Nº 39/2

Taq. - Paulo

Conf. - *Wessa*

Rev. *Herruina*

124

podemos fazê-lo até o momento, fecharemos *a lista de inscrições,* em seguida, por causa do adiantado da hora.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Sr. Presidente

apenas uma questão de ordem. Parece-me que um dos dois Superintendentes do INCRA presentes, que deveria fazer algum esclarecimento, não o fez. S.Sa. não é propriamente um debatedor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) -
Nobre Madeira.

Correto. Daremos a palavra ao Dr. Dinarte *em seguida,* escutaremos, *o que S.Sa. tem a dizer,*

José Augusto Curvo,

O SR. DINARTE NOBRE MADEIRA - Deputado *ouvimos a*

sua intervenção e teremos imenso prazer de responder *a* seus questionamentos.

Mas gostaria de dizer *a* V.Exa. *que* a Funai não tem

absolutamente nada contra o Deputado. E também não ficamos surpresos por

um servidor da Funai ter *Sido* tentado *a acompanhar-se* Isso já aconteceu

com alguns servidores da Funai, que inclusive foram demitidos. *Também*



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - V

Quarto Nº 39/3

Taq. - Paulo

Conf. - *Wesley*

Rev. *Hermínio*

125.

não é nenhuma surpresa ^o ~~pois~~ procedimento que o Odenir teve, ~~inclusive~~
de denunciar e não aceitar esse suborno que tentaram fazer com ele. A
Funai não está ligando esse caso a V.Exa. nem a ninguém. Temos um pro-
cesso ~~que está~~ correndo judicialmente, que apurará ^{de} responsabilidade ~~desse~~
^{Senhor} ~~senhor~~ que tentou o suborno. Mas gostaria de registrar aqui que o servi-
dor Odenir, no tempo de militares, aliás, não só ele, mas muitos servidores
da Funai ^{foram} injustiçados e ^a responder ~~em~~ certos processos, e ~~que~~ hoje
foram anistiados. ~~nessa anistia que houve aí.~~ Então, nós temos ~~o~~ servidor
Odenir Pinto de Oliveira como um servidor exemplar, que até o momento
tem procurado exercer suas funções dentro da sua responsabilidade. ~~Em~~
nenhum momento ^{da Funai} a Presidente ~~tentou~~ exonerá-lo nem por esse motivo nem
por outro. Teremos um imenso prazer ^{em} de responder ^{aos} ~~os seus~~ questionamentos
de V.Exa., inclusive dando as informações necessárias, ~~que precisa.~~

Com relação também aos índios Caiapó, que realmen-
te é uma situação muito delicada, existe uma idéia de que ~~os~~ índios



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - V

Quarto Nº 39/4 126.

Taq. - Paulo

Conf. - *Stessa*

Rev. *Vermina*

eles
~~Caiapo~~ hoje estão bem de vida. Ao contrário, estão ^{em situação} ~~pior~~ do que ^{a que estavam} ~~estão~~ quando ~~elas~~ não faziam esse tipo de exploração. Esses aviões, que muita gente fala, ^{existem} não ~~tem~~ mais. ^{ficou rica} ~~nada~~. Quer dizer, muita gente ~~arricou~~ às custas dessa exploração irracional, principalmente ^{na} ~~na~~ cidade de Redenção, que quando conheci era ~~tipo~~ uma corrutela ^{le} hoje é uma cidade enorme. O processo ~~que realmente levou os índios Caiapo~~ ^A própria Funai, no passado, ~~que até~~ participou desse processo, porque antigamente era uma coisa formal, ~~era~~ uma coisa oficial a exploração não só de madeira, mas de castanha e de outros bens naturais. ^{com a} ~~E pela~~ Constituição de 1988 ^{isso} acabou: a Funai não pôde fazer mais. ^{Foi pior!} Porque aí o ^{personal} ~~MINISTÉRIO~~ passou a fazer uma exploração irracional que ^{levou a situação} ~~chegou ao~~ que está. Tanto é que hoje todo mundo fala e tenta, no novo Estatuto do Índio, regulamentar a exploração de madeira e de minério, ~~não vê?~~ Porque do jeito que está hoje não pode ficar, ~~porque~~ a situação é bem degradante.

Mas gostaria apenas de registrar, porque muitas



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - V

Quarto Nº 39/5

127

Taq. -- Paulo

Conf. - Nessa

Rev. Humana

pessoas ~~que~~ ouviram a ~~pergunta~~ de V.Exa., e a Funai tem pelo servidor
 Odenir um apreço muito grande. ~~É~~ eu, pessoalmente, ~~que~~ ^o conheço há muitos
 anos. Mas fazemos questão de informar a V.Exa. todas essas questões. ~~e ques-~~
~~tionamentos.~~ Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Tem a

palavra a Sra. ^{Ana Amélia} ~~Nemélia~~ Moreira. (Pausa.)

Alguém da Mesa quer fazer uma pergunta?

Um momento! Vamos ouvir o Superintendente do INCRA, ~~de~~ em

Mat Grosso, e, em seguida, passaremos a palavra

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - X

Quarto Nº 40/1

Taq. - Paulo

Conf. - *Wesley*Rev. *Nemélia*

128

a Dra. Nemélia Moreira.

O SR. LUTERO SIQUEIRA DA SILVA - Boa tarde, Sr.

Presidente, ^{V. Exa.} através de ^{qual} cumprimento os ^{demos} componentes da Mesa. Gostaria de me identificar: sou Superintendente do INCRA, em Mato Grosso. Estamos aqui para tentar, de maneira transparente e clara, responder a todas as indagações que foram solicitadas e aventadas no caso da ^{Gleba} ~~Área~~ Iriri, no Estado de Mato Grosso.

Preliminarmente, gostaria de explicar que a Gleba Iriri é um patrimônio da União, objeto de arrecadação, através de processo discriminatório, e essa área está registrada no Cartório do 6º Ofício, na nossa Capital em Mato Grosso, em nome da União, desde ~~data~~ ^{região,} ~~de~~ 22 de outubro de 1980. Nessa ~~área~~ existem algumas destinações de áreas públicas, realizadas em obediência a decretos presidenciais, datados, também, dos anos de 1980 e 1981, baixados pelo Sr. Presidente da República, que destinou áreas em permutas aos antigos proprietários de

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - X

Quarto Nº 40/2

Taq. - Paulo

Conf. - Neusa

Rev.

Herminia

129.

terra, na reserva Pimentel Barbosa e Parabuburi, no Município Barra do Garça, também no nosso Estado. ~~É por incrível que pareça,~~ gostaria aqui de dar o meu posicionamento pessoal e como dirigente público, ~~em~~ ~~boa~~, sobre o tema do Seminário de Desarticulação dos Órgãos Públicos e Técnicos na Questão Agrária e Fundiária. ~~Essa~~ ^{Essa} foi a única ação do INCRA realizada na ^{Gleba} Gleba Iriri desde o ano de 1980. Infelizmente, a nossa instituição, por ~~longos~~ quase quinze anos não realizou nenhuma ação administrativa, a não ser essa de destinação na década de 1980. Sou homem oriundo, lá no Estado de Mato Grosso, da vida pública; ~~do meu Estado,~~ já fui Verador, Presidente da Câmara Municipal, Vice-Prefeito e, ~~particularmente~~ sou do Município ~~que é~~ sede da Gleba Iriri; fui Vice-Prefeito lá no Município de Guaratã do Norte. Sendo conhecedor dessa situação estarrecedora, porque lá convivi, sabia do grande quantitativo de terra pública que estava, na verdade, abandonada. Logo ao assumirmos o INCRA, em Mato Grosso, solicitamos ao então Diretor Fundiário ^{do qual instituto} do INCRA, autori-

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17 - X

Quarto Nº 40/3

Taq. - Paulo

Conf. - Deusu

Rev. *Luana*

130.

zação para fazer trabalho de reconhecimento dessa área, ^{há} vista que mesmo a administração desse estoque de terra não vinha sendo feita pela Superintendência de Mato Grosso. Mais ou menos no final do ano, ^{através} isso podemos passar, se for necessário ^{de ofício,} o ~~ofício do~~ Diretor de então, ^{de ofício,} autorizou a uma Superintendência do INCRA, em Mato Grosso, que ^{a fazer} se fizesse um estudo para a destinação dessa área. Nesse momento, também fizemos a requisição dos processos de titulação que existem e que estavam todos em Brasília. Foram as nossas divisões competentes para uma montagem cadastral preliminar, ^{em} 3 de maio de 1994, após esses estudos preliminares, baixei a seguinte Ordem de Serviço:

"O Superintendente Regional do INCRA, em Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26, letra "h", do Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 812, de 16 de dezembro de 1993, do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura do Abastecimento



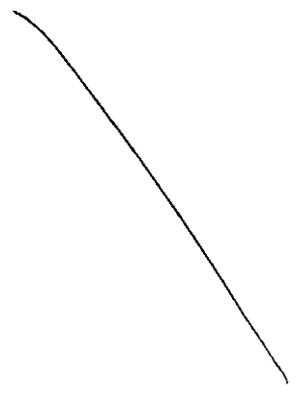
CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94
Paulo

Fita Nº 17 - X
Conf. - *Wessa*

Quarto Nº 40/4
Rev. *Herminia*

e da Reforma Agrária, considerando a
necessidade de estabelecer um plano de
ação para impedir a propagação de inú-
meros focos de tensões sociais existen-
tes na Gleba Iriri; considerando a ne-
cessidade de apurar o quantitativo de
terras disponíveis para o assentamento
de novas famílias de agricultores
sem-terras na Gleba Iriri; ~~considerando~~
~~a necessidade de assentar aproxima-~~
~~mente trezentas famílias de trabalhado-~~
~~res rurais sem terra dos Municípios de~~
~~Guarantã do Norte e Matupá; considerando~~
~~a necessidade de regularizar a situação~~
~~de dezenas de pequenos posseiros~~





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-Y

Quarto Nº 41/1

Taq. - Gilberto

Conf. - *Nezzo*

Rev. *Heurica*

132

considerando a necessidade de assentar aproximadamente 300 famílias de trabalhadores rurais sem terra dos Municípios de Guarantã do Norte e Matupá; considerando a necessidade de regularizar a situação de dezenas de pequenos posseiros existentes na Gleba Iriri; considerando a necessidade de obter-se subsídios para elaborar uma proposta de trabalho que defina a destinação da ocupação da Gleba Iriri, resolve designar os servidores Jorge Luiz, Celso de Arruda, Edson Carneiro, servidores da SR/13, para, sob a coordenação do primeiro, com a supervisão da Unidade Avançada do Conjunto Peixoto de Azevedo, através de vistoria, identificar os ocupantes, quantificar individualmente as benfeitorias, identificar os proprietários, levantar litígios e montar cadastro de ocupação. Estipula o prazo de trinta dias para a execução dos trabalhos. Cientifique-se e cumpra-se."

Portanto, através desta determinação administrativa, o INCRA, após longos ^{e tenebrosos} ~~tenebrosos~~ quinze anos sem conhecer o patrimônio da União, adentrou pela primeira vez na Gleba Iriri para fazer o levantamento cadastral, identificar os trabalhadores posseiros que ali estavam, também os pretendentes, enormes grileiros que têm pretensão acima do normal, acima do que a legislação, do que as normas ~~atendem~~ possam atender a quem queira ser cliente da reforma agrária e de terra pública da União. Fizemos esse trabalho. ^{Foi} Um trabalho ^{arduo.} ~~heavily~~ ^{so}



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-Y

Quarto Nº 41/2

Taq. - Gilberto

Conf. - *Wesley*

Rev. *Deuane*

133.

Para os Senhores terem uma idéia, os meus técnicos chegaram a andar cinquenta quilômetros a pé para chegar em determinadas localidades. Foi um trabalho difícil, que nesses trinta dias não foi possível ser realizado e que chegou às minhas mãos no mês de agosto. Após esse estudo, após esse relatório chegar às minhas mãos, determinei às Divisões de Recursos Fundiários de Assentamentos e à Procuradoria-Geral do INCRA que manifestassem o que ^{de} ~~achasse~~ ^{houvesse} inconveniente diante do estudo realizado, para que nós ^{podéssemos} ~~possamos~~ agora, no final desse estudo preliminar, ~~que é necessário~~, que o Regimento Interno da Casa prevê e ^{diz} ~~disse~~ ser necessário ^{num} procedimento como esse, venha a Superintendência do INCRA em Mato Grosso finalmente fazer a sua destinação. Em princípio, ~~a destinação~~ ^{era} o pensamento pessoal, não só meu, mas dos companheiros que me acompanham no INCRA, e destinar ~~a~~ essa área para um projeto de assentamento ou ~~áreas~~ de regularização fundiária, o que for mais conveniente. No meu caso, particularmente, acredito que a decisão do ^{INCRA} ~~meu~~ vai ser pela criação, ^{em toda a} ~~na~~ área da gleba, ~~toda~~, de um projeto de assentamento, onde poderão ser propostas as programações operacionais na área de infra-estrutura, demarcação e assentamento de trabalhadores. Dessa forma, ~~nós~~ ficamos assim muito surpresos, quando cheguei aqui no mês de outubro, no retorno de minhas férias, com a denúncia encaminhada pelo Núcleo de Direitos



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-Y

Quarto Nº 41/3

Taq. - Gilberto

Conf. - *W. Silva*

Rev. *Cláudio*

134.

Indígenas relatando os fatos de que o Superintendente do INCRA estaria conivente com o quadro de grilagem naquela região, naquela gleba. Até por uma questão pessoal e política, eu não poderia nunca ser conivente com isso, sendo um homem público daquela região. E os fatos, mais que isso, os processos e as decisões administrativas que vimos tomando em Mato Grosso vão provar que isso não é realidade. ^o Tanto ^{que} ~~nos~~ estamos com uma demanda ^{INC} Ministério Público Federal para responder ^a indagação dessa entidade.

Eu gostaria de ressaltar ao Sr. Márcio Santilli, ^{INCRA} companheiro da organização, que, à época dessa vistoria, o conteúdo do consensual não relata nem a presença dos índios Panará, muito menos o conflito salientado já nessa denúncia feita à Procuradoria da República. Quero crer que se tivesse me dirigido primeiro essa denúncia de que haveria esse desentendimento, o conflito entre o Sr. Fernando ^{INCRA} e os índios Panará, se tivesse oficiado ao ~~Incr~~ em Mato Grosso, ~~nos mesmos~~ poderíamos tomar a atitude de averiguar esses problemas. Essas ^{nostras} atribuições, ~~nostras~~ ^{conforme prerrogativa do} Regimento Interno da Casa, ~~nos dá como prerrogativa~~. Pelo que vi aqui, a denúncia ~~foi~~ data ^{de} ~~em~~ 21 de agosto.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 17-Z

Quarto Nº 42/1

Taq. - Gilberto

Cont. - *Wessa*

Rev. *Oselau*

135.

Não sei o período em que ocorreu o conflito lá.

() Companheiro Márcio, eu gostaria, se fosse possível, claro que não há necessidade formal, haja vista, inclusive, o pedido

aqui realizado nesta Comissão, que ^{se} fizesse um ofício, um expediente,

à Superintendência do ~~Inera~~ ^{INCRA} em Mato Grosso, ^{porque} vamos tomar todas

as providências necessárias. O ^{nosso} objetivo, *()* administrando o ^{INCRA}

em Mato Grosso, é fazer com que infelizmente nós tenhamos ^{de} vir a

público, ou internamente mesmo, reconhecer que temos lá no nosso Es-

tado, ainda, uma situação como essa. *()* Acreditamos que as ações que

temos feito e que temos realizado a frente do ^{INCRA} em Mato Grosso

() ^{tenham} contribuído muito para o resgate da credibilidade, da moraliza-

ção e do respeito de toda a sociedade matogrossense em relação as áreas.

() ^{Apenas} para citar um exemplo muito

simples, cheguei ao ^{INCRA} ~~Inera~~ no ano passado, e uma demanda do Tribunal de

Contas da União me pedia um relato de licitações realizadas em 1991

e 1992; não conseguimos encontrar, aliás, demorou-se, quase dois me-

ses e não ^{se} conseguia encontrar nem os livros de registro das atas

das licitações. *()* Infelizmente, companheiros, o Governo Collor promo-

veu um grande desmonte da máquina pública, e nós, graças ao apoio

do então Presidente Osvaldo Russo *()* e hoje do Dr. Marcos Lins, te-

mos procurado no ^{INCRA} ~~Inera~~ em Mato Grosso, organizar administrativa



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

136.

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 17-Z

Quarto Nº 42/2

Taq. - Gilberto

Conf. - *Wessa*

Rev. *Carliu*

e fundiariamente, na área do assentamento, todas as ações que o ^{órgão} ~~Inera~~ tem desenvolvido no Estado. ^{IC-70} ~~Se para dar um~~ outro exemplo, temos lá 58 projetos de assentamento, que ^{há} ~~faziam~~ mais de oito anos os técnicos do ^{INCRA não os visitavam.} ~~Inera não iam nos seus projetos.~~ Estamos fazendo agora um grande arrastão ~~de~~ de trabalho de identificação e para o trabalho. De tal sorte que me conforto em receber ~~essas~~ indagações ou as denúncias que foram levadas sem serem oficialmente, ^{mas} ~~se~~ informalmente, ao companheiro de trabalho Sr. Márcio, do Núcleo de Direitos Indígenas. Não sei ^o ~~se~~ motivo ~~da~~ inveja do nosso trabalho, talvez ^{deixa} até da insatisfação de algum adversário político que deu esse tipo de informação. E como a administração pública é uma coisa clara, limpa e cristalina, está a administração do ^{INCRA} ~~Inera~~ aqui em Brasília averiguando todas essas narrativas que estamos aqui declinando atualmente, ~~em~~ ^{mas} ~~que~~ ^{isso,} Temos a consciência tranquila de estar fazendo o trabalho nesta área e nas outras áreas de Mato Grosso com a maior probidade ~~pos~~ ^{sível,} honestidade e transparência.

Gostaria, por último, de dizer ao meu companheiro Márcio Santilli, ^{a quem} ~~que~~ tive o prazer de conhecer aqui, que ~~quando~~ o Vice-Prefeito do Município de Guarantã do Norte foi a pessoa que recebeu a primeira missão da Funai naquele Município, estando lá, inclusive, o representante da comunidade Panará,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-A

Quarto Nº 43/1

Taq. - Gilberto

Conf. - *Nessa*

Rev. *Carvalho*

137

mais conhecido na nossa região como ^{*Kreen-akarora,*} ~~Krenasane~~ junto com o índio Megaron e funcionários da Funai, ^{*quase*} em ~~que~~ abrimos ~~as~~ as portas do nosso Município para a instalação da sede da Funai, que hoje lá está instalada. Gostaria de me colocar à disposição não só dele, mas da Funai também para agirmos em conjunto. Nessa questão acho que sou uma pessoa que particular e politicamente ^{*tem*} ~~temo~~ afinidade e gosta da questão indígena. Eu não seria ^{*um*} fator limitante, de maneira nenhuma, ~~para que~~ Se houver a legalidade e a instrução pública dessa pretensão dos índios panará ^{*tiver*} ~~tiverem~~ legitimidade, ^{*serei*} ~~ser~~ mais um companheiro ^{*a*} de ajuda ^{*na incorporação de*} ~~para conseguirmos incorporar~~ mais esse patrimônio ao território dos índios do Brasil.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado *Sidney de Miguel*) - Com a palavra a jornalista Ana Amélia Moreira.

A SRA. ANA AMÉLIA MOREIRA - O assunto já foi ^{*abordado*} ~~abordado~~ aqui, mas quero saber quais as providências que esta Casa já tomou em relação ao Deputado acusado em denúncia de desmatamento ^{*de*} ~~em~~ área indígena e tentativa de suborno de funcionário público, principalmente agora, sabendo que este Deputado declinou do seu mandato parlamentar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO - Entreguei, assim que ^{*surgiu*} ~~saíu~~ o fato, ao Presidente da Câmara, toda a conta bancária à minha



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-A

Quarto Nº 43/2

Taq. - Gilberto

Conf. - *Wessa*

Rev. *Carvalho*

138

O que deseja.

disposição para solicitar. ~~Estive na Polícia Federal.~~ Coloquei-me à disposição da Polícia Federal para qualquer averiguação, e até hoje não fui chamado nem por esta Casa, nem pela Polícia Federal, e o meu nome não foi também incluído nos inquéritos. ^{Creio} ~~Acho~~ que não entendi bem a pergunta da Senhora, ^{que é} ~~A Senhora~~ está fazendo a pergunta como se eu estivesse envolvido no fato.

A SRA. ANA AMÉLIA MOREIRA - Estou fazendo a pergunta à Presidência da Comissão sobre ~~quais~~ as providências adotadas pela Casa. Não lhe fiz a pergunta diretamente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO - Não, ~~a Casa.~~ Aqui a Comissão do Meio Ambiente não toma providência. Quem toma providência é a Presidência da Casa.

A SRA. ANA AMÉLIA MOREIRA ^{Fui isso} - ~~Exatamente~~ ^{Exatamente} o que perguntei. A minha pergunta ~~exatamente~~ foi essa. Quero saber quais as providências que esta Casa já tomou com relação ao Deputado acusado em denúncias de desmatamento de área indígena e tentativa de suborno de funcionário público, principalmente agora sabendo que este declinou do seu mandato parlamentar.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO - ~~Minha Senhora,~~ ^{Minha Senhora,} A Senhora está enganada. ~~Eu~~ Não fui acusado de desmatamento de área indígena. ~~Isso~~ Não ^{há} ~~tem~~ acusação nenhuma ~~em~~ no Ministério Público, ~~não~~ ~~tem~~ na



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

139

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-A

Quarto Nº 43/3

Taq. - Gilberto

Conf. -

Nesca

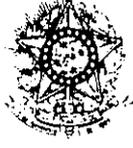
Rev.

Carleir

Polícia Federal, ^{nem} ~~está~~ ^{consta} nesta Casa. Nenhuma acusação ^{contra} a minha pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Mijell) Não sou Presidente desta Comissão, ~~Estou~~ aqui presidindo os debates, mas está nas atas da reunião, e o Deputado Zaire Rezende, que tem a responsabilidade, ^{adotará} ~~vai tomar~~ outro procedimento, a ser levado diretamente ao Deputado José Augusto Curvo. Acredito que, ~~havendo uma atitude,~~ ^{S. Exa.} ~~ele~~ levará ao próximo Plenário, porque a Comissão não é só o Presidente, ^{mas} é o Plenário. ^{De} ~~Acho que de uma~~ certa forma, isso responde, ^{os} problemas ocorridos no Vale do Guaporé vão ao Ministério Público, vão a uma série de instâncias. É claro que a Comissão de Meio Ambiente tem uma responsabilidade, inclusive sobre as questões indígenas, mas muito mais tem o Ministério Público, que é o Curador legal e pode tomar, a partir dos fatos, iniciativas ^{que acredito} ~~que~~ ^{tenha tomado.} ~~que~~ ^{à pergunta.} ~~que~~ ^{isso, de} certa forma, responde. ^{Se} ~~houver~~ outras questões, a jornalista poderia se manifestar.

^{essencial} a Sra. Ana Maria Teixeira Ribeiro, do ^{INCRA,} ~~INCRA,~~ ^{inscritos} ~~temos~~ ainda os Srs. Odenir ~~Pinto~~ de Oliveira, ~~inscrita~~ ^{inscrita} a Sr. Lutero ~~já falou~~ o Sr. Brent Millican e ~~_____~~ Marcos Teixeira.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

140.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-A

Quarto Nº 43/4

Taq - Gilberto

Cont - *W. M.*

Rev *Coelho*

Já estamos quase no início da abertura da sessão. Os
 Srs. Deputados ^{precisarão} ~~vão~~ ~~ter~~ ~~que~~ sair. Então, temos ^{de} ~~que~~ pedir ~~_____~~
 _____ ^{que} as pessoas ^{sejam} o mais sintéticas pos-
 sível.

A SRA. ANA MARIA TEIXEIRA RIBEIRO - Serei bastante rápida. ~~Só~~
^{Apenas} ~~para~~ justificara ^{INCMA,} ~~Encora~~ que o EIA/RIMA, para o ~~Encora~~ antes do projeto de
 desapropriação, seria quase impossível,



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-B

Quarto Nº 44/1

Taq. - Nini

Conf. - *W. R. S. C.*

Rev. *Odenir*

141

porque não teríamos dotação orçamentária, nem saberíamos quantas áreas no ano seriam desapropriadas. Mas o INCRA tem executado projetos EIA/RIMA nos projetos agropecuários acima de mil hectares, e depois ^{faz} a desapropriação. Quanto ao que ele havia dito, ^{que} que o INCRA se propõe depois, é verdade. Tanto é verdadeiro que um projeto de mil e duzentos hectares desapropriados foi feito EIA/RIMA. Não foi o EIA/RIMA comprovante de que não era possível assentamento de pequenos agricultores. Essa área, o INCRA não destinou para reforma agrária, Ela voltou a sua origem. Temos uma divisão de recursos naturais e, inclusive, alocado recursos especiais para essa área. Lembramos que hoje estamos acabando de listar vinte e nove áreas para EIA/RIMA no Ceará. Em Rondônia, já existe um trabalho. ~~Se~~ ^{est} estamos esperando ^{apenas} a desapropriação para podermos executar o EIA/RIMA, que dirá se é para extrativismo, que tipo de utilização o INCRA teria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Com a palavra o Sr. Odenir Pinto de Oliveira.

O SR. ODENIR PINTO DE OLIVEIRA - Sr. Presidente, ^{senhores} ~~Srs.~~ membros da Mesa, ^{eu apenas} ~~se~~ gostaria de acrescentar uma informação ao que foi dito pelo Presidente da FUNAI, no momento em que o meu no



me foi ~~colocado~~ ^{menção} pelo Deputado. Gostaria de apresentar uma questão fundamental. ~~nisso~~ Iniciamos um trabalho de fiscalização e proteção na área do Vale do Guaporé em ~~junho~~ ^{julho} deste ano. Uma experiência-piloto de fiscalização, experiência nova com relação à proteção das áreas indígenas. No final do mês de julho, recebi, em meu gabinete, uma pessoa que se apresentou como Assessora do Deputado José Augusto, que não conhecia, ^(se apresentou dizendo que) não sabia quem era, e que ~~estava~~ ^{falava} falando em nome dos madeireiros. Especificamente ^{responder} respondendo ~~faço~~ ^{isso} principalmente às pessoas da Mesa e às pessoas presentes, não tínhamos, como apresentei a essa pessoa que me procurou ^{meu} no gabinete, nenhuma autoridade para ^{super} parar qualquer trabalho naquela área. Tanto é que dada a insistência dessa pessoa, no sentido de fazer ^{que} com ^{eu} eu aceitasse, não declinando nome de outras pessoas, de outras instituições, porque estamos fazendo um trabalho de parceria, como disse, uma experiência nova em parceria com a Polícia Federal e o IBAMA, ele declinou nome, que terminou redundando na demissão do Superintendente do IBAMA de Cuiabá. Evidentemente ^(eu) disse que não tinha nenhuma autoridade para ^{super} parar qualquer trabalho lá.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-B

Quarto Nº 44/3

Taq. - Nini

Conf. - *Nessa*Rev. *Osório*

743.

Com relação a minha vida pregressa, a que o Deputado se referiu, faço questão de ^{registrar,} ~~deixar~~ de público, que não respondo a nenhum processo. Respondi a um processo ^{administrativo,} em 1979, na época do governo militar, ~~administrativamente falando~~ ^{falando} com relação a umas ~~compras~~ ^{fiadas} que fiz na cidade de Barra do Garça, na condição de Delegado da Funai ~~daquela~~ ^{naquela} cidade. O processo de movimentação que se deu foi puramente político por parte da direção da Funai, na época o Cel. Nobre da Veiga, uma pessoa publicamente conhecida, ^{com} sua atuação cumprida dentro do ~~órgão,~~ ^{tanto que o,} Tribunal de Contas ~~entendeu~~ e mandou arquivar sumariamente o processo. Esse foi o único processo ^{que respondi} em toda a minha vida pública de 26 anos. ~~que respondi.~~ Voltei para a Funai recentemente, no ano passado, anistiado. Quero deixar isso bem claro, porque fiquei sabendo que o que estou dizendo está sendo gravado. Qualquer Deputado poderá ^{minhas palavras} usar da forma como quiser futuramente.

Quanto à questão da minha exoneração, se estava sendo ou não cogitada, o Presidente da Funai já respondeu.

Seria isso, Sr. Presidente, que eu teria a dizer.

^{a V. Exa.}
Agradeço a oportunidade.



O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO- Gostaria de saber se V.Sa. responde a um processo ^{po haver encaminhado} de envolvimento com uma índia.

O SR. ODENIR PINTO DE OLIVEIRA- Para mim é ^{absolutamente} uma surpresa. Não tenho, nunca tive, nenhuma espécie, nenhum tipo de envolvimento dessa natureza. Sou absolutamente contra. Fui criado pelos índios muito antes de conhecer a sociedade branca. Fui educado por eles no sentido de que fosse respeitada principalmente a cultura indígena.

O SR. DEPUTADO JOSÉ AUGUSTO CURVO- Fiz esse pedido à Funai. Gostaria de saber quantos processos ^{existem} em na auditoria contra o Sr. Odenir. Gostaria ^{de obter} esse levantamento. Quantos processos encontram ^{-se} arquivados dentro da Funai, inclusive, do Auditor, Sr. Carlos Alberto, que já está aposentado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Com a palavra o Sr. Brent Millican.

Pedimos ^{a V.Sa. que seja} breves ^{_____} dado o avançado da hora.

O SR. BRENT MILLICAN- Sr. Presidente, ^{darei} somente alguns esclarecimentos rápidos.



145

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-C

Quarto Nº 45/2

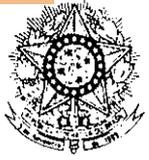
Taq. - Nini

Conf. - *Wesley*

Rev. *Carla*

Com relação ao EIA/RIMA, fico muito contente em saber que o INCRA ^{o tenha} ~~tem~~ feito em outras localidades. Infelizmente, ^{no} ~~o~~ nosso conhecimento, o INCRA nunca realizou nenhum processo de EIA/RIMA para o exterior de audiência pública em qualquer projeto de assentamento e desapropriação no Estado de Rondônia. Não sei se estou enganado, ~~mas~~ mas não temos essas informações. Ao contrário. ~~Acho que~~ ^{seria} seria um assunto até ~~de um~~ debate, talvez para o exterior, envolvendo pessoas na área jurídica, contemplando a questão da elaboração ^{para o exterior} do EIA/RIMA, na medida em que a própria elaboração do EIA/RIMA poderia chegar às conclusões de que aquela desapropriação não ^{tem} ~~tem~~ sentido. Não tem sentido fazer um projeto de assentamento. Portanto, EIA/RIMA, ^{um} como instrumento de prevenção de danos ambientais, seria interessante discutirmos. ~~Acho que hoje não~~ ^{seria} possível. ^{Também} ~~mas~~ ^{deveríamos} discutir a ~~()~~ forma de condução desse processo. Não haveria nenhum tipo de problema na elaboração posterior à desapropriação.

Sobre a questão do zoneamento, ^{eu} ~~eu~~ gostaria ^{apenas} ~~de~~ ressaltar o que foi apresentado pelo Dr. Robercílio. O Zoneamento precisa ^{-se} ~~se~~ ajustar à realidade, que é dinâmica em Rondônia. A questão



Saber
é como deve ser feito esse tipo de ajuste. No caso de uma desapropriação pelo INCRA, o que teria sentido é que o INCRA encaminhasse uma proposta para a Comissão de Zoneamento, uma vez realizado o EIA/RIMA, justificando a mudança nos ~~alimentos~~ ^{zoneamento.} Esse seria um procedimento normal. Inclusive, o INCRA faz parte desta Comissão, visando ^o seu posterior aval, através da Assembléia Legislativa do Estado. Em todo caso, não tem sentido simplesmente combater o zoneamento — como o Sr. Teodorico apresentou —, ^{considerar} ~~colocar~~ o zoneamento como uma coisa inconstitucional. Isso, parece, conflita com os próprios arts. 23 e 24 da Constituição Federal, que dá respaldo ~~para~~ ^{para} aos Estados e Municípios legislarem concorrentemente sobre meio ambiente.

Sobre a questão dos índios isolados, estou com os documentos, inclusive o Ofício nº 248, de 28 de abril de 1994, para o Presidente da Funai. Gostaria de colocar estes documentos à disposição desta Comissão, com inclusão, em anexo, de vários estudos de campo que foram feitos pelas equipes de índios isolados da Funai. Está incluído também nesse processo uma vistoria a um trabalho, um relatório de campo feito ^{já em novembro de 1994.} ~~neste mês.~~

^{devo dizer que}
Sobre a questão das consultas, é um assunto um pou-

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-C

Quarto Nº 45/4

Taq. - Nini

Conf. - *Wesca*Rev. *Oslen*

147.

co complicado, porque ^{ocorreram} ~~com~~ várias reuniões, ~~que ocorreram~~. Mas gostaria de ressaltar que não existe no processo de desapropriação documentos do movimento dos sem-terra^{le} da Federação dos Trabalhadores Rurais de Rondônia, ^o ~~o~~ processo administrativo do INCRA, e, sim, um documento assinado pelo Presidente do INCRA, em 17 de março de 1994, em conjunto com o representante do MST, ~~da~~ ^{FETAGRI} e fora ~~da~~ de Rondônia, ^{-so} ~~se~~ comprometendo^a não realizar essa desapropriação em função das inúmeras irregularidades constatadas.

Sobre a vistoria, a questão dos grileiros na área, perguntaria ~~para~~ ao INCRA por que não notificou o IBAMA, se está havendo grandes desmatamentos nessas áreas, como forma, inclusive, de defender os pequenos agricultores legítimos.

Sobre a questão dos posseiros, chamei a atenção ~~a~~ para a questão daqueles que têm casa, por exemplo, numa lista de posseiros de um tal de Ênio, que pretende 500 hectares, tem 2,5 hectares explorados, ^o ~~ou~~ seja, até que ponto são legítimos posseiros?

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-D

Quarto Nº 46/1

Taq. - Nini

Conf. - *Nessa*Rev. *Bruno*

128

É uma questão muito importante. Atender aos legítimos interesses sociais, mas não promover ocupação indiscriminada de grileiros. Infelizmente, isso não acontece. O argumento de que se a terra não fosse boa as pessoas não entrariam nega a existência de outros interesses, que eles estão atrás desse processo de ocupação das áreas. Seja por especulação fundiária, seja pela questão pecuária, seja pela questão da madeira, etc.

Para concluir, sobre a questão do preço da terra, eu gostaria de frisar que simplesmente ressaltai ^{algo} ~~uma coisa~~ que foi constatada na Ação Civil Pública do Ministério Público de Rondônia, da existência de indícios. Acho que não cabe a mim produzir as provas, e sim ao Ministério Público, que está investigando esse caso. Não fiz nenhuma acusação nesse sentido. Simplesmente ressaltai algo constatado pela Procuradoria da República, no Estado de Rondônia. Em todo caso, existem algumas disparidades. Constatamos ~~que~~ o preço da terra em campo com o preço que ^{custa de} ~~constata~~ no processo ^{algo} ~~totalizando~~ em torno de 24 milhões de reais. Em todo caso, cabe a ^{pergunta} ~~observação~~ se existe toda uma área de terras públicas administradas pelo INCRA, não tem sentido, em torno dessa área, gastar 24 milhões de reais dos cofres públicos no processo de desapropriações, se o INCRA já tem esse



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 18-D

Quarto Nº 46/2

Taq. - Nini

Conf. -

Rev. *Osvaldo*

149.

estoque de terras.⁷ Muitas vezes se apresenta que o INCRA corre atrás do processo de ocupação espontânea. Concordo que muitas vezes

isso acontece; existem legítimos problemas sociais de emigran-

tes carentes que, sem dúvida, têm ^{que} ~~que~~ ser considerados. { Por ou

tro lado, constata-se que muitas vezes o INCRA/participa de

um processo de ocupação induzida. O exemplo disso não ^{está} ~~é~~ apenas no

processo ^{de} desapropriação, ^{mas} ~~e~~ sim no processo de regularização fundiá

ria. Em várias áreas de unidades de conservação, no Vale do

^{Guaporé,} o INCRA está regularizando grandes fazendas, de uma forma

^{que} ~~se~~ interpretarmos o art. 225 da Constituição Federal, ^é ~~é~~ ilegal.

A redução de unidades de conservação, de ^{desrespeito} ~~não respeito~~ à legislação

ambiental, através desses atos de titulação, que não são para aten-

der aos pequenos agricultores e, ^a ~~sim~~ grandes grupos que controlam

grandes áreas, muitas vezes com o mecanismo do chamado testa-de-fer

ro, titulando grandes áreas, até quinze, vinte mil hectares.

Era o que ^{eu} ~~eu~~ tinha a dizer.

Desculpe ^{-me} ~~me~~ por extrapolar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Muito obrigado, Sr. Brent Millican.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-D

Quarto Nº 46/3

Taq. - Nini

Conf. - *Neusa*

Rev. *Seabra*

150

Com a palavra o último inscrito. Sr. Márcio Santilli.

Um breve esclarecimento será feito posteriormente pelo representante do INCRA de Rondônia. Pediria que não ultrapassasse ^{cinco} minutos, porque realmente estouramos todos os prazos. É bom saber que esses problemas não serão solucionados aqui. Poderemos ter outras Comissões Técnicas, como esta, trabalhando. Realmente o assunto é de interesse da Comissão, mas é preciso saber que muitos detalhes não são passíveis de trabalho. Não adianta insistir em tantos detalhes.

Peço ^{que} a todos tenham compreensão ^{precisamos} nos concentrar nos problemas mais importantes do ponto de vista qualitativo do problema.

O SR. MÁRCIO SANTILLI - Sr. Lutero Siqueira, a denúncia que fiz é contra um processo de grilagem ^{incluso} ~~incursão~~ na Gleba Iriri. Esse processo de grilagem, tenho certeza, tem elementos factuais, denúncias de pessoas que acompanhavam esse processo. Tive ^{até} oportunidade de ser contactado por uma pessoa que participa dessa frente de grilagem. Não fiz nenhuma denúncia contra a sua pessoa. Fiz uma denúncia contra um processo de grilagem e, não dispondo de provas que pu-

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18-D

Quarto Nº 46/4

Taq. - Nini

Conf. - *Wessu*Rev. *Gleba*

751

dessem incriminar qualquer pessoa, *fiz*, aí sim, formalmente, uma representação no Ministério Público Federal, pedindo que fossem apurados os fatos que pudemos colher de boca ^{*por*} informações que podem, perfeitamente, não ser procedentes. Parece-me que a denúncia fundamental, aquela relativa ao processo de grilagem, se não estou enganado, vi ser confirmada aqui, hoje, pelos representantes do INCRA, ^{*Disseram*} que há um processo de grilagem ^{*incluso*} da Gleba Iriri.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

152.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 F

Quarto Nº 47/1

Taq. - Herieudes

Conf. - *Deusa*Rev. *Paulo*

E chego até a concordar com a opinião aqui expressa pelo Dr. Roberto Cavalcanti Batista de que, se assim se passa, não haveria sequer necessidade desse inquérito que solicitamos ao Ministério Público, *Pediria* o INCRÁ, *valendo-se* do seu poder de polícia, *agir* diretamente e promover a prisão em flagrante dos grileiros que estivessem praticando atos que caracterizam a grilagem. ~~Isso~~ Isso não é difícil, porque essas pessoas estão fisicamente instaladas na área há vários meses, de acordo com informações que temos. A pista do Sr. Fernandão tem coordenadas geográficas conhecidas. Qualquer pessoa pode descer ali a qualquer momento. Há abertura clandestina de estradas na região, há desmatamento, há piqueteamento para futuro loteamento da área. Portanto, há traços físicos na terra que podem constatar a procedência dessa denúncia de que está havendo um processo de grilagem nessa região.

Eu gostaria muito de ter conhecimento das informações que o INCRÁ pôde produzir em relação a essa região. Não só pelo fato de sermos advogados de um grupo indígena que tem uma reivindicação sobre parte da área, mas porque eu gostaria de saber até que ponto a situação do restante da gleba é ~~uma situação~~ adequada ao interesse público e ao próprio interesse nacional. Pediria, portanto, se possível, que me fosse enviada ou oferecida uma cópia dessa documentação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 F

Quarto Nº 47/2

Taq. - Herieudes

Conf. -

Rev. Paulo

153

Desde logo, também coloco à disposição do INCRA toda a documentação de que dispomos referente ao pleito dos índios ~~em relação a~~ nessa área. Não fiz qualquer solicitação formal à Presidência do ~~INCRA~~ ^{INCRA} em Brasília, muito menos qualquer petição, representação ou ofício, porque, quando estive ^{daquele órgão} na Presidência do ~~INCRA~~ discutindo esse assunto, na verdade, a minha solicitação não me cabia ~~fazer~~. Ela era tão-somente ^{a de} que o INCRA se fizesse presente no grupo de identificação que a Funai iria montar para enviar ~~para~~ ^{para} essa área. ~~Porque~~ ^{Porque} era importante que o órgão tivesse informação direta sobre o que estava ocorrendo na realidade. Inclusive, fui atendido nessa solicitação. E quem a formalizou junto ao INCRA foi o próprio Presidente da Funai, quando da constituição do grupo de trabalho que foi para a área, não havendo, portanto, a necessidade de formalmente oficialiar ao Presidente do ~~INCRA~~ ^{INCRA,} fazendo essa solicitação, porque não me competia e porque isso já havia sido formalmente feito por parte da Funai.

Finalmente, quanto a sua pessoa, evidentemente não tenho qualquer questionamento a fazer. Muito pelo contrário, porque quando ~~eu~~ contei essa história ~~para~~ ao Presidente do ~~INCRA~~ ^{INCRA,} ^{que} ~~eu~~ me informou que V.Sa. era um indicado do Senador Márcio Lacerda, confesso que quase caí ^{da} cadeira, porque o Senador Márcio Lacerda foi um dos meus grandes amigos pessoais dentro desta ^(da) quando exerci o mandato

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 F

Quarto Nº 47/3

Taq. - Herieudes

Conf. -

Rev. *Pouco*

154.

de ~~Deputado Federal, nesta Casa~~ ^(Ele) ~~Ele~~ era quase um irmão meu aqui, fi-
quei ~~até meio~~ ^{um pouco} traumatizado com a história. De repente, cá estou eu
em um possível conflito com o meu irmão Márcio Lacerda, e sem saber
disso. Mas eu ficaria totalmente satisfeito em relação a esse caso
concreto se o INCRA ^{de} ~~do~~ Mato Grosso pudesse tomar medidas consis-
tentes contra esse processo de grilagem que está ocorrendo na área,
não apenas em relação aos índios, mas também em relação ao próprio
patrimônio público, referente à necessidade de terras que se tem
em todo o País para promover assentamento de pessoas necessitadas.
Nesse sentido, volto a um ponto que levantei aqui, em forma de indaga-
ção, ^{na minha intervenção:} ~~na minha falação~~ que o INCRA se faça acompanhar da Polícia Fe-
deral, desça nessa pista ^e prenda o Sr. Fernandão e outros grileiros
que estejam atuando nesse região. Esse ato, por si só, vale mais do
que um milhão de argumentos em papéis escritos para justificar a
honestidade de quem quer que seja, inclusive a do senhor.

É isso o que tenho a dizer. Esse é o pedido concre-
to que tenho a fazer: que os grileiros sejam presos. [Em relação às
outras questões que têm um fundo social, todos ~~nos~~ entendemos que
as providências devem ser outras. [Quanto ao pleito dos índios, a
Funai tem tomado os passos que a Legislação exige que ela tome. Es-
peramos que a Justiça Federal possa, ao final, dar um julgamento fa-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 F

Quarto Nº 47/4

Taq. - Herieudes

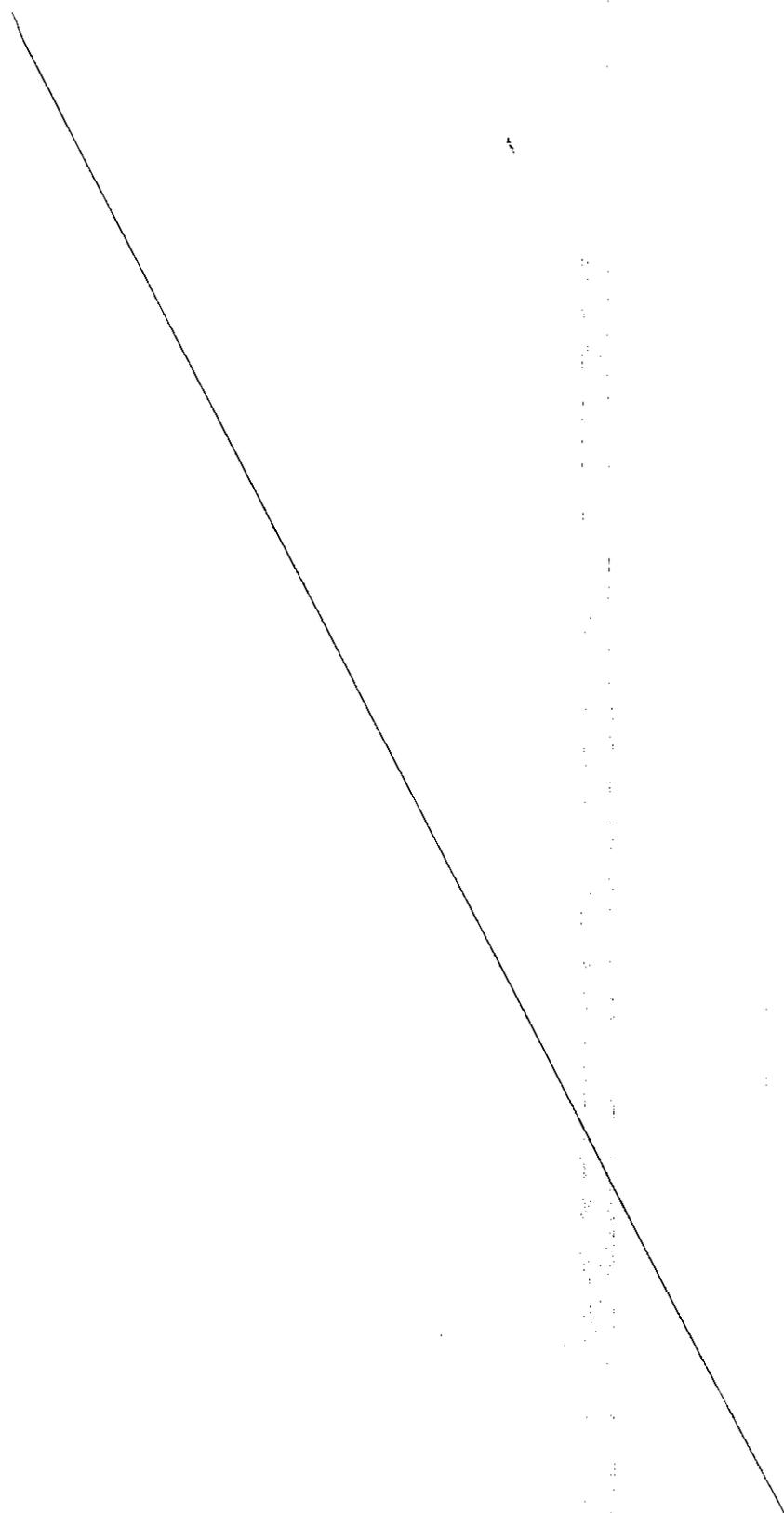
Conf. - *Wesley*

Rev. *Paulo*

755

vorável ao direito dos índios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) - Tenho vários pedidos de palavra.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 18 G

Quarto Nº 48/1

Taq. - Herieudes

Conf. - Wersa

Rev. Bulc

156.

O Sr. Robercílio Pinheiro já havia pedido a palavra, em nome da Superintendência de Rondônia.

Há outros pedidos de palavra, mas os membros da Mesa terão de ^{usá-la.} no término das intervenções. Peço aos membros da Mesa que completem a reunião, porque não temos tempo útil. Teríamos que fazer uma outra reunião. Proporei isso ao Deputado Zaire Rezende para o mês de dezembro ou para o mês de janeiro, caso seja necessário. Não é viável, tecnicamente, prolongarmos essas reuniões.

Concedo a palavra ao Sr. Robercílio Pinheiro, que falará por um minuto.

O SR. ROBERCÍLIO PINHEIRO - Sr. Presidente, registro que ^{apenas} ~~se~~ para Rondônia é concedido esse prazo de tempo. Quando eu falei pela primeira vez, foram-me concedidos por V.Exa. três minutos. O Dr. Brent Millican falou por quinze minutos, e o Dr. Márcio Santilli falou por dez minutos. A mim foi concedido um minuto. Tudo bem, em um minuto resumirei o que quero falar.

Primeiramente, a Lei Nº 433 prevê que a compra da terra passe pela Comissão de Zoneamento. Isso está previsto na lei. O INCRA faz questão de fazer isso, porque é um processo de compra e venda e há necessidade de ^{maior} transparência ~~maior~~ possível nessa transação. Só se compra de quem quer vender, não se pode comprar algo de quem não quer vender. É por isso que existe a Lei Complementar



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 G

Quarto Nº 48/2

Taq. - Herieudes

Conf. - Nessa

Rev. Raulc

157.

Nº 76, que é do rito sumário. Ela não prevê que o INCRA, em momento algum, tenha que mandar ^{alguma coisa} ~~nada~~ para a Comissão de Zoneamento. Nós estamos cumprindo estritamente o que ^{determina} ~~manda~~ a lei. Se estivéssemos seguindo a Lei Nº 433, nesse caso, iria para a Comissão de Zoneamento. Já que estamos seguindo a Lei Complementar Nº 76, não ^{há} ~~tem~~ o que falar, porque isso não está na lei.

Com relação ao problema dos índios isolados, poderemos discutir depois, em particular, com o Presidente da Funai, porque existem três ofícios: um do mês de abril, um de maio e outro de junho. O nosso consultor está à disposição para informar-lhes.

Quanto às vistorias, nós temos posição definida. Encaminhamos ofício ao ^{Ministério Público} ~~MP~~ de Rondônia sobre isso, e eles têm uma posição. Mas não podemos fazer nada, porque são terras de particulares. É bom que não se esqueçam. O INCRA não pode chegar lá e acusar que estão invadindo, estão desmatando, porque a terra tem dono. E o direito da propriedade no Brasil é um direito constituído. O preço final da terra, como já foi dito, vai ser ^{analisado} ~~visto~~ tanto pelo Ministério público como pelos juizes, nas suas instâncias. No seu devido momento, o Ministério vai apreciar. Se ^{há} ~~tem~~ ação do Ministério nesse sentido, o INCRA desconhece. ~~Eu~~ Também desconheço esse fato, estou sabendo agora, Vou até me inteirar ~~dele~~.

CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 G

Quarto Nº 48/3

Taq. - Herieudes

Conf. - *Wessa*Rev. *Pulc*

158

Respondendo à indagação feita anteriormente, no sentido de que, já que o INCRA tem terras, por que vai desapropriar, informo que estamos desapropriando porque a terra do INCRA é bem mais longe e essa terra é mais próxima. As terras são do INCRA e da União. Sobre essa terra que existe há uma proposta de criação, pela Organização dos Seringueiros de Rondônia, de uma reserva extrativista de 411 mil hectares que está sendo vistoriada, conforme já falei aqui. Dentro dessa área que já existe, ~~ela~~, será criada, a pedido dos próprios seringueiros, uma reserva extrativista, atendendo à lei de zoneamento.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

159.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 H

Quarto Nº 49/1

Taq. - Herieudes

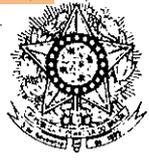
Conf. - *Herieudes*

Rev. *Paulo*

Por isso estamos fazendo as desapropriações nessas terras mais próximas. *A ideia inicial era reserpar* todos os seringueiros que fossem encontrados naquela área, *e distribuir-las* áreas maiores. Mas

agora a organização acha que isso vai deslocar todos para essa grande reserva que vamos fazer. Inclusive, *é INCC?* *fora* ~~vai ser~~ a reserva em bloco desse loteamento, ~~que o INCRA vai fazer~~. É que na Amazônia Legal só se pode desapropriar 50% do lote. Os outros 50% seriam de reserva. Para essa reserva, está sendo elaborado um projeto. Acredito que daqui a quinze dias o pessoal saia do campo com alguma posição. Temos duas frentes de trabalho nesse sentido, para tentar acelerar, ainda neste ano, a criação desse projeto.

Quanto à regularização de algumas áreas na Zona IV, principalmente na região de Costa Marques, regiões de antigos seringais, que são bem mais antigos do que o próprio zoneamento, mais antigos do que o Estado e *São* do Território, do início do ciclo da borracha, da Primeira ~~Grande~~ Guerra Mundial. Realmente não podemos fazê-la. Isso acontece porque o cidadão é mais antigo *lá* e tem comprovada a sua cadeia. Ultimamente, desde 1993, quando cheguei lá, *novas* ~~há~~ uma proibição, até um pouco arbitraria, de que não se *recolhem* ~~recolhem~~ documentos ou se *fazem* ~~fazem~~ processo de regularização fundiária naquela área. Essa é uma posição arbitraria, porque qualquer cidadão tem direito de dar entra-



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 H

Quarto Nº 49/2

160.

Taq. - Herieudes

Conf. - *Wessa*

Rev. *Pauko*

da em qualquer documento ^{em} em qualquer repartição. Ele pode ser indeferido. Mas estamos, até para evitar o uso indevido do protocolo, ^{peis} ~~por~~ que ao se dar entrada ^{em} de um documento numa repartição, ^{se} ~~se~~ recebe um protocolo, proibindo a entrega do protocolo. Em alguns casos, somos obrigados a aceitar, porque ~~vem~~ o advogado ^{de} ~~le~~ ^{agenci} ~~que~~ quer dar entrada, ^{ele} ~~que~~ não quer a regularização. Num caso desse, sou obrigado a aceitar, ~~porque~~ caso não aceite, sou passível de uma penalidade.

Com relação aos documentos dos sem-terra, foi-me bem lembrado. ~~Realmente~~, eles não estão no processo. Mas vamos tomar as providências para anexá-los ao processo. Eles não foram anexados ao processo porque, quando houve essas reuniões, eles já se encontravam em Brasília, ~~já~~ em tramitação final. Não foi necessário expô-los aqui, mas temos os dossiês completos e iremos anexá-los ao processo para satisfazer uma vontade. ~~deles~~.

Para falar sobre o EIA/RIMA, passo a palavra à Dra. Ana Maria Teixeira Ribeiro.

A SRA. ANA MARIA TEIXEIRA RIBEIRO - ~~Impossível antes,~~
^{Foram-me feitos} ~~porque~~ ^{deles} ~~você fez~~ dois convites: um ^{deles} para conhecer a divisão de recursos naturais do INCRA, onde trabalhamos desde 1974, ~~outro é que,~~
^{SR} Para desapropriar uma terra é preciso ~~de~~ utilização e eficiência.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 H

Quarto Nº 49/3

Taq. - Herieudes

Conf. - *Deusa*

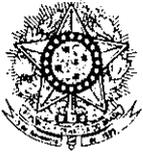
Rev. *Paulo*

161.

Um proprietário que tenha algum recurso financeiro apropriado, pela demora da execução do EIA, pois a análise desse EIA pelo órgão estadual ou federal, por meios que conhecemos, chegaria a um ou dois anos, transforma a sua terra em produtiva e, quando acabasse o relatório de impacto ambiental, que seria ^{numa} audiência pública popular, o INCRA deveria se afastar porque a terra já ^{estava} produtiva.

Gostaria que pensassem na reforma agrária como um problema social e ambiental do País. Sou bastante ambientalista e, de acordo com os meus colegas de trabalhos, até meio contra ^{a reforma} ~~a reforma~~ agrária. Não é isso, Também trabalho com recursos naturais. É preciso pensar ^{na} antes na utilização e eficiência da terra. Às vezes, um proprietário consegue, em menos de 30 ou 40 dias, tornar produtiva a terra, ^{desmatando} ~~com desmate~~, levando até multa do Ibama. ^{ele} Prefere pagar 40 mil ^{UFirs} de multa—o Ibama não está aqui presente para confirmar, ^{mas} ~~que~~ isso é verdadeiro—e executar o desmatamento. Sabemos que, se o proprietário de terra cumprir a sua parte de pagamento ao ~~IBAMA~~, ele está isento de qualquer outra penalidade.

Faço o convite para conhecerem o nosso departamento, que é de grande valia para todos nós.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

962.

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 H

Quarto Nº 49/4

Taq. - Herieudes

Conf. - *Wessa*

Rev.

DA SILVA -

O SR. LUTERO SIQUEIRA *Wessa* gostaria de ~~dizer~~ *para* responder à indagação, ~~que~~ *A* denúncia do núcleo indigenista, ~~pode ser~~ *conforme* observada ~~que~~ *de observa* ~~está~~ *está* ~~ocorrendo~~ *sendo feita* concomitantemente ~~no mesmo prazo~~ *com* em que ~~está sendo feito~~ o trabalho do INCRA. Vamos convocar servidores para irem lá, juntamente com as forças policial e federal, caso seja preciso. ~~Me~~ *ted e* convido ~~a~~ *para* presença do núcleo ~~nessa~~ *a fim de* ação, ~~para~~ *transformá-la* transformar ~~isso~~ numa ação transparente. Não temos nada a opor



163

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 I

Quarto Nº 50/1

Taq. - M.Vinicius

Conf. - *Wesley*

Rev. *Paulo*

aos pedidos deles, *Só antes de mais,* no demais ~~que ele falou~~, ~~que eu~~ falo depois pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) -

Por favor, o senhor poderia identificar-se?

O SR. LUTERO SIQUEIRA DA SILVA - Seu I Presi-

dente do INCRPA em Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) -

Passo a palavra aos componentes da Mesa, por um instante, para se despedirem. (Pausa.)

O SR. MARCELO DE PAULA - Seu Marcelo de Paula, do

Ministério da Integração Regional. Gostaria de aproveitar a oportunidade para solicitar ao ~~INCRA~~ INCRA, ao Ibama e à Funai ~~para~~ que fortalecessem esta articulação que está sendo feita no sentido de que possamos viabilizar os convênios previstos no projeto, para que haja uma utilização dos recursos financeiros previstos e possamos materializar as ações que estão previstas no Prodeagro/Planaflore, ações comuns desses órgãos, bem como ações rotineiras que eles fazem no seu dia-a-dia. Trata-se de ~~isso~~ é um instrumento importante, visto que todo mundo aqui está reclamando da falta de recursos. E nós temos parte desses recursos disponíveis; falta-nos instrumentos legais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 I

Quarto Nº 50/2

Taq. - M. Vinícius

Conf. - Versa

Rev. *Rulo*

164

Então, gostaríamos de reforçar essa questão da assinatura dos convênios e da articulação entre os órgãos ^{que fossem} para atingirmos os objetivos propostos. Muito obrigado.

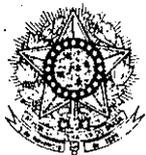
O SR. TEODORICO ROCHA - Sou ~~Teodorico Rocha~~, do Planaflores de Rondônia. ^{Seguinte!} ~~Que~~ gostaria de ressaltar ~~em uma coisa~~ que vemos sempre nos debates, Além desses aspectos da articulação,

alguns avanços já temos hoje. ^é A ~~questão~~ do zoneamento, por exemplo, ^é ~~que~~ é uma questão nacional destinada à Amazônia. Temos decreto federal determinando esse zoneamento, ~~e o~~ ~~Estado~~ ~~tem~~ a sua lei de zoneamento. Mas, como já foi dito, não é possível ~~se~~ alterar esse zoneamento. ^é ~~que~~ ~~se~~ precisa ^{Suzer} ~~que~~ ~~façamos~~ os encaminhamentos normais, ~~façamos~~ os estudos necessários, ^{discutir o assunto} ~~proponhamos~~ ~~na~~ ~~discussão~~

^{na} a nível da Comissão Estadual de Zoneamento. E, logicamente, depois ~~de~~ ^{emendamos isso} ~~enviamos~~ o encaminhamento disso à Assembléia Legislativa para que seja resolvido. [O importante é que saibamos que os conflitos, na base,

existem. São diversos os interessados. A sociedade civil, como um todo, ~~se~~ ^{-se} sente atingida: ^(e) ~~temos~~ segmentos de populações indígenas, de ambientalistas, de seringueiros, ^(e) ~~os~~ ~~interesses~~ dos próprios sem-terra, que precisam das suas áreas para produzir. ~~Eu~~ ^o Entendo o papel do Estado como ^o ~~de~~ árbitro nessa questão, ^{conciliando} ~~de~~ ~~conciliar~~ esses interesses todos.

É difícil, mas temos que exercitar esse diálogo e ~~exercitar~~ a maneira



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 I

Quarto Nº 50/3

Taq. - M. Vinícius

Conf. - *Wessa*

Rev. *Paulo*

^{se} de conduzir isso com bastante transparência, como já foi dito.

Grato pela oportunidade, ~~o~~ ^{de} que novas audiências e novos debates sejam feitos para a busca do esclarecimento e melhor trabalho.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI ^{BATISTA - Sou} ~~Roberto Cavalcanti, do~~ Ministério Público Federal. Também louvo ^{essa} iniciativa. Aqui ^{deixei registrada} ~~deixa~~ a mensagem de que o Ministério Público é o advogado da sociedade, ~~ele~~ é o aliado. Trabalhamos aqui não como adversários, mas como participantes de um processo.

Aproveito esta oportunidade para concitar a Funai, o Ibama e também o ^{INCRA,} ~~IBAMA,~~ em Mato Grosso, para que administrativamente, por economia processual, resolva ^{esse} esse problema da Gleba Iriri. De forma administrativa é muito mais rápida. ^{Faço minhas as palavras de} ~~o~~ ^{que} Dr. Márcio Santilli ~~afirmou também faço minhas palavras,~~ De forma administrativa já se pode resolver. ^{que sejam} ~~Esses~~ os grileiros, ^{se} a área ^{se} for indígena, Como ~~aqui~~ o doutor teve a oportunidade de dizer, ~~que~~ há grupos isolados, ^{Podem-se resolver o problema} ~~já se resolve~~ de forma administrativa e articulada. É isso que queremos. ^{tudo a} ~~Agradeço também~~ a oportunidade que nos foi dada.

O SR. ^{NOBRE} ~~DIAZ~~ MADEIRO ^{Sou} ~~Diante Madeira,~~ Presidente da Funai. Com relação aos índios Panará, a Funai já fez um grupo de trabalho e inclusive já concluiu ^o levantamento de identificação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fita Nº 18 I

Quarto Nº 50/4

Taq. - M. Vinícius

Conf. -

Neusa

Rev. Paulo

166

Eu não fizemos o levantamento fundiário porque não foi possível, ~~por-~~
~~que~~ as pessoas não deixaram. Mas deveremos estar reconhecendo isso,
inclusive publicando no "Diário Oficial" recentemente.

Aproveitaria a oportunidade, já que o Deputado
Zaire Rezende faz parte da Comissão de Orçamento e considerou que o
ponto fundamental são os recursos, que ele faça um esforço para que
esses órgãos, ~~que estão~~ ^{a fim de} tão bem articulados, possam ter os recursos
necessários, ~~para~~ ^{para} que possam cumprir as suas funções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sidney de Miguel) -

Queria agradecer ^{o todos} a presença ~~de todos~~. Não é necessário, acredito,
salientar a importância deste trabalho, ~~porque~~ ^{os} problemas do zo-
neamento, ^{em} ~~quanto~~ ^{tanto} trabalho nos custou nesses quatro anos. Várias
audiências demonstram, nesse caso, que os problemas estão na frente
do planejamento de Governo. Se ~~tivéssemos capacidade de termos as~~
instituições ^{estiverem} funcionando, as interações sendo feitas, os recursos dis-
poníveis, grande parte desses problemas não existiriam. Então, ~~estes~~ ^{este}
~~é um~~ ^o quadro que ~~espera~~ ^{enfrentado} o novo Governo ~~que está entrando~~. Es-
pero que esse tipo de experiência e problema seja até um alento para
facilitar a vida desses órgãos que estão, ~~atual~~ ^{às} vezes, sem meios.

De qualquer forma, ^{selec} ~~multo~~ ^{do} que pude escutar e



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

Reunião Nº 369/94

Fila Nº 18 I

Quarto Nº 50/5

Taq. - M.Vinicius

Conf. - *Deusa*

Rev. *Paulo*

167

ver, muitas medidas precisam ser tomadas ^{por} ~~pelos~~ órgãos ~~que~~ ^{que} já está
~~na alçada de~~ cada instituição presente. ~~É~~ Esperamos que esta audiên-
cia tenha servido para um avanço ^{na solução de certos problemas.} ~~nas coisas.~~ Obrigado.

XX

XX

XX